

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS MACAMBIRA

ISSN 2525-6580 • VOLUME 7 • NÚMERO ESPECIAL • 2022

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
***Campus* Serrinha**

Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes

CADERNOS MACAMBIRA – ISSN 2525-6580
Volume 7, número especial, 2022

Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas

Editor Chefe: Profº. Erasto Viana Silva Gama, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Editor Adjunto: Profº. Heron Ferreira Souza, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Editora Convidada: Profº. Dra. Marcia Eliana Martins, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano/ Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas

Conselho Editorial (Restrito a pesquisadores do LaPPRuDes)
Prof. Me. Antonio José de Souza, Secretaria de Educação, Itiúba, Brasil.
Profa. Me. Carla Teresa dos Santos Marques, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Prof. Dr. Davi Silva da Costa, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profa. Dra. Edna Maria da Silva, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
Prof. Me. Erasto Viana Silva Gama, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Prof Dr. Heron Ferreira Souza, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profa. Me. Ivna Herbênia da Silva Souza, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profa. Me. Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Corpo Editorial Científico
Ma. Carla Teresa dos Santos Marques, Instituto Federal Baiano, Brasil
Dr. Cleilton Vasconcelos Moreira, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Me. Gabriel Troilo, Secretária de Educação do Estado da Bahia, Brasil
Dra. Geusa da Purificação Pereira, Instituto Federal Baiano, Brasil
Me. Henrique Oliveira de Andrade, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Brasil
Dra. Lorenna Alves Mattos Moreira, Faculdade Regional da Bahia, Brasil
Me. Marcio Harrison dos Santos Ferreira, Instituto Federal do Piauí, Brasil
Me. Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes, Instituto Federal Baiano, Brasil
Dra. Patrícia Zutião, Instituto Federal Baiano, Brasil
Ma. Pollyana da Silva de Magalhães, Instituto Federal da Bahia, Brasil

Assistentes Editoriais
Edeilson Brito de Souza (Layout)
Angelo Pereira Teixeira (Suporte técnico)

Editoração, Diagramação e Capa
Erasto Viana Silva Gama

Foto de capa
Iaçanan Carneiro


Indexadores e plataformas de apoio
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos
ibict
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ISSN
INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER
OJS
OPEN JOURNAL SYSTEMS
Google scholar
sumários .org
Sumários de Revistas Brasileiras
LivRe
Revistas de livre acesso
DIADORIM
Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS
MACAMBIRA
ISSN 2525-6580

EDITORIAL

APRESENTAÇÃO 7

Erasto Viana Silva Gama

"*QUEM ENSINA APRENDE AO ENSINAR E QUEM APRENDE ENSINA AO APRENDER*": OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DOS EGRESSOS EM GESTÃO DE COOPERATIVAS DO IF BAIANO – *CAMPUS* SERRINHA 10

Marcia Eliana Martins

ARTIGOS / ARTICLES

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS PARA AS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR 14

THE IMPORTANCE OF COST MANAGEMENT FOR FAMILY FARMING COOPERATIVES

Carlos Leandro da Silva Matos, Marcio Caetano de Azevedo Lopes, Etiene Santiago Carneiro, Adriana Carneiro da Silva

O PAPEL DA JUVENTUDE RURAL NO FORTALECIMENTO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR 36

THE ROLE OF RURAL YOUTH IN STRENGTHENING FAMILY AGRICULTURE COOPERATIVES

Eliana Teixeira da Silva, Geusa da Purificação Pereira, Carla Toledo, Ginalva Jesus de Carvalho

O ARMAZÉM DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SERRINHA: IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES PARA A COMERCIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL 56

THE WAREHOUSE OF FAMILY FARMING AND THE SOLIDARITY ECONOMY IN SERRINHA: IMPORTANCE AND CONTRIBUTIONS TO COMMERCIALIZATION IN THE TERRITORY OF SISAL

Valterney Ferreira de Lima, Geusa da Purificação Pereira, Rafael Costa Guimarães Farias, Maria Auxiliadora Freitas dos Santos

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO RURAL: DESAFIOS E APROXIMAÇÕES 76

ASSOCIATIVISM AND DEVELOPMENT IN THE RURAL CONTEXT: CHALLENGES AND APPROACHES

Vaniele Silva Santos, Marcia Eliana Martins, Poliana Oliveira Cardoso

O COOPERATIVISMO E O ASSOCIATIVISMO NOS ESTUDOS SOBRE TRANSPORTE ALTERNATIVO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA 88

COOPERATIVISM AND ASSOCIATIVISM IN STUDIES ON ALTERNATIVE TRANSPORT: A BIBLIOGRAPHIC RESEARCH

Maria Clara Aparecida do Rosário Santos, Heron Ferreira Souza, Marcia Eliana Martins

JUVENTUDE RURAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA 108

RURAL YOUTH AND SOLIDARITY ECONOMY: A LITERATURE REVIEW

Dione Costa Santos, Heron Ferreira Souza, Marcia Eliana Martins

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA COMO FERRAMENTA DE PARTICIPAÇÃO DOS COOPERADOS 127

EDUCATION, FORMATION AND INFORMATION IN THE CONTEXT OF COOPERATIVE EDUCATION AS A TOOL OF THE COOPERATED PARTICIPATION

Matheus Gomes Pereira, Márcia Eliana Martins, Suellen Nascimento dos Santos

EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: UMA FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO E VALORIZAÇÃO DO COOPERADO? 144

COOPERATIVE EDUCATION: A TOOL FOR BUILDING AND VALORIZATION THE COOPERATIVE?

Cintia Silva Queiroz, Márcia Eliana Martins, Geusa da Purificação Pereira, Letícia Caribé Batista Reis

APRESENTAÇÂO

A Cadernos Macambira é um periódico multidisciplinar, indexado e de acesso aberto que, desde 2016, tem se dedicado a publicizar resumos, relatos de experiências e artigos apresentados em eventos das mais diversas naturezas. No ano de 2022 adotamos uma nova politica editorial, e em função disso, iniciamos também a publicação de artigos e outros trabalhos desenvolvidos a partir de outras iniciativas.

Como forma de celebrar esse momento estamos finalizando o mês de abril com a publicação do segundo número do ano de 2022, fruto da parceria desenvolvida entre o Laboratório de Politícas Públicas e Desenvolvimento Territórial (LaPPRuDes) e a Coordenação do Curso Superior em Tecnologia de Gestão de Cooperativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Serrinha.

Nestes sete anos da Cadernos Macambira se somam a esse número outros 14, totalizando 15 números (quadro 1) e 376 trabalhos. São muitos aprendizados desenvolvidos ao longo dos anos, podemos destacar a plublicação dos Anais do Jornada de Agreocologia da Bahia, do Simpósio de Agreocologia da Bahia e do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências.

A parceria mais solida é a desenvolvida com a organização do Seminário do Sisal, que já rendeu três números: o volume 3, número 2, publicado em 2018; o volume 4, número 1, publicado em 2019; e o volume 7, número 1, publicado em 2022.

Quadro 1. Sistematização do registro das publicações da revista Cadernos Macambira de 2016 a abril de 2022.

Volume, Número, Ano	Número de trabalhos publícados	Título	Link de acesso
V1, N1, 2016	20	IV MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IF BAIANO - ILHÉUS-BA - 18 a 21 de novembro de 2015.	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/8
V1, N2, 2016	23	II Simpósio de Agroecologia UNEB Campus XXII	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/10
V2, N1, 2017	15	Anais do Simpósio de Agroecologia da Bahia	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/18

		– BA (artigos)	
V2, N2, 2017	51	Anais do Simpósio de Agroecologia da Bahia – BA (resumos e relatos de experiências)	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/16
V3, N1, 2018	12	Anais do Curso de Formação Continuada em Educação do Campo da UFRB	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/20
V3, N2, 2018	17	Anais do I Seminário de pesquisa, extensão, inovação e cultura do Território do Sisal	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/29
V4, N1, 2019	30	Anais do II Seminário de pesquisa, extensão, inovação e cultura do Território do Sisal	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/21
V4, N2, 2019	74	Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/22
V5, N1, 2020	22	Anais da I SEMBIO – Semana de Biologia do Instituto Federal Baiano Campus Serrinha	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/23
V5, N2, 2020	32	Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências - I CIEPTER	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/30
V6, N1, 2021	30	Anais do IV SEDIRD e I Encontro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/31
V6, N2, 2021	20	Anais do I Seminário do Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/37
V7, N1, 2022	22	Anais do IV Seminário de Pesquisa, Extensão, Inovação e Cultura do Território do Sisal	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/38
V7, N especial, 2022	8	Cadernos Macambira	https://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/40

Assim, reforçamos o nosso compromisso com a divulgação científica de acesso aberto e de qualidade e convidamos a toda a comunidade interessada nas temáticas apresentadas a

realizarem a leitura e compartilhamento dos trabalhos publicados, assim como, os interessados em publicar os anais de eventos conosco ou em estabelecer parceria, podem entrar em contato através do email: cadernosmacambira@gmail.com.

Erasto Viana Silva Gama
Editor

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS
MACAMBIRA
ISSN 2525-6580

EDITORIAL

"*QUEM ENSINA APRENDE AO ENSINAR E QUEM APRENDE ENSINA AO APRENDER*[1]": OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DOS EGRESSOS EM GESTÃO DE COOPERATIVAS DO IF BAIANO – *CAMPUS* SERRINHA

Marcia Eliana Martins

Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Serrinha/ E-mail: marcia.martins@ifbaiano.edu.br, https://orcid.org/0000-0001-5828-5983

RESUMO: O objetivo deste editorial é apresentar o número especial da Revista Cadernos Macambira cujo cerne está na divulgação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) elaborados pelos(as) estudantes da primeira turma do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas do IF Baiano – *Campus* Serrinha. Os trabalhos aqui apresentados trazem o esforço de parte dos estudantes da turma ingressante no ano de 2018 no sentido de aprofundarem os conteúdos acadêmicos estudados ao longo do curso em pesquisas bibliográficas e revisões sistemáticas de literatura. As pesquisas foram realizadas ao longo do ano letivo de 2021, marcando, para estudantes, orientadores(as) e avaliadores(as) um espaço/período de trocas e experiências em que o processo de ensino e aprendizagem contribuiu para o início de uma nova etapa profissional e acadêmica.

Palavras-chave: Cooperativismo. Trabalho de Conclusão de Curso. IF Baiano.

Editorial

Para Paulo Freire (1996) os espaços educativos se configuram como aqueles em que docentes e discentes intercambiam conhecimentos, experiências e perspectivas de presente e futuro capazes de transformar a realidade. Neste ínterim, é necessário aos educandos e educadores compreenderem-se como aprendizes e facilitadores do processo de ensino-aprendizagem, criando possibilidades para uma construção coletiva do conhecimento. Dessa forma, escrever sobre o curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas ofertado pelo IF Baiano – Campus Serrinha é contar sobre uma história de resistência, persistência e vitória, que perpassa a vida de estudantes, servidores e daqueles que o impulsionaram e incentivam até hoje.

[1] FREIRE, Paulo (1996).

O curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas teve sua primeira oferta de turma em 2018. É um curso de formação tecnológica, com duração de três anos, voltado para a inserção de profissionais do cooperativismo em organizações coletivas, cujas especificidades são pensadas para o Território do Sisal. No entanto, a atuação dos tecnólogos em Gestão de Cooperativas não é limitada a este território, uma vez a interdisciplinaridade é um dos seus pilares de formação e construção do conhecimento.

Quando o curso foi iniciado todos éramos calouros: estudantes, professores, servidores, setores. Todos estávamos tentando nos habituar às especificidades de um curso superior num campus novo, recém inaugurado, localizado em um espaço físico e geográfico que nos proporcionou experiências e desafios diversos. No entanto, foram estas experiências e desafios que conformaram o que somos hoje enquanto instituição, curso, servidores, educadores e, sobretudo, egressos.

A primeira turma a finalizar o curso – "os probos pioneiros" – trazem as marcas daqueles(as) que desbravaram um espaço acadêmico e laboral ainda em construção. Vivenciaram as alegrias e a empolgação de serem os primeiros, de estarem num curso superior. Venceram os desafios da jornada acadêmica – eram tantos trabalhos! –; o período de atividades remotas imposto pela pandemia; e o tão temido TCC. Venceram, acima de tudo, as limitações que acreditavam serem intrínsecas à caminhada! Este número especial da Revista Cadernos Macambira, apresentando os resultados dos Trabalhos de Conclusão de Curso de parte da turma, tem um valor que vai além do meramente acadêmico.

Neste sentido, no primeiro artigo apresentado, quando Matos et. al. (2022) discutem "A importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar", são movimentados conteúdos de extrema relevância para o contexto cooperativista, visto que a gestão de custos ainda se configura como um gargalo para as cooperativas voltadas à agricultura familiar. Os autores ressaltam que, com base nos resultados encontrados, a correta adequação da gestão de custos contribui para que as cooperativas da agricultura familiar encontrem uma fonte de informações bastante útil para o processo de tomada de decisões gerenciais.

Em seguida, Silva et. al. (2022) realizam uma discussão sobre "O papel da juventude rural no fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar", buscando relacionar os aspectos históricos, as dificuldades e os desafios inerentes a esta relação. As autoras apresentam dados

importantes que relacionam conceitos como êxodo rural, juventude, cooperativismo, políticas públicas às questões de cunho estrutural e do imaginário social, como fatores que conformam o contexto da juventude rural no Brasil.

Já, para a discussão empreendida por Lima et. al. (2022) no artigo "O Armazém Da Agricultura Familiar e economia solidária de Serrinha: importância e contribuições para a comercialização no Território do Sisal", os autores mobilizam conteúdos e conceitos tais como economia solidária, mercados e comercialização à atuação de uma central de cooperativas cujos propósitos culminam num esforço para congregar, em espaços de comercialização comuns, produtos de diferentes empreendimentos solidários baianos, contribuindo para a "geração de trabalho e renda".

No que tange ao artigo "Associativismo e desenvolvimento no contexto rural: desafios e aproximações", Santos; Martins; Cardoso (2022) discutem a importância do associativismo como promotor do desenvolvimento no contexto rural brasileiro. As autoras apresentam argumentos que corroboram à influência positiva que experiências associativistas trazem ao meio rural brasileiro, espaço historicamente marcado por desigualdades.

Na sequência, ao discutir as relações entre o cooperativismo, o associativismo no contexto do transporte alternativo no artigo "O cooperativismo e o associativismo nos estudos sobre transporte alternativo: uma pesquisa bibliográfica", Santos; Souza; Martins (2022) têm como objetivo aprofundar a discussão em torno de aspectos pertinentes às experiências com o transporte alternativo de vans e kombis quanto à relação dos trabalhadores em termos associativos e de organização coletiva. Para os autores, os resultados encontrados demonstram a importância da "formação de cooperativas de transporte alternativo" para que os trabalhadores deste setor possam lidar com os "conflitos enfrentados com o Poder Público e as empresas de transporte regulares".

Santos; Souza; Martins (2022), por sua vez, no artigo "Juventude rural e economia solidária: uma revisão de literatura" buscam compreender as possibilidades de interrelação entre os conceitos de juventude rural, economia solidária, trabalho e experiências formativas. Neste sentido, os autores afirmam, a partir dos resultados encontrados, que "a família, as cooperativas, as escolas família agrícolas e os processos produtivos" representam aspectos importantes para os jovens rurais brasileiros em suas escolhas voltadas à "permanência e sucessão" em seus

espaços de vida e trabalho.

Por fim, os dois últimos artigos trazem uma discussão extremamente cara ao cooperativismo no Brasil, a educação cooperativista. Pereira; Martins; Santos (2022) proporcionam uma discussão pertinente no artigo "Educação, Formação e Informação no contexto da Educação Cooperativista como ferramenta de participação dos cooperados" ao apresentarem a educação como um instrumento importante para a manutenção dos objetivos sociais de uma cooperativa e, consequentemente, da participação dos cooperados para o funcionamento adequado destas organizações. A partir dos resultados encontrados, os autores afirmam que a educação cooperativista se apresenta como um instrumento capaz de garantir "formas de participação mais qualificadas" em diferentes espaços/momentos coletivos presentes em uma cooperativa.

Já Queiroz et. al. (2022) se debruçam, no artigo "Educação Cooperativista: uma ferramenta de construção e valorização do cooperado?", sobre a discussão referente à educação e à formação dos cooperados como estratégias presentes nos princípios cooperativistas desde as primeiras experiências deste tipo de organização coletiva. Neste sentido, as autoras afirmam que a educação cooperativista pode efetivamente contribuir para "a valorização e construção" de "cooperados conscientes e ativos" uma vez que suas ações têm como objetivo "potencializar os sujeitos a pensar, refletir e problematizar o ambiente organizacional", além de incentivar uma atuação cidadã no seu contexto de vida.

Dessa forma, a partir da apresentação preliminar dos artigos que compõem este número especial, percebemos que esta publicação, para além de seu mérito acadêmico, traz em si o esforço e a vitória de uma caminhada coletiva da primeira turma a finalizar o curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas do campus Serrinha. Representa ainda, para nós, professores que igualmente nos (trans)formamos ao longo deste percurso, uma das demonstrações de crescimento profissional e acadêmico destes estudantes, hoje, egressos do curso, tecnólogos em Gestão de Cooperativas.

Desejamos sinceramente que este esforço final seja mais uma "abertura de caminhos" para as turmas seguintes!

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIMA, V. F. de .; PEREIRA, G. da P.; FARIAS, R. C. G. . .; SANTOS, M. A. F. dos . O armazém da agricultura familiar e economia solidária de Serrinha: importância e contribuições para a comercialização no território do sisal. **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 7, n. especial, p. 56-75, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/682. Acesso em: 26 abr. 2022.

MATOS, C. L. da S. .; LOPES, M. C. de A. .; CARNEIRO, E. S. .; SILVA, A. C. da. A importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar. **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 7, n. especial, p. 14-35, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/680. Acesso em: 26 abr. 2022.

PEREIRA, M. G. .; MARTINS, M. E. .; SANTOS, S. N. dos . Educação, formação e informação no contexto da educação cooperativista como ferramenta de participação dos cooperados:. **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 7, n. especial, p. 127-143, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/688. Acesso em: 26 abr. 2022.

QUEIROZ, C. S. .; MARTINS, M.; PEREIRA, G. da P. .; REIS, L. C. B. Educação cooperativista: uma ferramenta de construção e valorização do cooperado? **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 7, n. especial, p. 144-165, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/689. Acesso em: 26 abr. 2022.

SANTOS, D. C.; SOUZA, H. F. .; MARTINS, M. E. Juventude rural e economia solidária: uma revisão de literatura. **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 7, n. especial, p. 108-126, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/687. Acesso em: 26 abr. 2022.

SANTOS, M. C. A. do R. .; SOUZA, H. F. .; MARTINS, M. E. O cooperativismo e o associativismo nos estudos sobre transporte alternativo: uma pesquisa bibliográfica. **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 7, n. especial, p. 88-107, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/684. Acesso em: 26 abr. 2022.

SANTOS, V. S. .; MARTINS, M. E. .; CARDOSO, P. O. . Associativismo e desenvolvimento no contexto rural: desafios e aproximações. **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 7, n. especial, p. 76-87, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/685. Acesso em: 26 abr. 2022.

SILVA, E. T. da .; PEREIRA, G. da P. .; TOLEDO, C. .; CARVALHO, G. J. de . O papel da juventude rural no fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar. **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 7, n. especial, p. 36-55, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/681. Acesso em: 26 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS
MACAMBIRA
ISSN 2525-6580

ARTIGO / ARTICLE

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS PARA AS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

THE IMPORTANCE OF COST MANAGEMENT FOR FAMILY FARMING COOPERATIVES

Carlos Leandro da Silva Matos[1], Marcio Caetano de Azevedo Lopes[2], Etiene Santiago Carneiro[3], Adriana Carneiro da Silva[4]

[1]Graduado em Tecnologia em Gestão de Cooperativas do Instituto Federal Baiano (IF Baiano). E-mail: leomattos25@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6584-1028.
[2]Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Professor de Administração Rural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). E-mail: mrcaetano@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8302-9359.
[3]Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (IFBA); Professora de Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). E-mail: etienescarneiro@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0335-4958.
[4]Mestra em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); E-mail: adcsilva@uneb.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5562-6623.

Recebido: 28/03/2022 **Aceito:** 01/04/2022 **Publicado:** 14/04/2022

RESUMO: As cooperativas da agricultura familiar são um importante setor da economia, sendo uma grande referência no setor agropecuário, por abastecer a mesa de milhões de brasileiros com uma diversidade de produtos alimentares e por se apresentar como fonte de trabalho e renda à muitas famílias agricultoras, além de estimular o desenvolvimento socioeconômico de várias regiões. Desse modo, é importante que as cooperativas desenvolvam uma gestão de custos no sentido de manter a sua sustentabilidade econômica e financeira. Assim, o objetivo deste estudo é demonstrar a importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar. Para o alcance desse objetivo, utilizou-se literatura especializada com base em artigos, livros, Trabalhos de Conclusão de Curso, entre outros. A partir das discussões abordadas, percebeu-se que uma gestão de custos adequada pode oferecer informações precisas sobre custos nas atividades desenvolvidas, além de ser uma excelente fonte de informação para a tomada de decisões de cunho gerencial nas cooperativas da agricultura familiar. A análise aqui apresentada demonstra limitado referencial bibliográfico sobre o tema e a necessidade da superação de determinados obstáculos que inviabilizam o uso dos sistemas de custeio nas cooperativistas.
Palavras-Chave: Contabilidade. Rural. Agricultores. Sustentabilidade.

ABSTRACT: Family farming cooperatives are an important sector of the economy, being a great reference in the agricultural sector, for supplying the table of millions of Brazilians with a diversity of food products and for presenting themselves as a source of work and income for many farming families, in addition to to stimulate the socioeconomic development of various regions. Thus, it is important that cooperatives develop cost management in order to maintain their economic and financial sustainability. Thus, the aim of this study is to demonstrate the importance of cost management for family farming cooperatives. To achieve this objective, specialized literature based on articles, books, Course Conclusion Works, among others, was used. From the discussions discussed, it was realized that proper cost management can provide accurate information about costs in the activities developed, in addition to being an excellent source of information for decision-making of a managerial nature in family farming cooperatives. The analysis presented here demonstrates limited bibliographic reference on the subject and the need to overcome certain obstacles that make the use of costing systems unfeasible in cooperativists.
Keywords: Accounting. Rural. Sustenable.

1. Introdução

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, tendo um grande reconhecimento no setor agropecuário. Fonte de trabalho e renda para milhões de brasileiros, o setor agropecuário brasileiro está dividido em agricultura patronal e a agricultura familiar. Segundo Ploeg (2014) a agricultura familiar possui técnicas produtivas e sustentáveis que são simples, inovadoras e possui determinados dinamismos sociais, econômicos, culturais, entre outros, além de fortalecer o desenvolvimento socioeconômico de uma diversidade de comunidades rurais. De acordo com o IBGE (2017), o pequeno agricultor familiar é responsável por fornecer boa parte do que o brasileiro consome de alimentos diariamente.

Entre os principais mercados que esses agricultores utilizam, de acordo com Delgado e Bergamasco (2017), estes variam de mercados institucionais a mercados locais. As cooperativas têm um papel de fortalecimento para esses agricultores, conforme abordam Costa, Amorim Junior e Silva (2015). Neste contexto socioprodutivo que atuam as cooperativas da agricultura familiar, a importância da gestão de custos torna-se bem pertinente (SOUZA FILHO et al. 2004). Conforme abordam Estevam et al. (2012) a organização dos agricultores em cooperativas colabora para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Por sua vez, Martins (2003) aborda que a gestão de custos é um sistema que pode ser utilizado em áreas agrícolas, mas difere a sua usualidade de outras áreas econômicas. Conforme Bacic et al. (2011) a gestão de custos vai além de necessidade contábil, ela é uma necessidade administrativa, pois busca entender os custos nas atividades produtivas das organizações.

Alguns métodos são importantes para serem observados no tema da gestão de custos. O método de custeio por absorção, conforme Bacic et al. (2011), é utilizado para a distribuição de todos os custos das atividades produtivas. Já o método de custeio variável, de acordo com Martins (2010), é uma excelente forma de identificar os custos das atividades e dos processos, possibilitando uma visão mais ampla. Também cabe reforçar a importância do Custeio Baseado em Atividades que, conforme Bacic et al. (2011), é baseado a calcular os custos indiretos das atividades por setor.

Desse modo, as cooperativas da agricultura familiar podem utilizar os métodos de gestão de custos com a finalidade de tornar-se mais competitivas, fazendo necessário o uso eficiente destes métodos. O objetivo deste estudo é demonstrar a importância da gestão de custos para

as cooperativas da agricultura familiar. Para o alcance deste objetivo, este trabalho baseou-se em literatura especializada sobre o tema da gestão de custos, agricultura familiar e cooperativas da agricultura familiar. Do mesmo modo, este estudo se justifica no sentido de suprir uma lacuna de pesquisa sobre o tema.

Este trabalho está dividido, além desta seção de introdução, em mais quatro seções. A segunda seção apresentamos o referencial teórico que traz uma abordagem sobre agricultura familiar, cooperativismo e gestão de custos. Já a seção três, está apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa. Em seguida, na seção quatro, apresentamos os resultados e discussões, que aborda a importância da gestão de custos e as cooperativas da agricultura familiar, bem como os desafios no uso da gestão de custos. Por fim, na seção cinco, estão apresentadas as considerações finais com uma breve discussão sobre o tema pesquisado.

2. Referencial Teórico

2.1. A agricultura familiar a partir do contexto nacional

No Brasil a produção agropecuária é desenvolvida por dois principais setores: a agricultura patronal e a agricultura familiar. A agricultura patronal é aquela que utiliza massivamente as possibilidades tecnológicas disponíveis para a produção em escala, além de possuir trabalhadores contratados fixos ou temporários em propriedades de tamanhos médios ou grandes.

Um aspecto a se destacar é que esse tipo de propriedade prioriza o monocultivo de culturas voltadas à exportação, como por exemplo: soja, milho, algodão, entre outras. Já na produção oriunda da agricultura familiar, o manejo da terra é realizado por pequenos grupos de trabalhadores rurais geralmente pertencentes a uma mesma família, sendo esse núcleo familiar a mão de obra predominante na produção e, mesmo não dispondo de tantos recursos tecnológicos, contudo, detém uma forte característica em torno da diversificação da sua produção (ALVES, 2019).

Conforme observa Sauer (2008), contrapor o mito da superioridade econômica da agricultura patronal, é essencial para o fortalecimento da agricultura familiar. De acordo Ploeg (2014, p. 7) “a agricultura familiar não é definida pelo tamanho da área cultivada, mas pela forma que as pessoas plantam e vivem”. A agricultura familiar é a principal responsável pela produção

dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. Conforme observado nos dados do último Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, o Brasil detém pouco mais de cinco milhões estabelecimentos rurais, destes, quase 77% são essencialmente familiares (IBGE, 2017) e estão dispersos em todo o país.

Em extensão de área, a agricultura familiar ocupa aproximadamente cerca de 80,9 milhões de hectares, o que representa cerca de 23% da área utilizada para desenvolver atividades agropecuárias. Contudo, mesmo ocupando uma área de 23% do território do país, a agricultura familiar é responsável por aproximadamente mais de 15 milhões de pessoas ocupadas no campo, o que representa 67% dos trabalhadores do setor agropecuário (IBGE, 2017). É importante afirmar que cerca de 70% dos estabelecimentos da agricultura familiar têm área entre 1 e 50 hectares (IBGE, 2017). De acordo com Silva (2015) os agricultores produzem alimentos saudáveis, visando a preservação do solo, além do uso consciente dos recursos naturais.

Outro ponto importante é que a agricultura familiar é uma grande fonte de geração de trabalho e renda para os membros das famílias desses agricultores. Segundo Schneider (2003) a pluriatividade encontrada na agricultura familiar é uma peculiaridade historicamente idealizada e mostrar-se na essência dos seus sistemas produtivos.

> A agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. Tendo em conta todas essas características, a agricultura familiar pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional. Ela pode fortalecer o desenvolvimento econômico de diversas maneiras, criando empregos e gerando renda. Pode elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais. Pode também gerar postos de trabalho atrativos para grande parte da sociedade, assim contribuindo consideravelmente para a emancipação de suas parcelas mais oprimidas. A agricultura familiar pode ainda favorecer a manutenção de belas paisagens e da biodiversidade (PLOEG, 2014, p. 11).

Ainda conforme Ploeg (2014), a agricultura familiar controla os principais recursos pertencentes à família como terras, animais, os cultivos, entre outros. O autor ainda aborda que esse conhecimento faz com que haja o uso combinado de recursos (PLOEG, 2014), gerando uma integração com a comunidade em que atua, trazendo alguns retornos, como a participação em cooperativas e o acesso aos mercados em que esses produtores comercializam a produção. Conforme Schneider (2003), dada a sua vulnerabilidade social e econômica, os agricultores buscam melhores condições de remuneração. Por isto, o máximo empenho ao fortalecimento das

atividades agrícolas como meio de inclusão dos agricultores na economia. (SCHNEIDER, 2003).

Os canais que esses agricultores utilizam para a comercialização variam entre mercados que vão desde os mercados locais aos mercados institucionais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)" (DELGADO; BERGAMASCO, 2017). Para o agricultor, os mercados locais têm grande relevância por ser uma cadeia curta de comercialização, tais como as feiras livres ou outros canais que estão conectados às vendas junto às cooperativas, entre outros.

A comercialização é uma forma de gerar ocupação e renda à juventude rural, que é fundamental para a agricultura familiar, uma vez que o jovem é primordial para a continuidade dos empreendimentos familiares, além de evitar a migração desses jovens para os grandes centros. Esse processo de manter o jovem agricultor favorece também a conservação de sua cultura, crenças e ao mesmo tempo gera renda a esses jovens que permanecem no seu local quando existe a oportunidade de reprodução socioeconômica.

De acordo com Mattei (2014) é neste cenário histórico-estrutural que a agricultura familiar se encontra fixada, independentemente de sofrer dificuldades para obter acesso aos benefícios das políticas públicas, continua sendo uma forma de produção que busca estabelecer sistemas produtivos focalizados na biodiversidade, na importância do trabalho familiar, na inserção de jovens e de mulheres, no cultivo de alimentos designados à segurança alimentar e nutricional da população e no estímulo à democratização da obtenção à terra e a outros meios de produção como tática de construção do meio rural sustentável (MATTEI, 2014).

Neste contexto do desenvolvimento sustentável, a agroecologia contribui para a melhoria dos níveis de sustentabilidade no meio rural, por meio de várias ações que possibilitem a harmonia entre o meio ambiente, a sociedade e a economia, gerando um modelo de economia sustentável (WIZNIEWSKY; KAUFMANN; PASQUALOTTO, 2019) e isso é reproduzido não só nas práticas do campo quando são focadas as produções sustentáveis, mas sobretudo, pelas demandas da sociedade em torno dos alimentos mais saudáveis que são produzidos a partir de um contexto ecológico. No entanto, esse processo produtivo realizado pela agricultura familiar necessita de práticas de gestão mais eficientes na produção das propriedades ou cooperativas da agricultura familiar. Existem agricultores em diferentes regiões com condições de produção adequadas e com amplo mercado consumidor, além de oferta de crédito e, ao mesmo tempo, existem outros

agricultores em situação contrária, menos favoráveis (WIZNIEWSKY; KAUFMANN; PASQUALOTTO, 2019).

Consistindo em diferenças entre esses dois cenários, esses agricultores necessitam da capacidade de gestão do empreendimento, ferramenta indispensável para garantir competitividade comercial (SOUZA FILHO et al., 2004). Assim, as cooperativas atuam como meio de fortalecimento desses agricultores. De acordo Costa, Amorim e Silva (2015) as cooperativas, na condição de sociedade de pessoas, se distinguem das empresas convencionais. Entretanto, nas associações de pessoas, o relacionamento entre a organização e seus sócios é de extrema importância, além das habilidades administrativas e operacionais, bem como na participação dos cooperados no processo de autogestão.

2.2. A importância das cooperativas para a agricultura familiar

As origens do cooperativismo que conhecemos atualmente, de acordo com Singer (2002), originou-se em Rochdale, na Inglaterra, a primeira cooperativa moderna no século 19. Época da Revolução Industrial, os operários viviam em condições muito precárias, com baixos salários, excesso de horas trabalhadas e péssimas condições de segurança, existindo também fome e desemprego nos bairros operários (SINGER, 2002).

Hoje o cooperativismo é um modelo socioeconômico atuante em cerca de 150 países e reúne aproximadamente um bilhão de pessoas em todo mundo e está em amplo crescimento no Brasil, onde existem aproximadamente 15,5 milhões de cooperados e cerca de 5.314 cooperativas com registro ativo (OCB, 2020). Segundo Benato (2003) o cooperativismo defende as causas em prol de uma sociedade igualitária, mais humana, no qual o indivíduo tem os mesmo direitos e obrigações. O movimento cooperativista tem como foco a cooperação coletiva, quando todos os cooperados trabalham juntos buscando o mesmo objetivo. É importante evidenciar que as pessoas que formam a sociedade estão cooperando o tempo todo, a cooperação está em situações simples, em casa e no trabalho, em projetos mais complexos, basta destacar que todos os dias nós dependemos da cooperação de outros indivíduos na realização tarefas mútuas.

> O Sistema Cooperativista se vale do Sistema Capitalista como poder monetário, se vale do Sistema Socialista como poder social e igualitário, mas, independentemente de ambos, se alicerça única e exclusivamente no homem. O homem não é remunerado pelo que tem. O homem não é remunerado pelo que representa na sociedade. O homem é entendido,

> compreendido e remunerado de acordo com sua energia produtiva. No Sistema Cooperativista, quem mais tem se torna sócio de quem menos tem e ambos passam a ter um convívio de igualdade e de cooperação mútua (BENATO, 2003, p. 10).

No Brasil é a Lei nº. 5.764/71 que rege o cooperativismo. Uma cooperativa é constituída com o capital dos cooperados, com estatuto e regimento interno que seguem as diretrizes da Lei nº 5.764/71. Vale destacar que os sete princípios do cooperativismo que, de acordo com a OCB (2020), são: Adesão Livre e Voluntária, Gestão Democrática, Participação Econômica, Autonomia e Independência, Educação, Formação e Informação, Intercooperação e Interesse pela Comunidade. O movimento cooperativista foca em oferecer produtos e serviços aos cooperados e sociedade como um todo, com preços justos e qualidade, tendo como meta a melhoria das condições para que os cooperados possam ter poder de negociação, melhoria da renda, entre outros. As cooperativas possuem muitas particularidades, como a autogestão que a diferencia das empresas convencionais.

> Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão (...) a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. (...) são duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes (SINGER, 2002, p. 16-23).

Na gestão tradicional quem toma as decisões da organização são os níveis hierárquicos superiores, já na heterogestão a decisão cabe a cada indivíduo da organização, não importando o cargo em que ele ocupa, constituindo uma forma de distribuir autoridade igualitária na organização (SINGER, 2002). Para Cunha (2015) a importância social atribuída às cooperativas, que em muitos casos é a única forma de organização e comercialização em municípios e regiões. Esse modelo de relações entre cooperativa e cooperado, gera uma maior eficácia na utilização dos recursos disponíveis. O cooperativismo tem promovido a cultura de cooperação, da ética e solidariedade, da educação (STEFFEN; BÜTTENBENDER, 2006).

A educação cooperativista é fundamental neste processo entre agricultores familiares, os mercados e a sociedade. De acordo com Freitas e Freitas (2021) é possível perceber que através do cooperativismo os cooperados possuem uma série de benefícios como a criação de canais de diálogo entre a cadeia produtiva e consumidora, oferta melhor de assistência técnica, um melhor planejamento produtivo, melhores preços de aquisição de insumos, melhor poder de negociação dos agricultores com governos, fortalecimento das relações com as ONGs, entre outras.

De acordo Estevam et al. (2012), esse formato de organização cooperativa tem colaborado na superação de importantes obstáculos na comercialização dos agricultores familiares, possibilitando as escalas de produção e logística.

Quando a agricultura familiar se une às cooperativas, têm uma oferta de mais canais de diálogos com outros produtos cooperados, havendo uma troca de conhecimento mútuo que pode favorecer na melhoria da produção e consequentemente na qualidade de vida desses agricultores cooperados.

> As cooperativas oferecem um meio pelo qual grupos desfavorecidos podem trabalhar juntos, compartilhar os riscos e resolver problemas comuns. O seu papel na agricultura tem sido reconhecido, por oferecer estabilidade e segurança para pequenos agricultores que lutam sozinhos para fazer frente à concorrência e mudanças no ambiente competitivo (ANDRADE; ALVES, 2013, p. 197).

As cooperativas da agricultura familiar continuamente necessitam de adaptações de suas posturas para se ajustarem às mudanças contínuas dos mercados em que estão inseridas e ter como competir frente a outros mercados, protegendo-se do avanço da agricultura patronal e para superar essa realidade a busca por profissionais capacitados têm sido essenciais para uma adaptação aos novos cenários do mercado competitivo (ANDRADE; ALVES, 2013).

Com mudanças mercadológicas constantes, as cooperativas necessitam de uma resposta adaptativa à essas transformações, significando que muitas vezes essa adequação é fator predominante aos interesses da organização, uma vez que a cada dia precisam usufruir de novas tecnologias para que possam produzir com boa qualidade e ao mesmo tempo mantendo o controle sobre os custos de produção. Segundo Martins (2010) para a sobrevivência das organizações nesses mercados uma vez que ficam mais competitivos, a organização necessita traçar e alcançar elevados níveis de qualidade, eficiência e produtividade, suprimindo desperdícios e diminuindo custos.

Desse modo, é indispensável que os gestores obtenham informações concisas, tempestivas e atuais para um apoio eficaz ao método decisório (MARTINS, 2010). As atividades desenvolvidas por cooperativas e seus cooperados, geram custos, como qualquer outra organização. Desse modo, é fundamental a implantação e adequações constantes no sistema de gestão para manter a cooperativa competitiva não só no cenário comercial, mas em outras áreas como na sustentabilidade econômica e financeira do empreendimento.

2.3. Gestão de custos: conceitos e aspectos importantes

Conforme Leão (2008) os custos e as despesas fazem parte do grande conceito de gastos de uma empresa. Esses gastos representam a compra de um produto ou serviço qualquer que já no sacrifício financeiro da empresa o impacto no caixa ou a entrega ou a promessa de entrega de ativos e produtos realizados, como por exemplo a compra de matérias-primas, honorários da diretoria, compra de imobilizado, energia, telefone e manutenção das instalações (LEÃO, 2008). Segundo Sens (2011) a gestão de custos é uma importante ferramenta no auxílio da administração na geração de dados precisos usados nas tomadas de decisões.

A gestão ajuda na análise e interpretação dos dados das organizações com o objetivo de garantir a sustentabilidade da organização. Com esse desafio em garantir a sustentabilidade no mundo competitivo, a gestão de custos é uma poderosa ferramenta usada na avaliação de desempenho, controle da gestão e na utilização de recursos nas etapas produtivas e administrativas e na prospecção de lucro (SENS, 2011). Quando um empreendimento com viés econômico reduz os seus custos e aumenta a sua produtividade oferecendo produtos e serviços de qualidade, a cooperativa ganha novos mercados, além de um poder financeiro, conhecimento mercadológico que norteia as organizações em períodos diversos, que vai desde um bom ano para o setor em que atua a cenários de crises, visando conciliar crescimento da cooperativa com redução de custos.

A boa gestão dos dispêndios, ou seja, o sacrifício financeiro decorrente dos atos cooperados, ajuda a determinar o preço certo dos produtos e serviços que condizem com a realidade tanto da cooperativa, quanto do mercado. Com o cenário do mundo competitivo cada vez mais acirrado, a redução de desembolsos tem sido fundamental (MARTINS, 2010). A gestão faz com que a organização diminua suas despesas e maximize os seus rendimentos constantemente, sempre com menor número de gastos possível, esse controle de gastos é muito importante para fornecer as informações necessárias sobre a rentabilidade e desempenho das atividades da organização.

De acordo com Guerreiro (2011) rentabilidade é o retorno de um investimento, sendo indicado por um percentual ligado ao lucro líquido aos investimentos da organização. A gestão de custos pode trazer informações claras sobre todos os gastos, despesas ou investimentos da

empresa, para saber como trabalhar da melhor maneira possível e ter sempre os melhores resultados que a gestão pode proporcionar, além de manter uma base muito sólida de informações para conseguir tomar melhores decisões, sem a gestão de custos, o gestor tem mais dificuldades em entender quais seriam os próximos passos de uma organização (MARTINS, 2010).

> As organizações, de um modo geral, efetuam gastos no seu dia a dia para que possam funcionar. Esses gastos podem ser efetuados para administrar, vender produtos, produzir, contratar transportadoras, pagar salários, transporte e treinamento de colaboradores, energia elétrica consumida, gerenciamento de um projeto ou de uma área, manutenção dos equipamentos, aluguel, compra de matéria-prima, de embalagens, de veículos para transportar seus produtos. Enfim, para resumir, podemos relacionar uma infinidade de gastos, independente do ramo de atividade da empresa, seja comercial, prestadora de serviço ou industrial (SENS, 2011, p. 3).

Qualquer organização com fins econômicos tem a necessidade de tornar seus produtos e serviços competitivos, já que o crescimento ou até mesmo a sobrevivência da organização, depende da elaboração de uma gestão de custos impecável e que proporcione cada vez mais preços competitivos para atrair novos mercados, a gestão de custos é uma das mais importantes áreas em qualquer empresa, sendo que o aperfeiçoamento da gestão de custos leva o empreendimento a ter resultados econômicos sólidos (BACIC et al., 2011).

Segundo Martins (2010) o equilíbrio de custo perfeito de produção de um certo bem ou serviço, consiste em conseguir os melhores materiais para a produção com bom custo, além de dispor de uma eficiente mão-de-obra, para poder usufruir de toda a capacidade produtiva da organização fazendo o equilíbrio entre produtividade e a redução dos custos a fim de garantir uma maior rentabilidade.

Para o alcance desses objetivos foram desenvolvidos diversos modelos de gestão, um desses modelos é a gestão de custos, que se define como um processo que utiliza de técnicas multidisciplinares, que guiam os gestores a compreenderem as origens dos custos (SENS, 2011). Dessa forma, cabe a identificação de todos os custos, os quais representam os gastos de uma organização, assim como os excessos e as oportunidades para melhor aplicação dos recursos. Além disso é importante salientar que, com a gestão de custos, é possível evitar que os gastos ultrapassem as receitas, utilizando como ferramenta o controle de custos.

Contudo, vale salientar que custos e despesas são diferentes. Que também tem custos fixos e variáveis, além de despesas fixas e variáveis que precisam entrar na formulação da gestão

de custo. De acordo com Martins (1990), o custo é o gasto ligado à produção de bens e serviços da organização e são apurados na atividade-fim da empresa. Segundo Leão (2008) esses custos representam gastos efetivados na empresa na produção de bens ou serviços.

Esses custos classificam em: matéria-prima utilizada no processo produtivo, salário do pessoal do setor da produção, manutenção das máquinas da fábrica, depreciação das máquinas, custos indiretos de fabricação, entre outros. As despesas, por outro lado, são os gastos que ocorrem na obtenção de receitas (SENS, 2011).

Quadro 1. Classificação dos gastos conforme Martins (1990)

Terminologia dos gastos	Características
Despesa	Bem ou serviço consumido diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.
Investimentos	Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).
Custo	Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de bens ou serviços.
Perda	Bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.
Desperdício	Gasto excedente pelo mal uso dos recursos.

Fonte: Adaptado de Martins (1990).

Conforme Bacic et al. (2011) existem diversos métodos de custeio, contudo os mais praticados são: custeio por absorção, método de custeio variável e custeio baseado em atividades. Esses métodos são usados por diversos empreendimentos comerciais e de acordo com Borgert et al. (2008) os métodos de custeios são técnicas de uso para definir os custos de produtos e serviços e a objetividade de uso desses métodos é a forma padronizada e direta de apuração e conclusão dos custos totais da empresa com o intuito de traçar metas e estratégias.

O custeio por absorção de acordo com Bacic et al. (2011), é quando o produto que está sendo fabricado absorve todo valor de gasto que pode ser matérias-primas, mão de obra direta, custos indiretos de fabricação no esforço da produção, entre outros. Por isso, o custeio por absorção representa a apropriação, ou seja, a distribuição de todos os custos do processo

produtivo, sejam eles diretos e indiretos, fixos e variáveis atribuídos nos produtos ou serviços elaborados nas organizações (MARTINS, 2010). Este método atende os princípios fundamentais da contabilidade em que os gastos relacionados aos esforços de produção e somente eles são alocados aos produtos ou serviços. Esse método é o único aceito pela Legislação Fiscal Lei nº 6.404/1976[1].

Já o método do custeio variável, conforme Martins (2010), é uma forma extraordinária para a identificação do custo das atividades e dos processos, que possibilita uma visão ampla para a análise da vinculação custo/benefício de cada atividade ou processos das organizações. Esse método aceita a verificação de quanto se gasta em atividades, tarefas e processos em que não se agrupa valor ao produto.

Conforme Bacic et al. (2011) o método de custeio variável não é um método legal, ou seja, não é aceito para fins contábeis, ele é um método gerencial e muito importante, em especial quando a empresa tem muitos itens sendo produzidos. Pelo método de custeio direto ou variável é possível identificar muitas informações importantes para tomada de decisão, uma delas é a chamada margem de contribuição, que se trata de um elemento do custeio direto ou custeio variável (MARTINS, 1990), que é utilizado para tomamos as melhores decisões, pois a identificação de quanto cada um dos itens que estão sendo produzido na sua organização ou comercializados.

O Custeio Baseado em Atividades (Método de Custeio ABC), conforme com Bacic et al. (2011), esse método de custeio é baseado a calcular os custos indiretos às atividades realizadas por cada setor, sejam auxiliares ou produtivos. O conceito do método é que as atividades gastam recursos, ou seja, geram custos indiretos que devem ser calculados no produto ou serviço (BACIC et al. 2011). De acordo com Sens (2011), a gestão de custos pode proporcionar dentro de qualquer empresa alguns pontos importantes, como por exemplo: redução de custos, reduzir gastos desnecessários ou excessivos, que tornam o bem ou serviço competitivo.

Segundo Crepaldi (2016) as transformações e os novos desafios ambientais encarados pelas organizações têm estabelecido grande esforço para atualização no âmbito da contabilidade no que diz respeito aos métodos de custeio. Perante o crescente avanço tecnológico e

[1] Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), também conhecida como Lei das S.A., é a lei que rege as sociedades anônimas no Brasil.

metodológico ocorrido nos últimos tempos e do contínuo aumento da competitividade, surgiu a primordialidade do aumento da qualidade, da otimização do tempo e da diminuição dos custos por parte das organizações a fim de impedirem a perda de espaço no mercado (CREPALDI, 2016). O controle dos custos tem um papel crucial dentro de uma organização, que contribuem com sucesso ou fracasso da mesma. Percebe-se a necessidade cada vez maior de um sistema de gestão integrado buscando assim controlar e prevenir os custeios inerentes ao funcionamento do empreendimento, com objetivo de manter o equilíbrio produtivo e financeiro da organização (MARTINS, 2003).

3. Metodologia

Este trabalho se baseia na possibilidade de apresentar um ensaio teórico, visando demonstrar a importância da gestão de custos nas cooperativas da agricultura familiar. Neste sentido, este trabalho visa atender ao seguinte Problema de Pesquisa: Qual a importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar?

Do ponto de vista do objeto, esta pesquisa é de natureza exploratória e parte de uma revisão bibliográfica que, segundo Gil (2008), tem como intuito o desenvolvimento e esclarecimento e a modificação de conceitos e ideias, tendo em vista a formulação dos problemas mais precisos ou teorias que devem ser estudadas para estudos futuros. Análises com esse propósito são desenvolvidas com a finalidade de proporcionar uma visão geral sobre de um determinado acontecimento, esse tipo de pesquisa é realizada principalmente quando o tema analisado é pouco explorado e torna-se complexo a formulação de hipóteses precisas e instrumentalizáveis (GIL, 2008).

A literatura utilizada para este trabalho foi selecionada considerando os critérios de estudos que baseiam a temática da gestão de custos em cooperativas da agricultura familiar, priorizando trabalhos empíricos ou de revisão de literatura que apresentavam contextos e abordagens pertinentes à pesquisa. Desse modo, a coleta dos dados desse estudo foi desenvolvida através de buscas realizadas na plataforma *Google Acadêmico*, utilizando as seguintes expressões: “Agricultura familiar”, “Cooperativas”, “Gestão de custos”.

Os resultados das buscas apresentaram uma expressiva quantidade de artigos, cartilhas, monografias, dissertações, teses e livros, com buscas realizadas entre os períodos de 7 de maio

de 2021 a 5 de setembro de 2021. Contudo, a busca resultou em um baixo número de trabalhos acadêmicos que discutem especificamente sobre a importância da gestão de custos nas cooperativas da agricultura familiar, apontando que há uma lacuna sobre o referido tema, tanto na literatura nacional, quanto internacional.

4. Resultados e Discussão

4.1. A gestão de custos e as cooperativas da agricultura familiar

As cooperativas realizam ações comerciais, já que a sua sobrevivência depende da comercialização de produtos e serviços. O desígnio destas operações não é originar benefícios para as cooperativas em relação ao trabalho dos cooperados, mas buscar atender aos interesses e necessidades de seus cooperados (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015). As cooperativas da agricultura familiar são um importante setor socioeconômico do país e a cada dia buscam meios de tornar-se mais competitivas, fazendo necessário o uso dos métodos de gestão de custos. Esse mercado competitivo faz com que as cooperativas da agricultura familiar busquem meios de controlar os seus custos, cabendo esse papel a gestão de custos. Segundo Costa; Amorim Junior e Silva (2015), desconhecer quais produtos e serviços traz sobras à cooperativa é um risco.

Os autores utilizados neste estudo são unânimes sobre a importância da gestão de custos nas organizações. Porém o vasto acervo bibliográfico que discorre sobre gestão de custos, tem sido elaborado para empresas convencionais, tendo escassez de estudos com o referido tema voltado as cooperativas da agricultura familiar, fazendo-se necessários mais estudos sobre o tema. Segundo Gura (2018) o pequeno produtor rural familiar desempenha uma ação fundamental para a produção de alimentos de uma nação, eles são responsáveis por levar a diversificação de produtos alimentar que chegam à nossa mesa, tornando a agricultura familiar um setor crucial para a economia (GURA, 2018).

Diante da importância desse setor econômico, o seu fortalecimento torna-se indispensável e um dos pontos desse fortalecimento é a realização eficiente da gestão de custos, já que a gestão de custos é relevante para o contexto das organizações, incluído as cooperativas da agricultura familiar (CAMPOS, 2016). Levando em consideração que a gestão de custos está em todos os níveis das organizações, desde o setor estratégico ao operacional.

Conforme Franco et al. (2015) quando o agricultor consegue ter um adequado domínio na gestão de custos, o processo da tomada de decisão simplifica-se, tornando-se rápido e eficiente. Este fato pode ser um dos maiores desafios enfrentados por parte dos proprietários rurais que administram sua propriedade, tornando fundamental a busca por auxílio para o tratamento adequado dos custos (GURA, 2018).

Segundo Fonseca (2018) a gestão de custo para esses agricultores pode ser complexa, pois os agricultores familiares precisam de conhecimentos administrativos, gerenciais e técnicos para poder esquematizar e estruturar a sua produção e o controle é fundamental para gerenciar os custos, formar preços de comercialização, atender a demanda do mercado consumidor, entre outros. Contudo, os agricultores familiares, mesmo não utilizando as práticas da gestão de custos, reconhecem a sua relevância na gestão das propriedades produtivas GURA (2018). Conforme Couto, Dufumier e Reis (2013) o agricultor familiar é responsável por gerir as pessoas e atividades que estão inseridas no processo produtivo e dispõem de uma autêntica autonomia de decisão para harmonizar-se, sempre que necessário, como as condições ambientais e econômicas.

De tal modo, o produtor procura gerenciar o emprego da sua própria mão-de-obra familiar, do melhor modo possível, escalonando as suas ocupações ao longo de todo o ano produtivo. Ainda segundo o autor, as cooperativas são organizações centradas nas pessoas. Além de atuar com ética e princípio, busca a capacidade transformativa que proporcione benefícios às pessoas com um desenvolvimento sustentável. As cooperativas podem ser consideradas um modelo empresarial ideal para implementar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Neste ponto, a gestão de custos é necessária para auxiliar nesses objetivos comuns para das cooperativas desenvolver de modo sustentáveis. Segundo Sausen et al. (2020) o movimento cooperativista está experimentando novas dinâmicas no campo da governança, sustentabilidade e ajudando a alcançar resultados que está alavancando o desenvolvimento econômico e social dos seus associados e das localidades em que atuam (SAUSEN et al. 2020).

Segundo Gouveia (2016) as cooperativas possuem interesse pela comunidade, onde fica explicito o foco no desenvolvimento sustentável nas comunidades em que essas cooperativas atual, com respeito e ao desenvolvimento com respeito ao meio ambiente. Entre as ações que as cooperativas podem proporcionar, a educação inclusiva e equitativa a todos, promover a

igualdade de gênero e empoderamento as mulheres, proporcionar crescimento econômico sustentado, íntegro a todos. Segundo Singer e Machado (2000), algumas formas de organizações econômicas, como as cooperativas, atuam em sistemas de economia solidária, o que também representa formas de organização política da sociedade. Essas organizações da economia solitária, pregam um crescimento sustentável, em que o indivíduo produza respeitando o uso consciente dos recursos naturais.

Segundo Andrade e Alves (2013) as cooperativas criam meios para que grupos desfavorecidos possam atuar em conjunto, dividindo os riscos e as soluções dos obstáculos comuns. Entre esses obstáculos, estão as mudanças frequentes dos mercados consumidores, que obrigam as cooperativas a criarem adaptações, buscando a competitividade mercadológica (ANDRADE; ALVES, 2013).

4.2. As cooperativas e seus desafios no uso da gestão de custos

As cooperativas da agricultura familiar necessitam aprofundar ou dar a devida atenção à gestão de custos relacionadas à sua área de atuação. Essa área necessita de uma análise completa que requer dedicação e disciplina dos gestores referentes aos custos. Esse controle dos custos fornece informações como: onde os recursos estão sendo aplicados, se há desperdício de recursos, onde investir efetivamente, entre outras.

Segundo Alves (2010), o avançado tecnológico e as alterações constantes provocadas pela economia globalizada, tem afetado a agricultura e a pecuária, podendo causar competitividade e assim criar barreiras para a comercialização, mesmo que em pequena escala. O agricultor familiar não possui de subsídios específicos para lidar com essas barreiras comerciais e sofre com maior rigor as consequências de crises que o afetam no sistema econômico (ALVES, 2010). Neste contexto, a informação dos custos é um fator crucial na tomada de decisões de cunho gerencial, podendo sanar as necessidades do produtor e maximizar os bons resultados (ALVES, 2010).

A gestão de custos pode ser utilizada por qualquer organização com fins econômicos, de empresas a cooperativas, as organizações necessitam do uso contínuo desse tipo de gestão, para conhecer o custo que ocorre em todo o processo produtivo que ocorre nas. As cooperativas como qualquer outra organização que comercializam, necessitam de uma gestão de custo

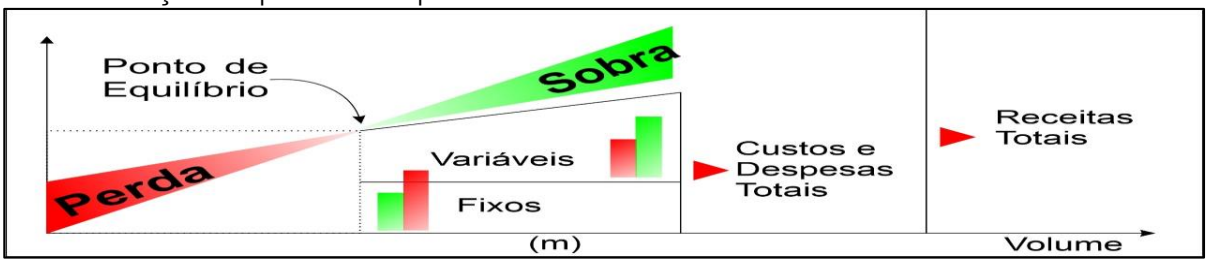
eficiente, que possa proporcionar maiores ganhos econômicos, além de informações solidas do processo produtivo, já que essas informações são utilizadas para as tomadas de decisões gerencias da organização. Entre esses dados Schneider (2003) cita a lucratividade que pode proporcionar investimentos em melhorias nas atividades das organizações, sendo o avanço tecnológico uma dessas melhorias.

Entre os métodos que uma cooperativa pode utilizar, está o método o custeio baseado em atividades - ABC, que parte do pressuposto em que os custos de uma cooperativa são gerados pelas atividades exercidas, e que essas atividades geram produtos e serviços, ou seja custos. De acordo com Bacic (2011) esse procedimento pode apurar com mais precisão as despesas e os custos indiretos. Que são ligados à atividade produtiva da organização. Por meio da análise das atividades, dos seus geradores de custos e dos utilizadores.

O método ABC apura os custos das atividades realizadas por uma organização e de constatar como essas ações estão ligadas a obtenção de receitas e o consumo de recursos. Conforme com Martins (1990), este método é uma ferramenta empresarial que tem como objetivo principal medir e melhorar a apropriação dos custos que são originados para produzir produtos, então ele se baseia nas atividades que realizam para fabricar aquele produto e fornece um grau maior de precisão sobre a atribuição do valor dos custos, até mesmo para após decidir seu preço de venda (MARTINS, 1990). Segundo Sens (2011), através da apuração utilizando o método ABC, é possível elaborar programas de redução e aperfeiçoamento dos processos produtivos, auxiliando as organizações a ter mais ganhos e uma maior eficiência produtiva.

Outro ponto fundamental da gestão de custos é que ela possibilita a apuração sobre o ponto de equilíbrio, algo tão importante para as organizações cooperativistas. De acordo com Bacic et al. (2011), o ponto de equilíbrio é quando há uma situação determinada que a receita é suficiente para cobrir todos os custos e despesas da organização e nesse caso a organização não possui sobra e nem perda. O ponto de equilíbrio fornece informações de qual volume de faturamento necessário a cooperativa precisa atingir para sanar todos os seus custos operacionais como demonstra na Figura 1.

Figura 1. Ilustração do ponto de equilíbrio



Fonte: Adaptado de Martins (2009).

Através da análise do ponto de equilíbrio, as organizações podem elaborar seu controle e planejamento, pois quando uma organização consegue que o produto ou serviço atinja o ponto de equilíbrio todos os custos para a sua produção já foram quitados.

Para Martins (2003), a gestão de custos vem sendo evidenciada nos últimos tempos para indicar a conexão que deve haver entre a ação de gestão de custos e o processo de gestão da organização como um todo. Compreendendo-se que essa integração é indispensável para que as organizações sobrevivam em um ambiente de negócios globalizado e crescentemente competitivo (MARTINS, 2003).

Entre as obras com o tema da gestão de custos utilizadas nesse artigo, fica evidente que é uma metodologia feita para atender às empresas convencionais, cabendo ao cooperativismo os desafios de adaptar-se a essas metodologias e às suas necessidades gerenciais. Entretanto, um possível obstáculo ao uso da gestão de custos nas cooperativas da agricultura familiar é a baixa escolaridade dos associados, já que, segundo dados do IBGE (2017), grande parte desses agricultores possuem escolaridade baixa, o que pode ser um fator que dificulta a compreensão das informações que a gestão custos apresenta. Uma provável solução está na educação cooperativa, uma vez que a educação cooperativista é essencial para a conscientização e valorização do ser humano e é uma ação democrática (SAFANELLI et al., 2011).

Nas cadeias produtivas com as quais os agricultores familiares atuam, mesmo junto às cooperativas que são associados, a escolaridade é um fator importante no processo de gestão de custos (FONSECA, 2018). Nesse sentido, a educação cooperativista é vista como um investimento (BAIOTO, 2008), pois este tipo de educação, pode proporcionar uma compreensão desses elementos que compõem a gestão dos custos.

Levar conhecimento e orientar os cooperados que irão atuar como facilitador que trará a

democrática e participativa interação entre cooperado e cooperativa contribuindo na elaboração de soluções para o desenvolvimento da organização. O tema gestão e custos e a sua utilização em cooperativas da agricultura familiar necessita de mais pesquisas, estudos e debates que apontem e levem em consideração a complexidade do tema e a natureza das cooperativadas que são formas organizacionais que se contrapõem às empresas convencionais.

Uma ampliação do debate sobre a gestão de custos, como utilizar em cooperativas da agricultura familiar, além do foco em educação cooperativista como fonte de conhecimento com ênfase no fortalecimento do cooperativismo, pode contribuir para as cooperativas da agricultura familiar e seus cooperados, pois qualquer organização que comercializam necessitam tornar-se cada vez mais competitiva cabendo a gestão de custo um papel importante para o alcance dos objetivos.

5. Considerações Finais

As cooperativas são vinculadas a um movimento que surge da união de pessoas que querem somar, para crescer juntos, e agir de forma coletiva para gerar ocupação, renda, inclusão, educação, formação e informação, preservação do meio ambiente dentre outros. As cooperativas usam de princípios universais e aplicam esses ideais para o fortalecimento do cooperativismo.

As cooperativas comercializam produtos e serviços que necessitam tornar-se cada vez mais competitivos. É importante para a cooperativa que comercializa produtos da agricultura familiar, conciliar redução de custos nos processos produtivos, mantendo a qualidade, além de conciliar o seu desenvolvimento com a sustentabilidade e oferecendo um preço justo ao consumidor. Cabendo a qualquer organização, a utilização da gestão de custos com objetivo de alcançar as metas desejadas por essas organizações.

Este trabalho buscou descrever a importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar. Foi observado que há uma necessidade de trabalhos acadêmicos com a temática da importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar, pois o tema Gestão de custo é uma atividade contábil comumente utilizada em empresas, mas pouco abordado em sociedades cooperativas, destacando que a gestão de custos tem por objetivo, analisar as informações de custos fixos e variáveis que ocorre durante o processo produtivo

dessas organizações, contribuindo assim para a competitividade das cooperativas no atual mercado brasileiro. Essas informações obtidas através da gestão de custos auxiliam no planejamento, controle e a tomada de decisão das organizações.

Além do mais, observou-se que o conhecimento sobre a temática gestão de custos em sociedades cooperativas esbarra em obstáculos relacionados a baixa escolaridade de grande parte dos agricultores familiares e a pouca oferta de formação sobre a temática, destacando a relevância da educação cooperativista para formação de gestores capazes de gerir de forma eficiente os gastos da cooperativa, para então competir com empresas convencionas.

Considerando os aspectos abordados no presente trabalho, observa-se a necessidade de ampliação de pesquisas que abordem a relevância da gestão contábil de custos em sociedades cooperativas, para investigação e aprofundamento das questões aqui levantadas.

6. Referências

ALVES, C. A. Agricultura familiar e gestão de custos: um estudo de caso na região do semiárido baiano. **Dissertação**, Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de São Carlos; Araras; 2010.

ALVES, L. A. Agricultura familiar e agronegócio: expressões do espaço rural brasileiro no livro didático de geografia do ensino fundamental. **Geosul**, [*s. l.*], ano 2019, v. 34, ed. 71, p. 858-879, 2019. http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p858

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Cooperativismo e Agricultura Familiar:** um estudo de caso, Brasil, p. 194-208, 2013.

BACIC, M. J. et al. **Manual de técnicas e práticas de gestão estratégica de custos nas pequenas e médias empresas**. São Paulo: CRC/SP, 2011.

BAIOTO, C. D. **Educação Cooperativa Solidário**: Perspectivas e limites. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - 2008. Disponível em: https://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2140/CarlosBaioto-CienciasSociais.pdf?sequence=1. Acesso em: 4 set. 2021

BENATO, J. V. A. **O ABC do cooperativismo**. 7. ed. São Paulo: OCESP, 2003.

BORGERT, A. et al. XV Congresso Brasileiro de Custos. **É o Custeio por Absorção o único método aceito pela Contabilidade?** Brasil, p. 1-16, 2008.

CAMPOS, G. R. Gestão de custos: a prática das cooperativas agropecuárias do estado do Paraná. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 17, n.a, p. 95-109, jan./jun. 2016. Link: https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/5720

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n.1, p. 109-125, jan./mar, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006

COUTO, V.; DUFUMIER, M.; REIS, L. L. M. **Agronegócio & agriculturas familiares**: crítica do discurso único para dois brasis. Salvador: EDUFBA, 2013.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural uma abordagem decisória**. São Paulo: Atlas, 2016.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

ESTEVAM, D. O. et al. Cooperativas rurais não patrimoniais (ou virtuais) e o difícil caminho da formalidade: o caso dos agricultores familiares da região do sul do estado de Santa Catarina. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012. DOI: https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2012.v5i1.5520

FONSECA, M. H. Gestão de custos na agricultura familiar na cidade de ponta grossa. 2018. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018.

FRANCO, C. et al. Análise das relações custo, volume e lucro (CVL) na agricultura: estudo multicaso na produção de soja em Diamantino/MT. **Custos e @gronegócio *on line*,** v. 11, n. 4, p. 167-188, 2015. Link: https://periodicos.uff.br/rcgc/article/view/41334

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. **Cooperativismo, agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar**: Reflexões para uma agenda municipal de desenvolvimento sustentável. Viçosa: Editora Asa Pequena, 2021.

GUERREIRO, R. **Estruturação de sistemas de custos para a gestão da rentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVEIA, R. As cooperativas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *In:* IV Cumbre Cooperativas de las Américas, **Anais...** Uruguai, p. 1-10, 18 nov. 2016.

GURA, A. Gestão de Custos: Práticas utilizadas em propriedades rurais familiares. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, p.106, 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/. Acesso em: 15 ago. 2021.

LEÃO, N. S. **Formação de preços de serviços e produtos**. São Paulo: Nobel, 2008.

MARTINS, A. A Gestão de Custos e o Desenvolvimento Empresarial: Um Estudo de Caso na RGB Indústria Metalúrgica LTDA. **Dissertação** (Mestrado em Administração Pública e de Empresas) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas do Rio de Janeiro, p.119, 2003.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 4. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural Brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v 45, p.1-9, 13 maio, 2014. Link: https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/500

PASQUALOTTO, N. KAUFMANN. M. P. WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Santa Maria: UAB/NTE/UFSM, 2019.

PLOEG, J. D. **Dez qualidades da agricultura familiar:** Agriculturas: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

SENS, M. A. et al. **Gestão de Custos**. Indaial: UNIASSELVI, 2011. 281 p. ISBN 978-85-7830-417-1.

SAFANELLI, A. et al. A educação cooperativa: valorização do ser humano. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária da América do Sul. **Anais...**, p. 1-14, 9 dez. 2011.

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. **Embrapa Informação Tecnológica**, Brasilia - DF, ano 2008, n. 1, p. 1-73.

SAUSEN, J. F. C. L. et al. O cooperativismo e suas prioridades internacionais e nacionais nas perspectivas do seu fortalecimento e dos ODS. **Revista Estratégia & Desenvolvimento**, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2020. Link: https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/RED/article/view/106913

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Texto para discussão, 2015. ISSN 1415-4765. CDD 330.908.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; MACHADO, J. **Economia socialista**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SISTEMA OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020**. 2020. Disponível em: http://novo.ocbes.coop.br/arquivos/PUBLICACOES/1608152662Anuario_2020-vf%20(1).pdf. Acesso em: 10 jul. de 2021.

SOUZA FILHO, H. M. et al. Guia para gestão da propriedade agrícola familiar. **Gestão integrada da agricultura familiar – GIAF**, Brasil, p. 1-30, 2004.

STEFFEN, A. J.; BÜTTENBENDER, P. L. Cooperativa da agricultura familiar: o caso CRECAF. XIV Seminário de Iniciação Científica, XI Jornada de Pesquisa e VII Jornada de Extensão. **Anais...** p. 1-2, 07-10 out. 2006.

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS
MACAMBIRA
ISSN 2525-6580

ARTIGO / ARTICLE

O PAPEL DA JUVENTUDE RURAL NO FORTALECIMENTO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

THE ROLE OF RURAL YOUTH IN STRENGTHENING FAMILY AGRICULTURE COOPERATIVES

Eliana Teixeira da Silva[1], Geusa da Purificação Pereira[2], Carla Toledo[3], Ginalva Jesus de Carvalho[4]

[1] Graduada em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Serrinha - E-mail: eliana1472009@hotmail.com

[2]Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa- E-mail: geusapereira@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6843-8071

[3]Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa- E-mail: carla_toledo19@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4545-6709.

[4] Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- Campus Serrinha- Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia UNEB- E-mail: ginalva.carvalho@ifbaiano.edu.br.

Recebido: 31/03/2022 **Aceito:** 04/04/2022 **Publicado:** 14/04/2022

RESUMO: Buscou-se neste artigo descrever o papel da juventude rural no fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar, pontuando seus aspectos históricos, as principais dificuldades e desafios enfrentados por esse público. Nesse intuito, foi realizado um levantamento bibliográfico em periódicos publicados nas bases de dados nacionais. Através das leituras e análises realizadas, identificou-se informações importantes para compreender os avanços e conquistas do cooperativismo e da agricultura familiar. Como resultado, percebeu-se que o problema do êxodo rural é comum e persistente, envolvendo principalmente os jovens. Tal fato se dá em virtude das questões estruturais e do imaginário social construído em torno do espaço rural como um sinônimo de atraso; pela busca de melhores oportunidades nos espaços urbanos que lhes garantam melhorias socioeconômicas e também pela ausência de políticas públicas de incentivo à permanência destes jovens no meio rural.
Palavras-Chave: Juventude Rural. Agricultura Familiar. Cooperativas.

ABSTRACT: This article aims to describe the role of rural youth in strengthening family farming cooperatives, pointing out their historical aspects, the main difficulties and challenges faced by this audience. To this end, a bibliographic survey was carried out in journals published in national databases. Through the readings and analyzes carried out, important information was identified to understand the advances and achievements of cooperative and family farming. As a result, it was realized that the problem of rural exodus is common and persistent, involving mainly young people. This fact is due to structural issues and the social imaginary built around rural space as a synonym for the delay; by the search for better opportunities in urban spaces that guarantee them socioeconomic improvements and also by the absence of public policies to encourage the permanence of these young people in rural areas.

Keywords: Rural Youth. Family Farming. Cooperatives.

1. Introdução

O cooperativismo constitui-se uma importante forma de organização social e de fortalecimento coletivo que contribui para o desenvolvimento da sociedade e inserção de diferentes sujeitos sociais. Esse modelo de organização está muito presente no meio rural e representa uma importante estratégia utilizada para o fortalecimento das ações econômicas de agricultores familiares, categoria social de grande relevância no país.

As cooperativas da agricultura familiar possuem importância significativa para o desenvolvimento do meio rural. No entanto, para a sustentabilidade dessas organizações ao longo do tempo, faz-se necessário, dentre outras questões, a inserção da juventude, a qual, de acordo com o Estatuto da Juventude, compreende aquelas pessoas cuja idade está entre os 15 aos 29 (BRASIL, 2013).

Abramovay, Andrade e Esteves (2007, p. 21) definem a juventude como "*uma construção social de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens*". Corroborando com a ideia dos autores, Groppo (2010), afirma que há uma variação de juventudes existentes, tendo em vista que, esta fase constitui-se de diferentes situações que envolve classe, gênero, etnia, dentre outros, fatores responsáveis pela construção da identidade cultural própria de cada indivíduo. Contudo, a participação dos jovens nas cooperativas da agricultura familiar nem sempre é uma tarefa fácil, o que acarreta, muitas vezes, em um problema para as cooperativas e para o meio rural: a sucessão.

Kestring et al. (2020) discutem sobre a importância da juventude no que tange a agricultura familiar, e enfatizam o quanto o aprendizado é fundamental para o desenvolvimento rural, tendo em vista que, o que é aprendido fora da sua localidade é utilizado para incentivar os jovens a continuarem buscando melhores condições de vida e para isso não necessariamente precisa ser fora das atividades do meio rural.

Nesse contexto, surge a pluriatividade, a partir da qual os jovens rurais passam a agregar valor aos produtos, processos e também à propriedade rural, não se limitando apenas às atividades da agricultura, portanto, a pluriatividade contribui para a autonomia financeira e a gestão da unidade familiar (KESTRING et al., 2020). Nesse sentido, é necessário enfatizar que nem todos os jovens rurais se dedicam exclusivamente ao meio agropecuário, assim, é importante considerar que existem trajetórias diversas que devem ser reconhecidas através de

políticas públicas para a juventude rural de modo a contemplar as distintas realidades.

Desta maneira, compreende-se que é importante pensar nos jovens como sujeitos transformadores, inovadores e que são capazes de contribuírem para ser um transformador social. Pois é uma forma de estimular a sua participação democrática, aumentando o seu conhecimento, exercendo a democracia de forma comprometida, além de reconhecer a importância do cooperativismo o que possibilita melhores condições de permanência no espaço rural.

Se tratando do meio rural, a agricultura familiar é considerada a principal fonte de ocupação da sua população que, ao longo dos anos, vem ganhando força através do cooperativismo, o qual contribui para o fortalecimento e organização dessa categoria social. A agricultura familiar é um tema que tem sido bastante comentado atualmente, alvo de matérias jornalísticas em diversos espaços acadêmicos e não acadêmicos. Entretanto, apesar de ser um assunto com grande relevância, tem-se notado a dificuldade que os agricultores têm encontrado para fortalecer as cooperativas das quais fazem parte. Nesse processo, a inserção da juventude, sua capacidade inovadora e criativa é fundamental.

Desta maneira, compreende-se que "*as cooperativas são uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade. Juntas e cooperando, as pessoas trabalham coletivamente, rumo a um mesmo propósito para alcançarem satisfação*" (ANDRADE; ALVES, 2013, p. 196). E para que haja uma satisfação efetiva da produção rural, é fundamental reconhecer a importância dos jovens rurais que devem suceder os agricultores mais velhos ao fim das suas atividades.

Com base nesse pressuposto, este trabalho discute especificamente sobre a participação da juventude rural, um tema que está cada dia mais se consolidando nas publicações acadêmicas, gerando um interesse maior pela temática, de modo a conhecer as especificidades destas juventudes, "*haja vista que não há uma única juventude rural, um único modelo de jovem rural. São atores sociais que se diferenciam, mesmo agregando características, modos e pertencimentos identitários correlatos*" (KUMMER, 2013, p. 202).

Segundo Valadares (2005), o tema protagonismo juvenil assim como a agricultura familiar, vem sendo discutido nos últimos anos como uma das formas de estímulo ao envolvimento do jovem e como forma de aprendizado da participação democrática. Assim, também é interessante

saber o que o jovem pensa para o seu futuro, se ele se sente pertencente ao local que reside.

Face ao exposto, este trabalho tem como objetivo discutir sobre a importância da participação dos jovens rurais nas cooperativas da agricultura familiar e compreender os principais desafios inerentes a esse processo. Para tal, definiu-se como objetivos específicos: compreender o contexto histórico que envolve a participação e democracia na sociedade; discorrer sobre a importância da participação dos jovens nas organizações sociais e identificar os principais fatores que dificultam a participação dos jovens rurais.

Com base nessa premissa, buscou-se resposta para as seguintes perguntas: Qual a importância da participação da juventude rural nas cooperativas da agricultura familiar? Como a ausência desses jovens pode influenciar no futuro desses empreendimentos?

2. Metodologia

Para elaboração deste artigo, adotou-se a pesquisa bibliográfica que "*é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema*" (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158). Em vista disto, esta pesquisa foi embasada pela abordagem qualitativa, de caráter exploratório.

Com base nos conhecimentos de Gil, a pesquisa exploratória,

> têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias (sic) ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p.41).

Assim, para a construção do trabalho, foram utilizados artigos científicos, livros, teses e dissertações que discutiam a temática em estudo. E, com base nos conhecimentos obtidos por meio das pesquisas bibliográficas realizadas buscou-se ressaltar a importância da participação dos jovens nas cooperativas da agricultura familiar, com ênfase nas suas contribuições nesse ambiente, bem como nas dificuldades enfrentadas por eles nas organizações sociais.

3. Referencial Teórico

3.1. Cooperativismo e agricultura familiar: origens, evolução e importância

Falar do histórico da evolução do cooperativismo pressupõe conhecer de antemão as suas origens. Na história da humanidade, a cooperação foi extremamente importante na formação da sociedade organizada até a contemporaneidade. Em virtude da necessidade de sobrevivência desde os primórdios, os grupos experimentaram da solidariedade e cooperação, se dividiam para a pesca, a caça e a plantação, de modo a suprir as necessidades básicas de alimentação e abrigo, e se auxiliavam mutuamente (CENZI, 2012).

Assim, de forma coletiva, as sociedades primitivas conseguiam unir forças para o enfrentamento de dilemas comuns. De modo similar, a sociedade contemporânea também encontra na cooperação um importante instrumento de fortalecimento coletivo e de viabilização de ações que muitas vezes seriam mais dificultadas individualmente.

Dessa forma, observa-se que a cooperação não é algo novo na história da humanidade. Segundo Valadares (2005) em todas as sociedades, desde as mais primitivas às mais modernas, a cooperação aparece ladeado de outros dois processos sociais em que os indivíduos e grupos são envolvidos simultaneamente: o conflito e a competição. Assim, segundo o autor, a organização social de qualquer comunidade ou sociedade irá refletir o equilíbrio processado entre essas duas forças. Desse modo, a forma pela qual esses processos sociais se apresentam em diferentes sociedades será afetada pela cultura e pelo tipo de organização econômica dominante. À medida que uma sociedade se diferencia, e é aprofundada a divisão do trabalho, torna-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de formas mais avançadas de trabalho associado (VALADARES, 2005).

E, nesse contexto de aprofundamento das desigualdades emerge o cooperativismo enquanto estratégia adotada para o enfrentamento de determinados problemas sociais como o desemprego e a precarização do trabalho, questões aprofundadas à medida que se expande o capitalismo e sua lógica individualista.

Pinheiro (2008, p. 23) afirma que o "*cooperativismo moderno, na forma como hoje são conhecidas as sociedades cooperativas, surgiu em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 tecelões (27 tecelões e 1 tecelã) fundaram uma cooperativa de consumo*". O cooperativismo se consolidou no Brasil através da promulgação do Decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de

1932, conhecida como a Primeira Lei Orgânica do Cooperativismo Brasileiro, em seu art. 2º diz que:

> As sociedades cooperativas, qualquer que seja a sua natureza, civil ou mercantil, são sociedades de pessôas (sic) e não de capitais, de fórma juridica (sic) sui-generis, que se distinguem das demais sociedades pelos pontos caracteristicos que se seguem, não podendo os estatutos consignar disposições que os infrinjam [...] (BRASIL, 1932, S/P).

Ao longo dos anos, as sociedades cooperativas foram se desenvolvendo, evoluindo gradualmente de maneira espontânea, estabelecendo seus princípios e valores mediante o avanço da sociedade (CHAYANOV, 2017). Conceitualmente, o cooperativismo é compreendido como:

> Um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes (REISDORFER, 2014, p. 16).

Com base nos conceitos trazidos pelo autor, pode-se entender que o cooperativismo vem ganhando bastante força ao longo dos anos, fortalecendo suas bases de modo organizado, pautado em regras, direitos e obrigações. Assim, cada interessado em participar da cooperativa, antes de associar-se precisa ter conhecimento de todas as ações desenvolvidas por ela.

Atualmente, o cooperativismo é um importante aliado para o fortalecimento da agricultura familiar, tendo em vista que esses agricultores podem associar-se às cooperativas para desenvolverem determinadas atividades com finalidade econômica e contribuir para resolver dilemas comuns e para minimizar o índice de êxodo rural e fortalecer todo o coletivo de cooperados.

Segundo Anjos (2019, p. 2) "*as formas sociais familiares, atualmente denominadas de agricultura familiar, que se organizaram e se desenvolveram no meio rural são demarcadas por estratégias que resultam das ações políticas e econômicas implementadas no Brasil*". Assim, corroborando com esse pensamento, Altafin (2007, p.1) afirma que:

> Ao buscarmos na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontramos diversas vertentes, dentre as quais destacamos duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra que

> defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN, 2007, p.1).

Com base nos autores supramencionados, entende-se que ao longo do tempo a agricultura familiar vem ganhando notoriedade devido a sua forte organização e presença nas ações de cunho político, econômico e também nas pesquisas científicas, visto que o tema tem sido bastante discutido.

Conforme afirma Delgado e Bermagasco (2017, p. 10), para falar em "*agricultura Familiar no Brasil é preciso falar também do protagonismo social e político desse segmento. Os movimentos e as organizações sociais da Agricultura Familiar têm sido atores importantes no processo de construção da pauta da Reforma Agrária e das políticas públicas*".

De acordo com Schneider (2014, p. 25),

> o surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se a três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditatura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER, 2014, p. 25).

O termo Agricultura Familiar tem definições diversas, dentre elas, a organização de agricultores para produzir determinados produtos para o consumo da população, sendo atualmente, o principal setor responsável pela produção de alimentos do país.

Com base no Art. 3º da Lei nº 11.326/06,

> [...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Desta maneira, conforme o item II, percebe-se que neste tipo de agricultura é muito forte a presença da família no cultivo e produção dos insumos, sendo a partir dela que é retirada a renda familiar. Guilhoto et al. (2007, p. 1) destacam que: "*a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui*

expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país".

No que concerne ao cooperativismo na agricultura familiar, entende-se que ele é um instrumento de dinamização da economia, visto que é fruto da associação de pessoas que exercem um importante papel no que tange à produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas.

3.2. Participação, democracia e funcionamento das organizações cooperativas

A autogestão das cooperativas é uma maneira de organizar-se coletivamente. Assim, é crucial que os próprios cooperados assumam a gestão da cooperativa, sem que haja a necessidade de demais interferências no funcionamento dela, isto é, envolve participação direta e efetiva dos cooperados (FARIA, 2009).

Para discorrer sobre o funcionamento das organizações cooperativas, faz-se necessário compreender o que é a participação enquanto parte fundamental dos processos democráticos. Para isso, elenca-se três tipos de participação: a participação social, a participação popular e a participação econômica, conforme pode ser visto a seguir no Quadro 1.

Quadro 1: Síntese dos três tipos de participação e suas características.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR	PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA
Se dá nos espaços e mecanismos do controle social como nas conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. São os espaços e formas de organização e atuação da Participação Social. É assim que ela é entendida, como categoria e como conceito metodológico e político, pelos gestores públicos que a promovem. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil.	Corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras e que se constituem em movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais etc. A Participação Popular corresponde a formas de luta mais direta do que a participação social, por meio de ocupações, marchas, lutas comunitárias etc.	Nela os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e o controlam democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.

Fonte: Gadotti, 2014; Reisdorfer, 2014. Elaborado pela autora, 2021.

A participação social é garantida pela Constituição Federal de 1988. Assim, a população se posiciona em diversos espaços como o legislativo através do voto, no judiciário a partir da

participação em júri popular e no executivo através da participação em conselhos de políticas públicas. Assim, também acontece nas cooperativas, visto que "*pela prestação direta de serviços aos associados, cada cooperado tem sua representatividade, que é definida pelo direito de voto*" (SILVA et al., 2018, p. 115).

Já a participação popular no Brasil, tem como marco a construção dos movimentos sociais. Desta maneira, entende-se que a participação popular compreende inúmeras forças sociais, isto é, não se restringe apenas aos movimentos sindicais, visto que as cooperativas também fazem parte destas forças. Assim, embora influencie na execução, fiscalização, avaliação e formulação de políticas públicas, nem sempre elas se submetem às regras estabelecidas e nem atuam dentro dos programas do governo.

Dentre os princípios do cooperativismo (adesão livre e voluntária; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade), pode-se encontrar a participação econômica, isto é, ao tornar-se um cooperado, a pessoa contribui para a manutenção das despesas da instituição, tornando-se um sócio. Desse modo, "*Além de contribuir para o capital, os associados têm o dever de operar com a sua cooperativa, pois são os donos do empreendimento. Todos têm de fazer sua parte, de modo que o esforço seja individual e proporcionalmente distribuído*" (WERNER, 2019, p. 4).

Com base nesse pressuposto, nota-se que os membros contribuem para o capital das cooperativas com uma das finalidades que é a de promover o desenvolvimento dela, de modo a gerar algum tipo de retorno financeiro, além de ter poderes para controlar o capital de forma democrática.

No que concerne a gestão democrática, entende-se que:

> [...] as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); e as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática (REISDORFER, 2014, p. 38-39).

Reisdorfer (2014) traz ainda, a importância de reconhecer e promover a gestão democrática nas cooperativas, através da realização de ações e eventos que contemplam a participação da população, sobretudo, para envolvê-los no processo, através da partilha de

informações, elaboração de estratégias individuais e coletivas que visem unicamente o sucesso da instituição.

Observa-se que, o funcionamento das cooperativas é gerido de maneira democrática pelos sócios, assim o resultado das vendas depende do empenho de cada um. No que tange a estrutura organizacional, as organizações cooperativas, contam geralmente com Assembleia Geral podendo ser ordinária ou extraordinária, que é onde se discute os assuntos mais relevantes e definem-se as diretrizes; o Conselho Fiscal que tem por finalidade verificar os atos do Conselho Administrativo que administra as finanças, contratos, etc. (SOUSA, 2009).

Nesse sentido, entende-se que é possível concretizar a gestão democrática através da autogestão, uma vez que ele leva em consideração a opinião de todos os cooperados na tomada de decisão interna e externa, garantindo assim a participação efetiva de maneira organizada (SILVA et al., 2018).

A inserção e participação dos jovens na gestão do empreendimento desempenha importante papel no funcionamento da cooperativa, sobretudo, quando se pensa na perspectiva da sucessão nesse espaço, uma vez que, para que os jovens possam se interessar pelas organizações cooperativas é necessário conhecer esse modelo organizativo. E, ao se inserir nesse espaço, eles têm a possibilidade de conhecer, compreender, se envolver e, a partir disso, ocupar espaços e posições destacadas nesses empreendimentos.

3.3. Juventude e participação social

A juventude brasileira tem grande importância para o futuro da sociedade, contudo, parte considerável dessa população encontra dificuldades em conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho, tendo em vista, que há a necessidade de implementação de políticas públicas específicas para envolver esse público em muitas regiões.

Poucas são as políticas públicas destinadas exclusivamente para a juventude rural, fato que dificulta a vida e permanência desses sujeitos no campo. Assim, é fundamental que sejam implantadas políticas públicas para os jovens rurais de modo a reconhecer a importância deles como sujeitos autônomos e incentivar a sua permanência nesse espaço. Com isso, "*essa concepção avança no reconhecimento dos jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para responder aos desafios colocados pelas inovações tecnológicas e*

transformações produtivas" (SILVA e LOPES, 2009, p. 102).

Com base nessa premissa, Borges e Teixeira (2013, p. 6625) afirmam que: "*O tema protagonismo juvenil vem sendo discutido nos últimos anos como uma das formas de estímulo ao envolvimento do jovem e como forma de aprendizado da participação democrática*". Desse modo, é necessário reconhecer o jovem como um ser de transformação social, para isso, é de fundamental importância que a juventude seja olhada com a devida atenção, isto é, entender a diversidade e especificidades desse público de modo a envolvê-lo em variados espaços, onde sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e com determinadas responsabilidades.

Com base nisso, é essencial considerar a juventude como um ser plural, tendo em vista a diversidade das juventudes que pode ser evidenciada através da sua classe social, das crenças, região, valores, dentre outros aspectos, isto é, compreendendo os espaços sociais em que eles estão inseridos, bem como a representatividade dos jovens nesses espaços.

Fischer, Pereira e Tiriba (2013), apontam que:

> para refletir sobre políticas públicas para, e com, a juventude (ou juventudes), é necessário considerar a diversidade e a complexidade do universo do jovem real que hoje habita as cidades, o campo, as periferias e as favelas, lidando com discriminações e desigualdades de toda ordem, produzidas por uma excludente sociedade de classes (FISCHER; PEREIRA; TIRIBA, 2013, p. 70).

Entretanto, é possível observar diversas carências no que diz respeito à atuação efetiva do Estado para garantir a permanência dos jovens no campo, causando assim o êxodo rural. Contudo, pode-se observar que o fato do jovem mudar da área rural para a área urbana nem sempre resolve o problema de desemprego. Tal questão pode ainda contribuir para a redução da falta de mão-de-obra qualificada e o desenvolvimento das atividades no campo e para a criação de problemas na cidade, como por exemplo, criminalidade, violência e exclusão.

Somado a essas questões, Borges e Teixeira (2013) apontam outros fatores que contribuem para o êxodo da juventude rural. Segundo os autores,

> outro ponto que infelizmente caracteriza a juventude rural é a sua invisibilidade, podendo ser dimensionada a partir de dois prismas. O primeiro relaciona-se com a invisibilidade ou inexistência da fase "jovem" na área rural, ou seja, a maior parte dos adolescentes já participa e contribui para o rendimento e subsistência da propriedade desde cedo. (...) Por outro lado, também são muitas vezes "invisíveis" às políticas públicas em todas as suas esferas, em espaços de participação social, em projetos de desenvolvimento local. É urgente a ampliação de projetos e políticas voltadas especificamente à juventude rural,

em sua pluralidade (BORGES; TEIXEIRA, 2013, 6629).

Diante do exposto, observa-se que a participação social dos jovens rurais nas cooperativas, está intrinsecamente ligada à sucessão familiar, bem como as melhores condições de vida em que os jovens mantêm-se ativamente realizando atividades produtivas, dentre muitas outras habilidades. Fischer, Pereira e Tiriba (2013, p. 75) afirmam que "*os processos de trabalho tornam-se ainda mais educativos, porque, entre tantas coisas, ensinam a eles que é preciso não apenas driblar o desemprego e a lógica excludente do mercado, mas também fortalecer processos constituintes de outras formas de produzir a vida*".

Portanto, ao se tratar da participação juvenil, é compreensível que as múltiplas habilidades deles devem ser reconhecidas de modo a potencializar a inserção destes indivíduos em espaços de cunho econômico e social. Para isso, é de suma importância entender que as políticas públicas destinadas aos jovens devem ser criadas de acordo com suas necessidades e considerando sua multiplicidade.

4. Resultados e Discussão

4.1. Juventude rural, participação e sucessão nos empreendimentos

A discussão acerca da sucessão nos empreendimentos rurais é uma preocupação constante de agricultores, visto que anteriormente "*a produção era destinada mais para consumo do que propriamente para o mercado e a lavoura se fazia pelos braços dos filhos, onde as famílias mais extensas procuravam superar as dificuldades enfrentadas da incipiente tecnificação*" (KISCHENER, KIYOTA e PERONDI, 2015, p. 2). Segundo os autores,

> [...] as relações de comunidade e o sentido identitário eram mais fortes e perpassavam as gerações. O ofício de agricultor era passado de pai para filho nas práticas cotidianas realizadas na unidade de produção. Pensar em políticas públicas talvez soasse estranho (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015, p. 2).
>
> **SILVA, ET. *et al.*, 2022.**

Entretanto, na atual conjuntura do país, uma grande parcela dos jovens rurais se deslocam para a cidade em busca de novos espaços, o que afeta diretamente no desenvolvimento das atividades rurais. O estudo de Fritz (2012, p. 16) revela que dentre os fatores que desencadeiam na queda da produção da agricultura familiar, está a dificuldade de "*sucessão familiar nas propriedades rurais*", visto que anteriormente "*as famílias tinham mais*

filhos, fato que dispunha alguém que continuasse o ciclo da atividade rural desenvolvida pelos familiares; hoje, no entanto, temos outra realidade, já que as famílias possuem um número reduzido de filhos".

Contudo, pode-se evidenciar que a dificuldade da permanência dos jovens rurais sucederem suas famílias nos espaços rurais, se dá principalmente pela procura de novas oportunidades de emprego que estejam em conformidade com a necessidade do mercado atual. Conforme evidencia Fritz (2012, p. 17):

> a oferta de inúmeras oportunidades de trabalho fora das propriedades, proporcionada pela conjuntura de mercado, possibilita que um grande contingente de jovens, devido ao aceno de novas oportunidades na cidade, opte por diferenciadas modalidades de emprego, com isso, interrompendo um trabalho histórico de produção de alimentos. Somente um número reduzido de jovens continua aspirando ao trabalho desenvolvido historicamente por seus familiares nas propriedades agrícolas (FRITZ, 2012, p. 17).

Com o passar dos anos, a falta de oportunidade no meio rural cresce bastante, por falta de estímulo aos jovens a permanecerem realizando as atividades dos seus pais, por dificuldade em manter uma renda que supra as necessidades. Nesse sentido, "*é preciso afastar a ideia de que quem fica no meio rural são as pessoas que não estudaram e que não tiveram sucesso em trilhar outro caminho*" (SILVA, 2007 apud TROIAN e BREITENBACH, 2018, p. 794). Contudo, os jovens rurais enfrentam muitas dificuldades e barreiras à sua permanência nesse espaço, conforme apontam Troian e Breitenbach (2018),

> não são poucas as dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais, como a falta de um modelo agrícola voltado para o agricultor familiar e o assentado de reforma agrária. O modelo econômico vigente tem deixado o agricultor cada vez mais pobre e a diminuição da renda faz com que grande parte da população do campo abandone a área rural, dirigindo-se aos centros urbanos [...] (TROIAN e BREITENBACH, 2018, p. 794).

Assim, a sucessão geracional surge para criar "*uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo e que assumem o comando do estabelecimento agropecuário, sendo a constituição de sucessores para a unidade de produção familiar*" (SAVIAN, 2014, p. 99). Nesse sentido, para o jovem assumir essa responsabilidade é necessário não só condições econômicas, mas se identificar com o tipo de atividade desenvolvida pela família. Assim, a mudança vai acontecendo de forma espontânea de acordo com as atribuições que os filhos vão assumindo através da agricultura familiar.

4.2 Participação da juventude rural: potencialidades e limitações nas organizações cooperativas e na agricultura familiar

A juventude rural inserida nas cooperativas tem entre suas potencialidades maior autonomia, produção de alimentos, fonte de renda, a qualidade de vida e o lazer, contudo, dentre as limitações está a luta constante por direitos de modo a enfrentar os desafios e dificuldades vivenciadas no campo, além disso, o acesso à terra, a autonomia do jovem, o acesso às políticas públicas que incentivem a permanência dos jovens no meio rural (BREITENBACH e CORAZZA, 2017).

Troian e Breitenbach (2018), sintetizaram em sua pesquisa algumas características que envolvem a juventude rural e sua relação com esse espaço, conforme observa-se na Figura 1.

Figura 1 – Características dos jovens rurais



Fonte: Troian e Breitenbach (2018).

Como pode-se perceber na Figura 1, dentre os fatores que desmotivam os jovens a manter-se residindo na área rural estão a desvalorização da sua mão-de-obra e a falta de apoio às mulheres, que gera a predominância masculina na agricultura familiar, isto se dá porque homens e mulheres ainda têm direitos desiguais em diversos aspectos da sociedade, a migração de jovens para o meio urbano se dá também devido a sucessão tardia, o que dá margem para o jovem pensar em outras maneiras de sobrevivência.

Outro ponto que merece destaque na Figura 1 refere-se a cultura do atraso que, por muito tempo, fez parte do imaginário construído em torno desse espaço. Tal cultura enraizou o

pensamento de que o meio rural era o espaço do atraso e que o progresso para ser alcançado deveria ser buscado nos centros urbanos.

Contudo, essas não são as únicas coisas que desmotivam e fazem com que os jovens se mudem para a zona urbana, esta mudança se dá por diversos outros fatores. E é neste sentido que a valorização do protagonismo da juventude rural deve prevalecer, pois "*os jovens percebem cada vez mais cedo que é preciso ter dinheiro para satisfazer as suas demandas individuais e para isso ele precisa participar de alguma atividade que lhe garanta uma renda monetária*" (MOURA; SILVA, 2012, p. 16).

Em pesquisa realizada por Zonin e Kroth (2021), através do Projeto de Fortalecimento da Juventude Rural do Oeste Catarinense, os autores identificaram, na opinião dos jovens entrevistados, grande parte dos motivos que os levam a migrarem para outras localidades (Figura 2).

Figura 2 – Motivos que levam os jovens rurais a migrarem para a área urbana



Fonte: Zonin e Kroth (2021).

Na Figura 2 observa-se que a falta de políticas públicas e a falta de infraestrutura no campo constituem os maiores problemas apontados pelos jovens. Na sequência, tem-se a penosidade do trabalho no campo e a renda baixa. Ou seja, embora o trabalho no campo seja pesado e estafante, a remuneração por eles é muito pequena.

Desse modo, a Figura 2 aponta que "*apesar da sua relevância como principal atividade econômica da região, a agricultura familiar é pouco priorizada e investida, do ponto de vista*

estratégico das políticas, como geradora de oportunidades de trabalho e renda para jovens" (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 1). Dessa maneira, é fundamental que sejam desenvolvidas políticas públicas que levem em consideração os potenciais dos jovens rurais no fomento e valorização da agricultura familiar. Assim, de acordo com Silva (2017, p. 16),

> a forma com que os jovens rurais do município se organizam é determinante para a movimentação de ações que facilitam a ocupação dos espaços de decisão para a qualificação do meio rural, mantendo envolvimento em comunidades, cooperativas, sindicatos e órgãos públicos (SILVA, 2017, p. 16).

Nesse sentido, ressalta-se a importância de valorizar protagonismo juvenil e participação dos jovens rurais, de modo a combater a "*reprodução de estruturas ideológicas limitadoras da ação humana*". Assim, como participação da juventude rural nas cooperativas, especificamente das mulheres é extremamente necessário para "*a superação de estigmas e exclusões avançando para o bem coletivo, de fato e de direito*" (BORGES; TEIXEIRA, 2013, p. 6631).

Com base nisso, é imprescindível que iniciativas sejam tomadas para contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar e das cooperativas, através do "*processo de fortalecimento da participação e da inserção do segmento juvenil na agricultura familiar, numa dimensão de cidadania e inclusão econômica*" (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 1).

5. Considerações Finais

Este trabalho evidenciou a discussão sobre a importância da participação dos jovens rurais nas cooperativas da agricultura familiar e compreendeu os principais desafios inerentes a esse processo. Desta maneira, evidenciou-se também o funcionamento das cooperativas, as potencialidades e desafios enfrentados pelos jovens rurais no que tange ao fomento da agricultura familiar.

A discussão sobre o cooperativismo e o protagonismo juvenil tem crescido ao longo dos anos, contudo, pode-se perceber que há a necessidade de implementação de políticas públicas no que concerne a juventude rural, tendo em vista que foi possível observar durante a leitura das fontes analisadas que um dos maiores fatores que influenciam o êxodo rural é a falta de melhores condições de vida e incentivo à agricultura familiar.

É preciso ressaltar que, o resgate histórico sobre o cooperativismo e agricultura familiar

efetuado para a elaboração deste trabalho foi essencial para ter conhecimento acerca dessa atividade e das organizações cooperativas. Mas, é notável que muito ainda precisa ser avançado, sobretudo, no que concerne às políticas públicas vigentes, visto que há a necessidade de contemplar mulheres e jovens de acordo com suas diversidades e visões de mundo.

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que compreender o papel da juventude rural no fortalecimento das cooperativas e agricultura familiar, auxilia na decisão dos jovens entre optar ou não pela permanência no campo. No entanto, esse interesse pela inserção dos jovens nas organizações cooperativas e na agricultura familiar precisa também ser do Estado, isto é, que seja de interesse político, econômico e cultural, visto que a atividade rural viabiliza o conhecimento de diversas culturas e modos de vida que geram retorno financeiro tanto para os agricultores no meio rural, quanto para a cidade. Desta forma, espera-se que este estudo contribua para a construção de pesquisas e políticas públicas, para que haja uma atenção voltada para às necessidades evidenciadas nas áreas rurais, o que influencia diretamente no protagonismo juvenil.

6. Referências

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Ministério da Educação (MEC), 2007.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.

ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013. DOI: https://doi.org/10.18256/2237-7956/raimed.v3n3p194-208

ANJOS, Eliane. **Agricultura familiar e cooperativismo**: notas introdutórias para o debate. 2019.

BORGES, Graziela Scopel Borges; TEIXEIRA, Edival Sebastião. Participação, Juventude Rural e Protagonismo Juvenil: Aproximações. **XI Congresso Nacional de Educação**. Curitiba, 2013.

BRASIL. Decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932. **Reforma as disposições do decreto legislativo n.º 1.637. de 5 de janeiro de 1907, na parte referente ás sociedades cooperativas.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-dezembro-1932-501764-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.html. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 12852 de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12852-5-agosto-2013-776713-publicacaooriginal-140688-pl.html. Acesso em: 13 set. 2021.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Espacios**, v. 38, n. 29, 2017. Link: http://www.revistaespacios.com/a17v38n29/a17v38n29p09.pdf

CENZI, N. L. **Cooperativismo: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2012.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e Tradução de Regina Vargas. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro**.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 470, 2017.

ESPÍRITO SANTO, Jailton do et al. Cooperjovens: uma experiência juvenil de cooperativismo solidário na região sisaleira da Bahia. **Imaginário**, v. 12, n. 12, p. 195-204, 2006. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

FARIA, José H. **Gestão Participativa:** relação de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

FISCHER, Maria Clara Bueno; PEREIRA, Anny; TIRIBA, Lia. Juventude, associativismo e economia solidária:"não é por centavos, é por direitos". **Mercado de trabalho: conjuntura e análise.** v.55, n.1, p.60-76, 2013. Link: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3831/1/bmt55_econ03_juventude.pdf

FOGUESATTO, Cristian Rogério et al. Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 37, n. 130, p. 15-28, 2016. Link: https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/786

FRITZ, Nilton Luiz. Juventude rural e sucessão familiar: o desafio da pedagogia da alternância nas casas familiares rurais. 2012. **Dissertação** de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática com participação popular.** 2014. Link: https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUILHOTO, Joaquim et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (Family agriculture's gdp in Brazil and in it's states). **V Encontro Nacional da Associação**

Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007.

GROPPO, Luiz A. **Condição juvenil e modelos contemporâneos de análises sociológica das juventudes.** ULTIMA DÉCADA Nº33, CIDPA VALPARAÍSO, DICIEMBRE 2010, PP. 11- 26. 2010.

GUIMARÃES, Daniel. **Agricultura sustentável, entenda tudo sobre: contexto, definição, exemplos.** 2019. Disponível em: https://meiosustentavel.com.br/agricultura-sustentavel/ Acesso em: 20 jul. 2021.

KESTRING, Karina et al. O programa juventude cooperativista e sua relação voltada a sucessão rural na agricultura familiar. **Revista Thêma et Scientia**, v. 10, n. 1, p. 08-26, 2020. Link: http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/1171

KISCHENER, Manoel Adir; KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo agrario**, v. 16, n. 33, 2015. Link: https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a07

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013. DOI: https://doi.org/10.48075/rtc.v20i39.9817

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, AMP; SILVA, M. G. Agricultura familiar: **Perspectivas de permanência dos jovens no campo do município de Igaci/Alagoas**. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, v. 21, 2012.

MULHERES EM CAMPO. **Conheça o Pronaf Jovem e saiba quem pode requisitá-lo!.** 2019. Disponível em: http://mulheresemcampo.com.br/noticias/conheca-o-pronaf-jovem-e-saiba-quem-pode-requisita-lo/ . Acesso em 25 de out. de 2021.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativismo de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: BCB, 2008.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

SAVIAN, Moisés. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar?. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 159, p. 97-106, 2014. Link: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22740

SILVA, Dionatan Tavares da. **Organização de jovens rurais no município de Candelária/RS**. 2017.

SILVA, Paulo Henrique da et al. Participação social e controle democrático nas cooperativas: uma análise da cooperativa de transporte de Minas Gerais. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, p. 113-124, 2018. DOI: https://doi.org/10.5902/2359043230580

Cenários da juventude rural no município de Igaci/AL: uma análise sobre a sucessão familiar

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 17, n. 2, 2010. Link: https://fabioperiandro.adv.br/wp-content/uploads/2021/02/Adolescencia-e-juventude-entre-

conceitos-e-politicas-publicas.pdf

SCHNEIDER, Sergio. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista ALASRU - Análisis Latinoamericano del Medio Rural, Estado do México**, n. 9, p. 21-52, 2014.

SOUSA, Letícia Pulcides de. **Cooperativismo**: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. 2009.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, v. 19, p. 789-802, 2018. DOI: https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768

VALADARES, José Horta. **Estratégias de educação para a cooperação**. Viçosa, MG: UFV. Pós-Graduação em Cooperativismo, 2005.

WERNER, Moises Geovani. **A aplicabilidade dos princípios do cooperativismo na gestão cooperativa como uma vantagem competitiva**. 2019.

ZONIN, Valdeci José; Kroth, Darlan Christiano (org.). **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar**. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021. 365 p.; 23 cm. – (Ciências sociais).

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS
MACAMBIRA
ISSN 2525-6580

ARTIGO / ARTICLE

O ARMAZÉM DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SERRINHA: IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES PARA A COMERCIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL

THE WAREHOUSE OF FAMILY FARMING AND THE SOLIDARITY ECONOMY IN SERRINHA: IMPORTANCE AND CONTRIBUTIONS TO COMMERCIALIZATION IN THE TERRITORY OF SISAL

Valterney Ferreira de Lima[1], Geusa da Purificação Pereira[2], Rafael Costa Guimarães Farias[3], Maria Auxiliadora Freitas dos Santos[4]

[1] Graduado em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- Campus Serrinha. E-mail: ivalterneyferreiralimafreire@gmail.com

[2] Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa- E-mail: geusapereira@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6843-8071

[3] Doutorando em Difusão do Conhecimento UFBA/IFBA/UNEB - E-mail: rafa_mr04@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3414-390X.

[4] Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- Campus Serrinha. Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: dorafreitas2004@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3870-6271

Recebido: 31/03/2022 **Aceito:** 06/04/2022 **Publicado:** 14/04/2022

RESUMO: O presente artigo analisa a importância da criação do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha para a comercialização dos produtos da agricultura familiar e fortalecimento da economia solidária no Território do Sisal da Bahia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de pesquisa bibliográfica e levantamento em diferentes sites de notícias sobre a criação, funcionamento e características do Armazém. Inicialmente, realizou-se um levantamento teórico a respeito da economia solidária e agricultura familiar destacando suas origens e importância. Na sequência, discutiu-se os mercados, sua importância e dificuldades de acesso da agricultura familiar, seguido da apresentação dos mercados institucionais e seu potencial para a comercialização dos produtos dessa categoria. Como resultado, concluiu-se que, a criação do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha constitui-se um importante espaço para a comercialização dos produtos da agricultura familiar não somente do território, mas também de outras regiões do estado da Bahia, que contribui o para o escoamento de produtos da agricultura familiar e economia solidária e para a geração de trabalho e renda para a agricultura familiar do território e além dele.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Economia solidária. Armazém da Agricultura Familiar.

ABSTRACT: The present article analyzes the importance of creating the Serrinha Family Farming and Solidarity Economy Warehouse for the commercialization of family farming products and strengthening the solidarity economy in the Sisal Territory of Bahia. It is qualitative research carried out through bibliographical research and survey in different news sites about the creation, operation and characteristics of the Warehouse. Initially, there was a theoretical survey about the solidarity economy and family farming highlighting its origins and importance. Next, markets, their importance and difficulties in accessing family farming were discussed, followed by the presentation of institutional markets and their potential for marketing products in this category. As a result, it was concluded that the creation of the Serrinha Family Agriculture and Solidarity Economy Warehouse constitutes an important space for the commercialization of family agriculture products not only from the territory, but also from other regions of the state of Bahia, contributing for the sale of products from family agriculture and solidarity economy and for the generation of work and income for family agriculture in the territory and beyond.

Keywords: Family farming. Solidarity economy. Warehouse of Family Agriculture.

1. Introdução

A agricultura familiar, categoria social de relevante importância, tem papel fundamental para o desenvolvimento do país. De acordo com dados do último Censo, essa categoria social é responsável por grande parcela da produção dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros. Na lavoura permanente, a agricultura familiar respondeu por 48% do valor da produção de café e banana e, na lavoura temporária, por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017). Desse modo, além do uso dessa alimentação para o consumo das próprias famílias produtoras, a agricultura familiar também é responsável pela produção e distribuição de diversos alimentos que chegam às famílias brasileiras.

No entanto, a comercialização na agricultura familiar, apesar de sua grande importância, enfrenta diversas barreiras. As políticas públicas voltadas à categoria têm papel fundamental para minimizar esta que é uma das muitas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do país.

Nos últimos anos, algumas políticas públicas foram criadas e têm contribuído de modo significativo para o escoamento dos produtos advindos da agricultura familiar. Dentre estes, tem especial destaque o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estes programas possibilitam a comercialização de diversos produtos da agricultura familiar, beneficiando duplamente os agricultore envolvidos, os quais além da venda, também são, em muitos casos, consumidores desses produtos (GRISA E SCHNEIDER, 2015; SÃO JOSÉ, PEREIRA e OLIVEIRA, 2017).

Para além desses e de outros programas voltados à comercialização, a criação de espaços destinados especificamente a comercialização de produtos da agricultura familiar e economia solidária também merecem destaque, tais como as feiras da agricultura familiar, feiras agroecológicas e, em especial, os Armazéns de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Tais espaços viabilizam a operacionalização de cadeias curtas de comercialização, as quais permitem maior interação entre produtores e consumidores no comércio, baseado na venda direta dos produtos frescos ou da estação, sem intermediário ou reduzindo o máximo essa intermediação (CEPAL/FAO/IICA 2014).

Segundo Marsden, Banks e Bristow (2000) as cadeias curtas de comercialização estão divididas em três parâmetros, sendo elas: de proximidade espacial em que os produtos são produzidos e comercializados na mesma localidade, abreviando a distância entre produção e consumo; espacialmente estendida, nela os produtos podem ser comercializados fora do local de produção, porém são levados em consideração a história do produto e a cultura do local de origem e face a face, cadeias em que não há a participação de atravessadores, ou seja, existe uma ligação direta entre produtor e consumidor.

No processo de comercialização e inserção no mercado, a cooperação entre os agricultores colabora para o fortalecimento da categoria, dando margem a um modelo econômico que tem por base a solidariedade, ajuda mútua e autogestão: a economia solidária, a qual pode contribuir significativamente para a desenvolvimento da agricultura familiar e ampliação das oportunidades de sua inserção no mercado.

Nessa lógica, este trabalho tem por objetivo analisar a importância da criação do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha para a comercialização dos produtos da agricultura familiar e fortalecimento da economia solidária no Território do Sisal da Bahia. Para tanto, buscou discutir sobre a agricultura familiar, a importância e dificuldades da comercialização; compreender a política de criação do Armazém e identificar as contribuições deste para a comercialização da agricultura familiar.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, que busca obter maior familiaridade com o problema pesquisado (GIL, 2002). Sua operacionalização foi feita por meio de pesquisa bibliográfica que buscou como fonte de dados principais informações referentes à criação, funcionamento e características do Armazéns de Agricultura Familiar e Economia Solidária em diferentes sites de notícias. Além disso, utilizou-se também informações de livros e artigos científicos para fundamentar a escrita do trabalho.

2. Conceituando a economia solidária

A economia solidária é definida sob diversos pensamentos, conforme várias ideologias de diferentes autores. Para Singer (2002) esse termo se refere a um movimento que visa um modo de produção fundado nas características em grupo ou por meio do capital, de modo que, todos possam se beneficiar mutuamente. Já para Barretos Lopes e Paula (2011) a finalidade da

economia solidária vem como uma opção de geração de renda, inserção dos indivíduos dentro do mercado de trabalho e também possibilitando mudanças sociais.

Complementando a abordagem dos autores o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NUMI-ECOSOL, S/A) destaca que a economia solidária é uma forma de produção, distribuição e consumo que busca a valorização do ser humano de forma igualitária, não só visando o capital, mas também a história do produto, a cultura e os aspectos sociais dos envolvidos. As organizações de economia solidária se distinguem por adotar as práticas de autogestão, valores solidários, a divisão equitativa dos resultados entre os colaboradores, assim como a repartição justa dos ganhos e também a produção de forma ética e sustentável a beneficiar os consumidores e produtores.

Na perspectiva de Singer e Souza (2003) a economia solidária é caracterizada como uma maneira de produção e fornecimento em alternativa ao capitalismo. Esse modelo foi desenvolvido a partir da articulação de diversos sujeitos sociais, configurando-se uma resposta às transformações do mundo do trabalho (CARVALHO, 2011).

A economia solidária surge como uma alternativa de produção em resposta ao capitalismo e se expõe como um movimento social. Esse movimento tem como objetivo principal o desenvolvimento humano trazendo a harmonia entre os aspectos social, político e econômico. Nessa perspectiva, Aleixo (2015) diz que a economia solidária se compara com a economia social, dessa maneira evita o desmembramento entre o quadro econômico, social e político, pois a junção dessas três proporções é inerente à economia solidária.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (2003), a economia solidária estabelece um alicerce com vistas a um progresso sustentável, para uma integração humanizadora, sobretudo justa e direcionada ao bem estar racional das necessidades e condições de vida de cada indivíduo. Portanto, a importância central da economia solidária se dá pelo trabalho desenvolvido, o conhecimento e a valorização humana, e não o capital e suas distintas formas.

De modo geral, a economia solidária se descreve por vínculos de colaboração solidária, práticas de produção, consumo, comercialização e autogestão, estimuladas por princípios culturais que evidenciam os indivíduos, ou seja, o ser humano como personagem principal na luta por uma sociedade mais igualitária, com foco na produção sustentável e preservação do meio

ambiente para as gerações futuras. Portanto, apesar de haver várias hipóteses conceituais elaboradas por muitos autores sobre a economia solidária, estas convergem no sentido de que a economia solidária tem a finalidade de conceder a autonomia dos interesses de cada indivíduos e desempenha um papel social, prezando pela organização a partir de fatores humanos para o fortalecimento das relações e dos laços sociais, sendo reconhecida por meio da solidariedade autogestão e autonomia (LECHAT, 2002).

2.1. Origens da economia solidária: breve contextualização

De acordo com Singer (2002), a economia solidária surgiu no início do século XIX a partir de ações desenvolvidas por operários como busca para solucionar os problemas relacionados ao desemprego e à pobreza. Complementando, Carvalho e Pires (2001) afirmam que nessa época ocorreu a implantação da produção fabril, visto que, foram desenvolvidas inovações técnicas e organizacionais articuladas, com o principal intuito de produção e consumo em larga escala.

Segundo Carvalho e Pires (2001) as mudanças que ocorreram a partir do final do século XIX e início do século XX teve a implantação da produção fabril e, como base de gestão, o princípio do Taylorismo e do Fordismo na escala do gerenciamento do trabalho, colocando de maneira definitiva a divisão entre sua formulação e execução, sendo: a execução compreendida como trabalho fracionado em que o operário fazia todo o serviço sobre uma rígida determinação, a qual não necessitava de quaisquer qualificações, ou seja, feito pelo chão de fábrica. Já no trabalho de formulação era preciso alta qualificação ao serviço, sintetizando todas as atividades exercidas pela administração, manutenção, programação e configuração do produto a ser vendido.

O desenvolvimento da economia solidária tem seu início logo depois do capitalismo industrial em respostas às más condições de trabalho vivenciadas à época. Uma das primeiras ações de destaque desse cenário foi realizada por Robert Owen, dono de um complexo têxtil, que tinha um modelo diferente de administração, oposto às outras empresas que exploravam seus trabalhadores. Dentre as ações de diferenciação na condução do trabalho desse socialista, destaca-se a redução da carga horária dos trabalhadores, proibição do emprego de crianças, a construção de escolas para as crianças e aldeias cooperativas. Com isso, houve um aumento do

valor na folha de pagamento, o que refletiu também em aumento na produção e na lucratividade da empresa (SINGER, 2002).

No Brasil não foi muito diferente, o termo "economia solidária" ganhou popularidade, sobretudo a partir da década de 1980 como reação ao desemprego em massa e nova estruturação da organização do trabalho (FRANÇA FILHO, 2006). De acordo com Santos (2014), no início da década de 1980 no Brasil a crise financeira afetou diversas empresas que passavam por dificuldades, dentre as quais: manter a folha de pagamento dos funcionários em dia. Aliado a isso, havia também a dificuldade para encontrar outros locais disponíveis para trabalhar. Desse modo, os próprios trabalhadores decidiram se juntar para administrar as empresas e assim conseguir alguma receita (SANTOS, 2014).

Ainda de acordo com Santos (2014), baseado em informações do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a economia solidária começa a ganhar destaque no Brasil a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e também com a combinação de cooperativas populares e rede de produção e comercialização e com as feiras de cooperativismo e Economia Solidária. Uma dessas iniciativas foi a empresa do ramo de calçados Makerli que na década de 1990, para não deixar a empresa fechar as portas, os próprios funcionários se uniram em forma de cooperativa para tentar manter a organização em funcionamento. Portanto, assim, ocorreu a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), no ano de 1994, que significou a consolidação do modelo econômico solidário no país.

Nesse contexto, Gaiger (2013) aponta que a popularização da expressão "economia solidária" no Brasil se deu ao longo dos anos de 1990, à medida que despontava iniciativas econômicas no país, as quais se destacavam por suas práticas de autogestão, cooperação e sua natureza associativa, abrangendo com sua expansão distintas categorias sociais e modalidades tais como "unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito" (GAIGER, 2013, p.211). Já de acordo com Alcântara (2005), o movimento da economia solidária veio ganhar destaque no Brasil depois da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no ano de 2003, a qual, no entanto, foi extinta em 2019.

Dentre as diversas categorias sociais que movimentam a economia solidária no Brasil, destaca-se aqui a agricultura familiar e suas diversas formas de organização (cooperativas, associações, grupos informais, etc). Assim, antes de discutir os dados em si, é importante conhecer e compreender o que é e como se organiza essa categoria social.

3. A agricultura familiar: uma categoria social diversa

A discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, sendo utilizada com mais frequência pelos movimentos sociais rurais, órgãos governamentais e segmentos do pensamento acadêmico, com destaque para os estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural. A emergência da expressão "agricultura familiar" no Brasil se dá a partir de meados da década de 1990 (SCHNEIDER, 2003).

Segundo Schneider e Cassol (2013) antes da década de 1990, a própria menção à agricultura familiar era algo quase que inutilizável, sendo as expressões “pequenos produtores”, “produtores de subsistência” ou “produtor de baixa renda” comumente utilizadas para designar essa categoria social. Vale ressaltar também que anterior a essa década, a agricultura familiar ainda era muito invisibilizada e não tinha o seu real valor reconhecido, pois era exercida às margens das grandes propriedades e, nesse período, não existia ajuda de políticas públicas ao seu favor. Após a década de 1990 ocorreram algumas modificações de políticas econômicas e sociais que gerou espaço para agricultura familiar (MATTEI, 2014).

Um importante marco para a agricultura familiar foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), fruto de reivindicações dos movimentos sociais e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, criado em 1996, tendo a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura- CONTAG como organização fundamental nessa conquista. Essas transformações tornaram possível à CONTAG mostrar propostas de políticas de crédito diferenciado para a agricultura familiar, que contou com o apoio de entidades parceiras. Essa criação teve como objetivo ou intenção impulsionar o desenvolvimento sustentável do meio rural, tendo como benefício um aumento na capacidade produtiva e deu margem para o surgimento nos anos posteriores de outros programas voltados aos agricultores familiares (CONTAG, s/a).

Outro importante marco para a agricultura familiar foi a criação da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Esta, em seu Artigo 3°, define o agricultor familiar e empreendedor rural como aquele que exerce as atividades no meio rural, sendo que, não detenha de nenhum título e área maior que quatro módulos fiscais; utilize mão de obra predominante da própria família nas tarefas econômicas do seu empreendimento e tenha renda percentual familiar originada pelas atividades econômicas do seu estabelecimento. (BRASIL, 2006). Esta Lei institui as diretrizes para a elaboração de políticas nacionais para a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, regularizando o termo "agricultura familiar" e diferenciando-a da concepção de empresa capitalista do campo (NEVES, 2012).

De acordo com Ploeg (2014), a agricultura familiar é compreendida como um fenômeno de difícil compreensão. Para ele, a agricultura familiar não é apenas para os pequenos agricultores, ou seja, aqueles que produzem em pequenas escalas, mas, também aqueles agricultores e agricultoras que produzem em grande escala, desde que seja a própria família dona dela e ela mesma faça o manuseio. Assim, a agricultura familiar tem como uma das suas principais características a administração da propriedade onde são realizadas as atividades pelos indivíduos do mesmo sangue ou casamento, ou seja, um método de produção entre pessoas da mesma família. (ABRAMOVAY,1997).

Ressalta-se que, embora o conceito de "agricultura familiar", engloba a relação familiar na produção e manutenção do empreendimento, o desenvolvimento dessa agricultura não se dá exclusivamente para o consumo, há também uma forte vinculação com o mercado, fundamental ao desenvolvimento tanto da categoria quanto ao desenvolvimento do país, uma vez que, a agricultura familiar responde por 70% da produção de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (KAFRUNI e MEDEIROS, 2020). Assim, esta categoria social e sua relação com o mercado precisa ser olhada e tratada também do ponto de vista das políticas públicas, uma vez que, a comercialização constitui-se uma dificuldade ao desenvolvimento da agricultura familiar. Sendo assim, o acesso ao mercado é, portanto, essencial ao seu desenvolvimento.

3.1. Mercados e comercialização para a agricultura familiar: importância e desafios

Quando pensamos em comercialização de determinado produto, é preciso perceber e considerar aquilo que o mercado demanda, por exemplo, qualidade, diferenciação, normas

sanitárias, exigências ambientais, quantidade, etc. No entanto, para além dessas questões, faz-se necessária também a compreensão de que o mercado se estende a outros âmbitos que vão além da relação entre oferta e demanda (FIDA, 2018).

De acordo com Ploeg (2016), os mercados são locais em que, ou estrutura através das quais, bens e serviços são trocados. Esses locais ou estruturas conectam direta ou indiretamente produtores e consumidores. Constituem, portanto, os locais em que ocorrem as transações e os respectivos fluxos de mercadorias.

No caso da agricultura familiar, por muito tempo, o estudo do papel do mercado se limitava ao entendimento dos mecanismos de comercialização da produção e de acesso aos insumos para a produção, sem levar em conta a necessidade de que, no processo de mercantilização, fosse considerado também a perspectiva de interação social e cultural (FIDA, 2018).

Assim, para além do entendimento do mercado enquanto local de trocas mercantis, da organização interna dos agricultores, as estratégias de gestão adotadas, os estudos de mercados, dentre outros mecanismos, fazem-se necessário também a atuação do Estado no sentido de melhorar o mercado e a consequente comercialização da categoria. Desse modo, a inserção da agricultura familiar no mercado envolve para além dos aspectos econômicos também a organização social e a criação de políticas públicas.

Dentre os mercados nos quais a agricultura familiar tem inserido seus produtos, destacam-se, nos últimos anos, os mercados institucionais, especificamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) os quais foram criados com o propósito de incentivar o avanço da agricultura familiar local e auxiliar no combate contra a miséria e pobreza no campo (SANTANA e LIMA, 2018)

No mercado institucional, o PNAE, popularmente tratado como “merenda escolar", é responsável pela compra de alimentos advindos da agricultura familiar para a merenda escolar da rede pública, com vistas ao oferecimento de alimentação capaz de suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos de todas as etapas da educação básica pública (FNDE, 2017). O PNAE, da forma como é executado hoje, surge a partir da reformulação, em 2009, pela Lei 11.947/ 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica (BRASIL, 2009).

De acordo com a referida Lei, fica estabelecido em seu artigo 14 que, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no mínimo, 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios vindos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, dando prioridade os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Assim, segundo Silva (2015), o PNAE contribuiu para o crescimento na aprendizagem dos alunos, já que proporcionou uma alimentação mais saudável para os mesmos. Além disso, também gerou bons resultados na renda dos agricultores, possibilitando um avanço no desenvolvimento social e econômico local.

Através do PNAE os agricultores conseguem vender sua produção com um valor mais justo, eliminando a presença do atravessador desse processo, possibilitando a compra dos produtos diretamente com os agricultores. Desse modo, busca-se a valorização dos aspectos sociais, culturais e ambientais, além de motivar esses produtores com o pagamento da sua produção com um preço justo, incentivo à geração de novos modelos de negócios e também à geração de empregos para os indivíduos pertencentes a essas comunidades (HAN et al., 2017)

Além do PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui outro importante mercado para a agricultura familiar. Este programa possui dois propósitos básicos: incentivar a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação. Para tanto, o programa obtém alimentos produzidos por meio da agricultura familiar e encaminha as pessoas em condições de risco nutricional e alimentar e também contribui para repor os estoques públicos de alimentos produzidos por meio dos agricultores familiares (ASCOM/MDS, 2012).

O PAA foi instituído pelo Art.19 da lei Nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi posteriormente modificada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA foi ainda normatizado por vários decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (SESAN, s/n). O PAA está dividido por modalidades, sendo que cada uma possui um objetivo específico e para cada uma é destinado um valor diferenciado. As modalidades do programa são: Compra com doação simultânea; compra direta; apoio a formação de estoque; incentivo a produção e consumo de leite- PAA leite e a compra institucional (FIDA, 2018).

O PAA é umas das principais políticas de auxílio à agricultura familiar no Brasil, por intermédio dessa iniciativa, cooperativas, associações e agricultores comercializam seus produtos para os órgãos públicos (BRASIL, 2020). Assim como o PNAE, o PAA também beneficiou de modo significativo a agricultura familiar, contribuindo com a movimentação de dinheiro para a economia local, e posteriormente ajudando no desenvolvimento das comunidades por meio do estímulo de cada indivíduo para a exploração do espaço rural de uma forma mais racional e preservação da cultura alimentar da região (DELGADO, CONCEIÇÃO E OLIVEIRA, 2005).

Em síntese, a existência e a importância dos mercados institucionais, é fundamental para a criação de outros espaços destinados à comercialização dos produtos da agricultura familiar, tendo em vista que, nem todos os agricultores familiares acessam estes mercados e que a diversidade de espaços para a comercialização dos produtos é fundamental para que os agricultores familiares não fiquem dependentes de mercados específicos. Assim, espaços tais como as feiras convencionais, feiras de agricultura familiar e economia solidária, supermercados, dentre outros são muito importantes. Na Bahia, um importante espaço destinado a comercialização dos produtos da agricultura familiar foram os Armazéns da Agricultura Familiar e Economia Solidária no município de Serrinha, o qual constitui aqui objeto de análise.

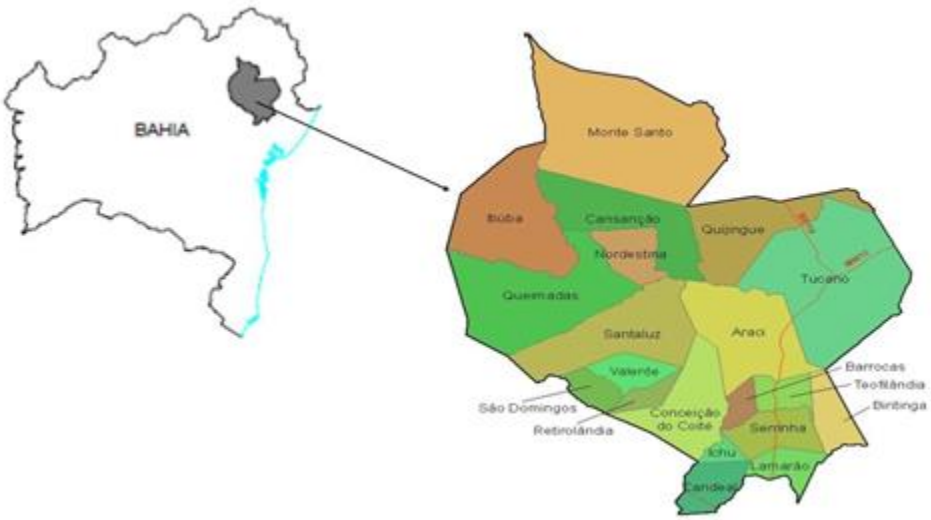
4. O armazém da agricultura familiar e economia solidária: criação, funcionamento e contribuições para à agricultura familiar do Território do Sisal

O primeiro Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária foi criado em 2013 no Município de Serrinha- BA, o qual está localizado no Território de Identidade do Sisal, juntamente com outros 19 municípios: Serrinha, Araci, Barrocas, Biritinga, Canção, Candeal, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Valente, Tucano, Teofilândia e Quijingue. A Figura 1 apresenta o Território de Identidade do Sisal e os 20 municípios que o constitui com destaque para o município de Serrinha.

O Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária é um espaço em que diversos agricultores não só da região do Sisal, mas também de toda a Bahia tem para comercializar sua produção. O Armazém busca contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar e

economia solidária na Bahia, tendo como referência o território do Sisal. A criação do Armazém foi parte do programa Vida Melhor no Campo, do governo estadual, e contou com um investimento superior a R $1 milhão das secretarias da Indústria, Comércio e Mineração e de Agricultura (BAHIA NOTÍCIAS, 2013).

Figura 1. Mapa do Território do Sisal, com destaque para a sua localização no estado da Bahia.



Fonte: Adaptado do PTDRS (2012).

Geograficamente, o Armazém Central da Agricultura Familiar fica localizado na cidade de Serrinha, Bahia, na BR 116 no Território do Sisal. O empreendimento é responsável pela comercialização dos produtos da economia solidária e da agricultura familiar, dando prioridade aos pedidos gerados pelos mercados institucionais como, o PAA E O PNAE (MARTINS e SOARES; FERREIRA, 2017).

Sob a administração da Arco Sertão Central, o Armazém conta com uma grande edificação em que boa parte do espaço é direcionado para comercialização dos produtos, outra parte do espaço é destinada para a área da administração, cozinha, refeitório e também para o auditório, onde são realizados eventos de formação. O espaço conta com uma área construída equivalente a 472 m² em uma área total de 3000 m² e localiza-se a cerca de 3 km do centro da cidade de Serrinha-BA (ASABRASIL, S/N; MARTINS e SOARES; FERREIRA, 2017). A Figura 2 apresenta a fachada do Armazém localizado em Serrinha, Bahia.

Figura 2. Fachada do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha.



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

No que se refere a sua capacidade, o Armazém chega a acolher até 150 cooperativas e tem capacidade para abrigar até 150 toneladas de produtos secos e 15 toneladas de produtos congelados ou refrigerados (ASBRAER, S/A). Em sua formalização, contou com o suporte do Movimento de Organização Comunitária (MOC), Centro Público de Economia Solidária (CESOL), União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR) e Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) (OLIVEIRA; DIAS; OLIVEIRA, 2019).

Segundo Oliveira, Dias e Oliveira (2019.) o Armazém Central da Agricultura Familiar nasceu após as dificuldades na venda da produção, vivenciada por agricultores e agricultoras que residiam na região, e não tinha suporte para a comercialização dos seus produtos. Assim, esse espaço possui grande importância na viabilização da comercialização para o Território e para os empreendimentos que nele comercializam, os quais se estendem para além deste do Território do Sisal.

A organização funciona como um ponto de escoamento para produtos derivados da agricultura familiar advindos do trabalho dos agricultores. Além disso, o empreendimento busca o empoderamento da mulher por meio de palestras, rodas de conversas etc. (OLIVEIRA, DIAS e OLIVEIRA, 2019).

O Armazém tem sido um importante espaço para a comercialização dos produtos dos agricultores que estão inseridos no empreendimento. Muitos desses agricultores não tinham local

disponível para comercializar seus produtos, outros, por conta dessa dificuldade, não tinham interesse em trabalhar com produtos da agricultura familiar, mesmo tendo local para produzir. Assim, a criação do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária representou muito mais que um espaço de comercialização, foi também um incentivo e um fator de motivação para os agricultores (MARTINS; SOARES; FERREIRA, 2017).

Segundo informações do Jornal A Tarde (2018), o Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária do município de Serrinha-BA tem beneficiado cerca de 160 empreendimentos do setor produtivo, não só da região do Sisal, mas também de toda a Bahia. Esse espaço funciona em associação com cerca de 45 Cooperativas onde o mesmo consegue auxiliar na renda de aproximadamente 2.363 famílias. Algumas dessas cooperativas que fazem parte da rede são: Cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC GRAVETERO); Cooperativa da Agricultura Familiar de Conceição do Coité-BA (COOPAFAM) e a Cooperativa dos Produtores de Artefatos em Couro da Comunidade do Distrito de Tracupá (COOPACT COURO). Tal informação revela o caráter abrangente de alcance do empreendimento, beneficiando diversas famílias que antes não tinham um espaço adequado para o comercializar sua produção.

Um dos benefícios que o Armazém vem trazendo para o Território do Sisal é a comercialização de produtos orgânicos, ou seja, alimentos produzidos de modo sustentável, sem o uso de agrotóxico. Desse modo, a organização traz a certeza e confiança ao consumidor ao adquirir os produtos comercializados quanto a sua qualidade e ausência de agrotóxicos (MARTINS, SOARES e FERREIRA, 2017).

Uma outra vantagem que o armazém traz é relacionado ao uso do modelo agroecológico. Segundo Caporal (2009) esse modelo surge como alternativa viável para a agricultura familiar na tentativa de criar condições para a preservação da atividade e do grupo social através de projeto de desenvolvimento sustentável. Portanto, a agroecologia vem como um aliado para a agricultura familiar, já que tem como fundamento o uso mínimo de produtos químicos, ou seja, tem o papel de desenvolver agroecossistemas com pouca dependência de insumos químicos e energéticos externos (ALTIERI, 2004).

De acordo com informações coletadas na página do Facebook do Armazém (2021), dentre os produtos comercializados no espaço, tem-se: café, biscoitos, beiju, cerveja de umbu,

mel de abelha, castanha, achocolatados, bolsas, carteira, chapéus, vestidos e biquínis de crochê, panela de barro, utensílios a base de madeira, sequilhos, beiju, polpas de frutas, café, hortaliças e entre outras.

A figura 3 ilustra alguns produtos alimentícios (A, B, C) e artesanais (D, E, F) comercializados no Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha.

Figura 3. Alguns produtos alimentícios comercializados no Armazém. A) umbuzada (fabricante: Cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC Graveteiro); b) beiju colorido (fabricante: Cooperativa da agricultura familiar de Conceição do Coité, BA - COOPAFAM); c) biscoito degoiaba (fabricante: COOPAFAM).



Fonte: Instagram do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha, 2021.

O Armazém além de ser uma política pública, é responsável, desde sua criação, por potencializar e garantir a comercialização dos produtos derivados da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Esses produtos vêm causando mudanças tanto na vida de diversas famílias, como também em grupos e cooperativas que estão situadas no território. Esse empreendimento vem auxiliando cada vez mais no crescimento da renda de vários agricultores e agricultoras familiares, contribuindo para a redução de um problema significativo para a agricultura familiar, a comercialização (BAHIA,2020; ASA BRASIL, S/N).

5. Considerações Finais

A agricultura familiar possui grande importância para o país, sendo responsável pela produção de diversos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Essa categoria social também enfrenta uma diversidade de desafios, dentre os quais, o acesso ao mercado. Contudo, apesar das dificuldades a agricultura familiar continua crescendo constantemente, incentivando o desenvolvimento político, econômico e social de muitas comunidades.

Em virtude dos fatores mencionados é perceptível a importância da economia solidária aliada à agricultura familiar para o fortalecimento dos indivíduos, pois, coletivamente, os sujeitos têm maior capacidade de mobilização, inserção no mercado e de luta por direitos e por políticas públicas, as quais ainda são, muitas vezes, precárias.

Percebe-se que os mercados institucionais, especificamente o PAA e PNAE têm contribuído bastante para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, no entanto, esses mercados não são suficientes, já que, nem todos os agricultores familiares o acessam. Assim, é fundamental a inserção dos produtos em outros espaços.

Nesse sentido, o Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha, tem se revelado um espaço importante para a comercialização dos produtos da agricultura familiar não somente do território, mas também de outras regiões do estado da Bahia, proporcionando o escoamento de produtos da agricultura familiar e economia solidária que antes não havia um local apropriado para a comercialização. Além disso, o Armazém também contribui para a geração de emprego e renda, auxiliando na independência financeira dos agricultores.

6. Referências

ALCÂNTARA, F. H. C. **Economia Solidária: o dilema da institucionalização**. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. Da economia social para a economia solidária. 2015. **Tese** de Doutorado. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388. Acesso: 17 ago 2021.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário

Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, *Anais*,1997.

ASBRAER. **Serrinha ganha prêmio de armazém da agricultura familiar e economia solidaria.** Disponível em: http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/1693-serrinha-ganha-primeiro-armazem-da-agricultura-familiar-e-economia-solidaria. Acessado em 03 de setembro de 2021.

ASA BRASIL – Articulação Semiáriodo Brasileiro. **Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidaria de Serrinha-BA comemora três anos.** Disponível: http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/9381-armazem-da-agricultura-familiar-e-economia-solidaria-de-serrinha-ba-comemora-tres-anos. Acesso: 06 de setembro de 2021.

ARMAZÉM DE SERRINHA. **Facebook -Fotos**. Disponível em: https://www.facebook.com/armazem.arcosertao. Acesso em: 06 de setembro de 2021.

ATARDE. **Armazém da agricultura familiar e economia solidaria completa cinco anos.** 2018 Disponível em: https://atarde.uol.com.br/portalmunicipios/nordeste/noticias/1942725-armazem-da-agricultura-familiar-e-economia-solidaria-completa-cinco-anos. Acessado em: 03 de set. de 2021.

BARRETO, R. O.; LOPES, f. T.; PAULA, A. P. P. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em minas gerais e são Paulo, *Anais*... XXXV Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. **Lei n.° LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da política Nacional da agricultura familiar e empreendimentos Familiares rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 24 jul, 2006. Seção 1. pt. 1.

BRASIL. Presidência da República. **Casa Civil. Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.html. Acesso em 23 de setembro de 2021.

BRASIL. **Entenda como funciona o programa de aquisição de alimentos.** 2020. Disponível em: < https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos. Acessado em: 04/09/2021.

BRASIL, secretaria especial de desenvolvimento social. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** Disponível em: http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar. Acessado em: 03/09/2021.

GOVERNO DA BAHIA. **Armazém da agricultura familiar de serrinha já comercializou mais de 3 milhões em 2017. 2017.** s/n. Disponível em: http://www.bahia.ba.gov.br/2017/11/noticias/agricultura-familiar/armazem-da-agricultura-familiar-de-serrinha-ja-comercializou-r-3-milhoes-em-2017/. Acessado em: 03/09/2021.

GOVERNO DA BAHIA. **Programa Rural Produtivo traz café, pão natural e Armazém da Agricultura Familiar neste sábado.** 2020. Disponível em: http://www.bahia.ba.gov.br/2020/09/destaques/c1-destaque-slide/programa-rural-produtivo-

traz-cafe-pao-natural-e-armazem-da-agricultura-familiar-neste-sabado/. Acessado em: 03/09/2021

BAHIA NOTÍCIA. **Estado inaugura primeiro armazém de agricultura familiar e economia solidária.** 2013. Disponível em: https://www.bahianoticias.com.br/noticia/132844-estado-inaugura-primeiro-armazem-de-agricultura-familiar-e-economia-solidaria.html. Acesso em 24 de set. de 2021.

CARVALHO, Keila Lúcia. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. Universidade acadêmica do Rio de Janeiro. Ipea 47, ***Anais*** do I circuito de debates acadêmicos. code 2011.

CARVALHO, R. A. A. de; PIRES, S. D. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. **Soc. Estado**. v.16, n.1-2, Brasília, jun./dez. 2001.

CEPAL/FAO/IICA. Fomento de circuitos cortos como alternativa para la promoción de la agricultura familiar. **Boletín CEPAL/FAO/IICA**, 2, 2014.

COMISSÃO ORGANIZADORA. **I Conferência Nacional de Economia Solidária "Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento"**. Brasília. Junho de 2006.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. 40 anos de anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo. **Revista Contag**. Distrito Federal, Editora: eletrônica e capa. Volume 1. s/n. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

CONAB. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar.** ASCOM/MDS. Nov/2012.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).** Brasília, 2005.

NUMEI ECOSOL. **Economia solidária**. Numi Ecosol UFSCAR. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html. Acesso: 10 de Agosto de 2021.

FBES - Forum brasileiro da economia solidaria. **Cartas de princípios da economia solidária.** Publicado em: 2 de maio de 2005. Disponível: https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/ em: acessado: 09 de agosto de 2021.

FIDA- FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. **Principais canais de comercialização da agricultura familiar**. Salvador. 2018.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al(Orgs.). **Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2006.

FNDE. PNAE - **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2017. Disponível em: www.fnde.gov.br/programa/pnae. Acesso em: 07 de setembro de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Edição. São Paulo. Atlas. 2002.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura**

familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural- RESR. Vol. 52. 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo.** Revista Brasileira de Ciências Sociais**.** Vol. 28 n° 82 . junho/2013.

HAHN, C.L. et al. **Análise de mercado dos produtos da agroindústria familiar: Estudo de caso do perfil do consumidor e do produtor Santo-Angelense – Rio Grande do Sul – Brasil**. Espacios, Caracas, v.38, n.21, p.5, 2017 Disponível em: https://www.revistaespacios.com/a17v38n21/a17v38n21p05.pdf . Acesso em: 01 de setembro de 2021.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html. Acesso em 23 de Jul. de 2021.

KAFRUNI, Simone; MEDEIROS, Israel**. Agricultura familiar garante 70% da mesa do brasileiro, mas está longe do agro 4.0**. 2020. **Correio Braziliense.** Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/09/4878333-desigualdades-no-campo.html. Acesso em 23 de Set. de 2021.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**, 2002. Disponível: https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf Acesso em: 15 de agosto de 2021.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014. Link: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_6_lauro_v2.pdf/

MARTINS, Silvia; SOARES, José Vicente; FERREIRA, Daniel**.** Na trilha da gestão social da res publica A experiência do armazém da agricultura familiar e da economia solidária no território do Sisal/Bahia. **Rev. Mundo do trabalho contemporâneo**, São Paulo, v.1., p.112-125. 2012.

MARSDEN, T.; BANKS, J. & BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40 (4), 2000. P.424-438.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et. al**. Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Vanderleia; DIAS, Acácia; OLIVEIRA, Ildes**. Gênero e agricultura familiar: a experiência do armazém da agricultura familiar e economia solidária no município de Serrinha-Bahia**. Disponível em: http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/download/3937/3158. acesso em: 06 de setembro de 2021.

PLOEG, Jan Douwe. **Dez qualidade da agricultura familiar**. 1 edição. Cidade: Revista Agriculturas, 2014.

PLOEG, Jan Douw. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio e SCHNEIDER, Sério. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre. Editora

UFRGS. 2016.

SÃO JOSÉ, Antônio Brilhante; PEREIRA, Geusa da Purificação; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. O Programa "Mais Gestão": Impactos para a comercialização das cooperativas de agricultura familiar no Estado de Minas Gerais. **Espacios.** V. 38. Nº 46. 2017. Link: https://www.revistaespacios.com/a17v38n46/a17v38n46p19.pdf

SINGER. P.; SOUZA A. **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2003. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-publication-449_pt.html. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

SINGER, Paul. **ECONOMIA SOLIDÁRIA**. 2002. V II. Disponível: http://base.socioeco.org/docs/ecosolv2.pdf#page=4. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Raphael. **Economia popular e solidária**: uma opção aos excluídos do mercado formal de trabalho. Rio de janeiro: URFJ, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**. Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL,Abel. A agricultura familiar no Brasil. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile. setembro de 2013.

SANTANA, Luiz; LIMA, Felipe. Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II. **Revista de extensão e Estudos Rurais**. V. 7, N.1 JAN.-JUN. 2018.Link: https://1library.org/document/y4wv2lvq-programas-mulheres-assentamento-serrote-programs-effects-settlement-serrote.html

SILVA, M.G. et al. Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.53, n.2, p.289-304, Abr.-Jun. 2015. DOI.: https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005302006

SILVA, C.V.A. et al. Agricultura familiar e mercado institucional de alimentos: ensaio crítico a partir de um projeto de pesquisa e extensão. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.** 2015.

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS
MACAMBIRA
ISSN 2525-6580

ARTIGO / ARTICLE

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO RURAL: DESAFIOS E APROXIMAÇÕES

ASSOCIATIVISM AND DEVELOPMENT IN THE RURAL CONTEXT: CHALLENGES AND APPROACHES

Vaniele Silva Santos[1], Márcia Eliana Martins [2], Poliana Oliveira Cardoso[3]

[1]Graduanda em Gestão de Cooperativas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Serrinha/ E-mail: vanielle_lima@hotmail.com.
[2] Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Serrinha/E-mail:marcia.martins@ifbaiano.edu.br.
[3] Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Gerente Administrativa da Prefeitura de Juiz de Fora/MG/E-mail: cardoso.pola@gmail.com

Recebido: 07/04/2022 **Aceito:** 11/04/2022 **Publicado:** 14/04/2022

RESUMO: Tendo em vista que o meio rural brasileiro é marcado por desigualdades em termos econômicos e sociais e que o associativismo atua nesses âmbitos como minimizador dessas desigualdades, esta pesquisa teve como objetivo discutir sobre a importância do associativismo para o desenvolvimento rural, a fim de compreender de qual forma as ações e atividades vinculadas ao associativismo são capazes de contribuir para o desenvolvimento rural. Para tanto foi necessário avaliar o associativismo como promotor do desenvolvimento rural e identificar as principais vantagens e entraves do associativismo no processo de desenvolvimento, através de uma pesquisa bibliográfica. Com base nos dados levantados, verificou- se que o associativismo contribui para o desenvolvimento rural, pois atua nas desigualdades existentes nesse local, inserindo os agricultores familiares no mercado, possibilitando acesso a políticas públicas para o desenvolvimento de suas atividades, acesso a insumos, maquinários com menores preços e um prazo maior para o pagamento, satisfazendo, assim, suas atividades econômicas e sociais.

Palavras-Chave: Rural. Associativismo. Desenvolvimento.

ABSTRACT: Considering that the Brazilian rural environment is marked by inequalities in economic and social terms and that associativism acts in these areas as a minimization of these inequalities, this research aimed to discuss the importance of associativism for rural development, in order to understand in how actions and activities linked to associativism are able to contribute to rural development. Therefore, it was necessary to evaluate associativism as a promoter of rural development and identify the main advantages and obstacles of associativism in the development process, through bibliographic research. Based on the data collected, it was found that associativism contributes to rural development, as it acts on existing inequalities in that place, inserting family farmers into the market, enabling access to public policies for the development of their activities, access to inputs, machinery with lower prices and a longer term for payment, thus satisfying their economic and social activities.

Keywords: Rural. Associativism. Development.

1. Introdução

O meio rural brasileiro é historicamente marcado por desigualdades não apenas em termos econômicos, mas também sociais, pois o modelo de desenvolvimento adotado no país e a concentração fundiária só geraram mais dificuldades, intensificando a pobreza nesse local. Isso resultou em uma exclusão dos agricultores familiares de suas terras e dos meios de produção, uma vez que não conseguem concorrer com a produção capitalista, seja por sua produção em menor escala ou por não ter acesso aos recursos para garantir essa produção (BEZERRA, 2013). Tais fatores acarretam em exploração do trabalho nesse meio, pois esses agricultores na maioria das vezes vendem sua força de trabalho para as grandes propriedades, e também em um intenso êxodo rural à medida que estes são obrigados a sair em busca de melhores condições de sobrevivência em outros locais.

Diante disso, essa população tende, entre outras medidas e estratégias, a adotar o associativismo como forma de enfrentamento da sociedade capitalista, pois acredita que as bases do trabalho associativista permitirão, através da cooperação e da solidariedade, reduzir as desigualdades historicamente inseridas no meio rural, ao modo que esperam que o mesmo possa conceder acesso a equipamentos, Políticas públicas para o desenvolvimento de suas atividades, e inserção ao mercado o que estabelece melhorias econômicas e sociais para esses "agricultores familiares" (SOUZA, 2016; OLIVEIRA, 2012).

Nessa perspectiva, diante dessas dificuldades enraizadas no campo e da prática do associativismo como um movimento social de busca de direitos e de melhores condições socioeconômicas, percebe-se a necessidade de avaliar a importância do associativismo para o desenvolvimento rural. Portanto, nesta pesquisa indaga-se de que modo o associativismo tem contribuído para o desenvolvimento rural.

Buscando responder a esta questão norteadora, o objetivo geral da presente pesquisa é compreender de qual forma o associativismo contribui para o desenvolvimento rural. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) identificar as principais vantagens e entraves do associativismo no processo de desenvolvimento rural; b) avaliar o associativismo como promotor do desenvolvimento rural. Tais objetivos foram desenvolvidos através de pesquisa bibliográfica, cujas especificidades e resultados serão apresentados nas seções seguintes.

2. Referecial teórico

2.1 O associativismo no meio rural brasileiro

O associativismo é uma forma de organização democrática que tem por objetivos conseguir benefícios comuns para todos os envolvidos, ou seja, é uma forma de organização sem fins lucrativos, onde duas ou mais pessoas se juntam em prol de um mesmo objetivo. De acordo com Leonello (2010, p. 41) "uma associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos onde os indivíduos se organizam para atender aos interesses de forma democrática".

Desse modo, o associativismo pode ser entendido como uma ferramenta democrática que um grupo utiliza para o alcance de objetivos comuns. Nesse processo democrático são discutidas ideias de diversos aspectos para benefícios do grupo como o todo. Segundo o Sebrae (2006) "o associativismo é uma organização permanente e democrática pela qual um grupo de indivíduos ou entidades procura realizar determinadas necessidades".

Além disso, o associativismo pode ser caracterizado como um instrumento que materializa organizações coletivas através da solidariedade e cooperação, tais como associações, cooperativas e, até mesmo, empreendimentos solidários, melhorando as condições de vida dos sujeitos integrantes e estabelecendo um processo emancipatório. No contexto econômico o associativismo é conhecido através da economia solidária pela organização social e trabalho coletivo, sobretudo pelos participantes dos empreendimentos solidários, associações e cooperativas (MACIEL; BARBOSA; BERGAMASCO, 2018).

Já o associativismo rural se caracteriza como uma organização coletiva de trabalhadores rurais com o objetivo de diminuir as desigualdades que atingem o campo, em decorrência do modelo de desenvolvimento agrário, centrado na concentração fundiária e no pacote tecnológico da revolução verde, onde os recursos produtivos eram voltados para os grandes latifúndios. E os agricultores familiares ficando fora desse processo, cultivando tradicionalmente e obtendo baixo rendimento e renda (PELEGRINI; SHIKI; SHIKI, 2015) Isso impedia os agricultores familiares de concorrer com a agricultura mecanizada que produzia em larga escala, acarretando em mais desigualdades nesse meio. Diante disso, o associativismo rural é uma forma dos agricultores se organizarem para sobreviver à sociedade capitalista, através de projetos alternativos e tecnologias sustentáveis (CLEMENTE; OLIVEIRA; STURZA, 2015).

É por essa ideia que o associativismo rural também pode ser entendido como espaço de

luta dos os agricultores familiares por condições dignas de existência seja por questões sociais ou o incremento da renda, a partir da pressão social por políticas públicas voltadas à agricultura familiar uma vez que é possível um melhor desempenho de suas atividades ao conseguir acesso a essas políticas, por exemplo, possibilitando assim melhoramento da renda e garantia de direito. No Brasil são muitas as razões para o surgimento do associativismo rural como prática coletiva e social. Dentre as mais variadas razões estão o aumento da renda e acesso a políticas públicas (AMORIM; SILVA ,2015).

As associações no meio rural têm sido uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento rural, pois as organizações coletivas viabilizam as atividades econômicas e sociais dos agricultores inserindo-os no mercado. Segundo Souza (2016, p.24),

> através das associações rurais o associativismo passa a ser entendido como mecanismo de minimização de empecilhos ao crescimento das atividades agrícolas. Ao possibilitarem crescimento de renda e, por imediata, uma série de efeitos diretos ou indiretamente, em diversas atividades, ambos pode contribuir com a dinamização do sistema econômico, fenômeno essencial ao desenvolvimento.

Logo, o associativismo rural é uma importante estratégia de melhorias para a população rural, pois amplia as oportunidades econômicas e sociais dos agricultores familiares, uma vez que, através do trabalho associado possibilita a inserção desses agricultores no mercado e um maior desenvolvimento de suas atividades, sobretudo a partir das organizações formalizadas como associações e cooperativas, sendo essas organizações fundamentais para o desenvolvimento rural.

2.2. As noções de desenvolvimento e a agricultura familiar no contexto rural

A ideia de desenvolvimento vai muito além de crescimento econômico como muitas vezes este é diretamente relacionado. Para Frantz (2010, p. 25),

> de modo bem generalizado pode-se frisar que o desenvolvimento implica um processo de alteração das estruturas sociais, a partir de fatores que, podem **estar, especialmente, no campo da economia, da política, da cultura, e que produzam uma dinâmica de forças sociais em ação. Esses fatores podem ser de natureza interna ou externa às estruturas em mudança. Envolve um movimento de alteração estrutural de uma realidade, de uma situação social dada.

A partir dos apontamentos do autor supracitado, podemos inferir que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo, uma noção de desenvolvimento, não necessariamente circunscrita a um conceito pronto e acabado. É possível perceber que a noção de desenvolvimento vai além de um mero conceito econômico. Tido como noção, o desenvolvimento passa a ser multidimensional, uma vez que perpassa o âmbito da economia e considera qualquer mudança positiva seja nas esferas sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais, educacionais e/ou uma combinação entre estas (STEGE; PARRÉ, 2011).

Neste sentido, podemos entender que existem diferentes formas de conceituar o desenvolvimento, pois, de acordo com o endereço eletrônico Que Conceito (2011, s/n), numa acepção restrita, "o termo pode ser entendido como o processo de evolução, crescimento e mudança de um objeto, pessoa ou situação específicas em determinadas condições".

No entanto, tendo o termo desenvolvimento diferentes acepções de acordo com o enfoque dado pelos estudos a seu respeito, encontraremos ainda diferentes proposições relacionando-o, por exemplo, ao território (desenvolvimento territorial), à sustentabilidade (desenvolvimento sustentável), ao meio rural (desenvolvimento rural). Em relação ao desenvolvimento rural durante algum tempo foi relacionado ao desenvolvimento agrícola, ou seja, ao crescimento das atividades agropecuárias, porém o desenvolvimento rural é um processo que está atrelado não somente às questões econômicas, mas também às questões humanas e sociais capazes de trazer mudanças positivas para a população rural. Desenvolvimento rural é um processo estabelecido de mudanças no meio rural (NAVARRO, 2001).

Nessa perspectiva, desenvolvimento rural também pode ser entendido como o conjunto de mudanças de uma determinada situação para outra, considerada melhor sob diferentes aspectos, transformando as condições de vida das populações do campo. Entende-se desenvolvimento rural como um processo que leva a mudanças importantes capazes de transformar as condições de vida e o bem estar das populações rurais (CASTRO; PEREIRA, 2020).

De acordo com Kageyama (2004), o processo de desenvolvimento rural também pode ser caracterizado como um desenvolvimento exógeno e endógeno, uma vez que existe influência de forças externas como as políticas de desenvolvimento rural e as ações de organizações e atores locais.

Dessa forma, o desenvolvimento rural é um processo que se estabelece a partir de mudanças que geram benefícios positivos para essa população, não apenas em termos econômicos, mas de modo multidimensional, proporcionando que além de melhorias econômicas possam ter melhorias sociais, ambientais, culturais, políticas e econômicas.

3. Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica a respeito da importância do associativismo para o desenvolvimento rural. Para Gil (2002, p.44) "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Além disso, as buscas em *web sites* também se caracterizam como pesquisa bibliográfica.

Para alcançar os objetivos propostos foram pesquisados materiais relacionados ao tema nas bases de dados da *SciELO*, CAPES e no *Google* acadêmico. A partir destas pesquisas foram encontrados 1969 materiais relacionados ao tema "Associativismo rural" e 690 relacionados ao "desenvolvimento Rural". Porém, de todos os materiais redirecionados na busca, poucos eram específicos ao tema, da forma como pretendíamos abordá-lo, ou seja, relacionando especificamente o associativismo ao desenvolvimento da agricultura familiar. Assim, foram selecionados os materiais que tinham a ver especificamente com o tema, de acordo com a descrição apresentada no Quadro 1. Os critérios de seleção dos materiais foram baseados nos títulos e resumos, sendo selecionados, por fim, sete materiais recentes de 2010 a 2020. A partir destes materiais, foram feitas as devidas leituras e fichamento das partes consideradas mais importantes para a escrita do texto referente ao trabalho.

A análise dos artigos foi feita a partir das informações referentes aos benefícios que os agricultores adquirem através da união nas bases associativistas rurais, levando em consideração as conquistas econômicas para o desenvolvimento de suas atividades e também as humanas e sociais. Além disso, foram analisados os dados encontrados que diziam respeito aos entraves que podem ser encontrados no processo associativista rural.

Quadro 1. Descrição dos trabalhos selecionados para a análise

Referência	Título	Objetivo	Tipo de trabalho	Local da pesquisa	Critério para inclusão
ROSONI, 2013	O associativismo como estratégia de fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar no município de Catanduvas- SC.	Discutir e avaliar o papel do associativismo no meio rural do município de Catanduvas como forma de organização e fortalecimento da agricultura familiar.	Monografia	Catanduvas/SC	Título e Resumo
BEZERRA ,2013 (VI Jornada nacional de políticas públicas)	Associativismo Rural: Estratégia de participação dos agricultores familiares para a formação dos seus direitos no mercado.	Compreender a atuação da associação de produtores rurais de Mirolândia, no município de Picos/ PI	Artigo	Picos / PI	Título e Resumo
LISBOA; ALCÂNTARA, 2015	O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar.	Discutir o papel do associativismo rural na articulação dos agricultores familiares para a busca de estratégias que garantam melhorias em suas condições de vida.	Artigo	Porto Alegre/ RS	Objetivo
SOUZA, 2016	Associativismo Rural: uma análise da associação Barra da Espingarda em Caicó /RN	Compreender a atuação da associação comunitária da Barra da Espingarda/ RN.	Monografia	Caicó/RN	Título e Resumo
AMORIM; SILVA, 2015 (II congresso de Ensino, Pesquisa e extensão da UEG	Associativismo como alternativa de representatividade em Piracanjuba/GO	Apresentar o associativismo rural como uma realidade difundida entre muitos agricultores rurais no município de Piracanjuba/GO	Artigo	Piracanjuba/GO	Título
MACIEL; BARBOSA; DAMASCO, 2018	Associativismo Rural: A experiência da associação extrativista de Pimenta Rosa no município de Piaçabuçu, Alagoas.	Descrever o processo de organização social e geração de renda do grupo extrativista vinculado a associação Aroeira no município de Piaçabuçu, Alagoas.	Artigo	Piaçabuçu/ AL	Título e Resumo
OLIVEIRA, 2012 (XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária)	Associativismo e desenvolvimento rural em Goiás: uma análise das estratégias de organização do agronegócio e da produção familiar.	Analisar a questão da organização coletiva no espaço rural, abarcando as associações e cooperativas agrícolas no estado de Goiás.	Artigo	Goiás / Go	Título

4. Resultados e discussão

De acordo com Rosoni (2013), o associativismo tem papel fundamental no desenvolvimento rural, principalmente onde há predominância da agricultura de base familiar, pois possui uma produção em menor escala, onde a concorrência e a viabilidade devem ser buscadas através da cooperação.

No contexto agrário brasileiro, com a distribuição desigual de terras e o modelo de desenvolvimento adotado pela adoção do pacote tecnológico da revolução verde, os recursos eram destinados às grandes propriedades por serem consideradas vetores do desenvolvimento rural, ficando os agricultores menos capitalizados à margem desse processo. Resultando ainda mais em desigualdades e intensa pobreza no campo, o que acarretou em exploração do trabalho no meio rural ao mesmo tempo que expropriou os agricultores familiares de suas terras (BEZERRA, 2013; LISBOA; ALCÂNTARA, 2019).

Desse modo, o associativismo surge como estratégia de redução das desigualdades existentes nesse local e passa a ser um mecanismo de fundamental importância para o fortalecimento do coletivo, permitindo a inserção econômica e o desenvolvimento da agricultura familiar satisfazendo as necessidades econômicas, sociais e humanas realizadas em coletivo. Além disso, possibilita a permanência dos agricultores no meio rural sendo este um dos principais benefícios (SOUZA, 2016).

Além do mais, a união dos agricultores em associações permite-lhes terem acesso a insumos, maquinários e outros equipamentos, com melhores preços e com maior prazo de pagamento, e também permite acesso a assistência técnica, tecnologias e capacitação profissional (ROSONI, 2013). De forma complementar, existe ainda a possibilidade de acesso às políticas públicas, o que possibilita o desenvolvimento de suas atividades. “Assim, o associativismo torna -se, para um segmento social ou para uma comunidade, um instrumento de fortalecimento reivindicatório de conquistas de direitos, participação democrática e de acesso a políticas públicas” (AMORIM; SILVA, 2015, p. 09)

Neste sentido, o associativismo rural tem sido uma estratégia para os agricultores familiares, pois através da constituição e gestão de associações e cooperativas conseguem desenvolver suas atividades e se inserirem no mercado, já que individualmente torna-se mais difícil concorrer com agricultura capitalista, tendo em vista a relação entre custos de produção e

produtividade geralmente otimizada nesta última. Na medida em que esses empreendimentos coletivos contribuem para minimizar a pobreza rural, também estimulam a conservação ambiental, contribuindo para sistemas produtivos mais equilibrados (MACIEL; BARBOSA; DAMASCO, 2018).

Assim, fica evidente que o associativismo também permite uma nova organização do trabalho pautada na união e solidariedade de seus membros, preservando, ao mesmo tempo, o meio ambiente.

Contudo, apesar de tantas vantagens relacionadas ao associativismo, também existem entraves capazes de inviabilizar ou retardar o desenvolvimento rural. “Um deles é a falta de conscientização da comunidade e a dificuldade em se aglutinar as forças e os interesses em torno das ações desenvolvidas pela associação” (ROSONI, 2013, p.18). Tais fatores podem contribuir para a extinção de muitas associações no meio rural, já que, por muitas vezes, os agricultores associados a verem como meio de conseguir apenas benefícios materiais sendo que as associações também são espaços democráticos de luta por direitos sociais e não apenas econômicos. À medida que estas não atingem todos os objetivos materiais esperados pelos associados, estes deixam de ser membros das associações. Por outro lado, nem sempre as lideranças da associação trabalham de forma que possam mudar determinados conceitos trazidos pelos associados, contribuindo para que estas situações aconteçam.

Outro entrave encontrado é quando o associado privilegia interesses individuais ao invés do coletivo (BEZERRA, 2013), estabelecendo um efeito contrário do princípio do associativismo, sendo que deve ser pautado nos interesses coletivos para o atingimento de interesses comuns.

Apesar desses entraves o associativismo ainda é a principal estratégia de desenvolvimento das populações rurais marginalizadas, visto que a partir deste as pessoas conseguem notoriedade frente ao poder público para reivindicar demandas comunitárias, conseguem se inserir no mercado e desenvolver suas atividades econômicas, humanas e sociais (OLIVEIRA, 2012). Tendo como resultado possível o estabelecimento de um processo de desenvolvimento rural, através do associativismo e suas múltiplas contribuições.

Dessa forma, com base na pesquisa bibliográfica realizada constata-se que o associativismo pode sim ser o promotor do desenvolvimento rural, pois ele é um dos instrumentos de luta para a redução das desigualdades no campo, inserindo os agricultores familiares no

mercado, contribuindo para o acesso a determinadas políticas públicas e, com seu aspecto reivindicatório, buscar melhorias em diversos aspectos. É também através dele que surge uma nova reorganização do trabalho, de forma mais justa e solidária, através da constituição e funcionamento (adequado aos princípios e valores) de associações e cooperativas, tornando essas populações emancipadas e mais capacitadas a mudar e desenvolver o seu local de convivência e trabalho.

5. Considerações Finais

No decorrer da pesquisa observou-se que o associativismo é importante para o desenvolvimento rural, pois é um movimento reivindicatório de conquistas de direitos e de melhorias econômicas e sociais para essa população, onde a cooperação e a união de forças em prol dos mesmos objetivos fortalece as bases socioprodutivas, o que pode levar a uma concorrência de mercado mais justa.

Ao permitir a inserção dos agricultores ao mercado, estabelecendo um maior desenvolvimento da agricultura familiar, acesso a insumos e maquinários com menores preços e maiores prazos de pagamento e ainda acesso a políticas públicas para o desenvolvimento de suas atividades, o associativismo torna possível a implementação de um processo de desenvolvimento da agricultura familiar mais sólido e duradouro, visto que tem como base o empoderamento e a formação de sujeitos políticos ativos em seu meio.

Além disso, o associativismo possibilita a esses agricultores acesso à assistência técnica e também espaços de capacitação, o que contribui para a permanência dos agricultores no campo, uma vez que torna possível o atendimento às suas necessidades econômicas e sociais.

Porém, durante esse processo encontra-se entraves sendo muitas vezes a falta de conscientização da comunidade, e a falta de lideranças que atuem nas ações ligadas à associação, além disso os agricultores também priorizam os interesses individuais em detrimento do coletivo. Na maioria das vezes esses entraves repercutem, pois há dificuldades de articulação e compreensão dos agricultores sobre a importância do trabalho coletivo, na busca por objetivos comuns quando inseridos em espaços associativos como associações e cooperativas.

Esse estudo procurou apenas fazer uma prévia pesquisa a respeito da importância do associativismo para o desenvolvimento rural. Tendo em vista que são inúmeras as contribuições

do associativismo para o desenvolvimento do meio rural, uma vez que este não se resume aos aspectos meramente econômicos, mas também aos aspectos sociais, políticos, ambientais na medida em que há formação dos grupos, conscientização destes agricultores enquanto cidadãos, importância dos valores democráticos para as organizações do meio rural, preservação do meio ambiente, espaços de pautas reivindicatórias frente ao poder público, principalmente na questão das demandas comunitárias, maior expressão social, ainda que nem sempre os agricultores se conscientizem destes outros benefícios.

Desse modo, podemos perceber que associativismo contribui com muitos benefícios para o desenvolvimento do meio rural, não apenas econômicos, mas principalmente benefícios sociais .Como são inúmeros os benefícios do associativismo para o desenvolvimento do meio rural e levando em consideração que essa pesquisa não se esgota aqui, sugere-se então que estudos posteriores possam se interessar por essa temática e que além dessas contribuições adquiridas através do associativismo possam ser pesquisadas tantas outras existentes.

6. Referências

AMORIM, R. F.; SILVA, M. V. Associativismo Rural como alternativa de representatividade em Piracanjuba/Goiás. **II Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão da UEG,** 20 a 22 de out. de 2015. Pirenópolis/Goiás.

BEZERRA, M. dos R. Associativismo Rural: estratégia de participação dos agricultores familiares para afirmação e defesa dos seus direitos no mercado. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 20 a 23 de agosto de 2013. Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2013.

CASTRO, C.; PEREIRA, C. **Estado e Desenvolvimento Rural**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília, 2020.

CLEMENTE, E. C.; OLIVEIRA, I. L.; STURZA, J. A. I. O associativismo como promotor do Desenvolvimento rural e (re) organização espacial em assentamentos rurais. **Brazilian Journal of Development,** 6(7), 44852-44864. 2020. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-198

FRANTZ, W. **Sociologia do Desenvolvimento I.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. v. 21, n. 3, p. 379-408, set/dez. 2004. DOI: http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2004.v21.8702

LISBOA, A.; ALCANTRA, F. O associativismo como estratégia de desenvolvimento para agricultura familiar. **Para onde!?**, Porto Alegre. v.11, n.1, p. 17-28. 2019. DOI:

https://doi.org/10.22456/1982-0003.90807

LEONELLO, J. C. O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária. 2010. **Tese** (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

MACIEL, K.; BARBOSA, L.; BERGAMASCO, S. **Associativismo Rural:** a experiência da associação extrativista de Pimenta Rosa no município de Piaçabuçu, Alagoas, 2018. Link: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/2A/11_Kleciane_Maciel.pdf

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados.** v.15, n.43, p. 83-100. 2001. Link: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9825

QUE CONCEITO. **Desenvolvimento.** São Paulo. Disponível em: https://queconceito.com.br/desenvolvimento. Acesso em 14 jun. 2021.

OLIVEIRA, A. Associativismo e desenvolvimento rural em Goiás: uma análise das estratégias de organização do agronegócio e da agricultura familiar. In: **XXI encontro nacional de geografia agrária**, Uberlândia/MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

PELEGRINI, A.; SHIKI, S.; SHIKI, S. Uma abordagem teórica sobre o cooperativismo e associativismo no Brasil**. Revista eletrônica de extensão**, ISSIU 1807-0221. Florianópolis, v.12, n.19, p. 70-85, 2015. DOI: https://doi.org/10.5007/1807-0221.2015v12n19p70

ROSONI, E. O associativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar no município de Cantanduvas-SC. 24 f. **Monografia** (Especialização em Agronegócio). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Associação**. Série de empreendimentos coletivos. p. 01-46. Brasília, 2014**.**

SOUZA, F. S. **Associativismo rural:** uma análise da associação Barra da Espingarda Caicó/ RN**,** UFRN, Caicó- RN, 2016.

STEGE, A.; PARRE, J. Desenvolvimento rural nas microrregiões do Brasil: um estudo multidimensional. **Teoria e Evidência Econômica**. v. 17, n. 37, p. 160-193, Jul/dez 2011. DOI: https://doi.org/10.5335/rtee.v17i37.4227

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS
MACAMBIRA
ISSN 2525-6580

ARTIGO / ARTICLE

O COOPERATIVISMO E O ASSOCIATIVISMO NOS ESTUDOS SOBRE TRANSPORTE ALTERNATIVO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

COOPERATIVISM AND ASSOCIATIVISM IN STUDIES ON ALTERNATIVE TRANSPORT: A BIBLIOGRAPHIC RESEARCH

Maria Clara Aparecida do Rosário Santos[1], Heron Ferreira Souza[2], Márcia Eliana Martins[3]

[1]Graduada em Gestão de Cooperativas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Serrinha/ E-mail santos.mclara@outlook.com. https://orcid.org/0000-0002-1256-1580
[2]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus* Serrinha/E-mail: heron.souza@ifbaiano.edu.br. https://orcid.org/0000-0003-0927-3112
[3]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus* Serrinha/E-mail: marcia.martins@ifbaiano.edu.br

Recebido: 07/04/2022 **Aceito:** 14/04/2022 **Publicado:** 14/04/2022

RESUMO: O presente estudo buscou fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o tema transporte alternativo e sua relação com o cooperativismo e o associativismo. Dessa forma, tem-se como objetivos: investigar quais os aspectos sobre cooperativismo/associativismo têm sido considerados nas pesquisas que abordam transporte alternativo de vans/kombis; identificar as fragilidades e potencialidades vividas por associados/cooperados nas experiências de trabalho com transporte alternativo; e identificar a visão dos motoristas de transporte coletivo em torno do cooperativismo. Em termos metodológicos, a pesquisa é bibliográfica, de caráter exploratório, tendo como base elementos da revisão sistemática. Como base de dados foram utilizados o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando para a busca o termo 'transporte alternativo'. A contar da fase de leitura de títulos, resumos, palavras-chaves e texto integral, foram totalizados quatro trabalhos selecionados. À análise feita, percebe-se que a formação de cooperativas de transporte alternativo é fundamental à consolidação econômica e política desse movimento de trabalhadores-motoristas diante dos conflitos enfrentados com o Poder Público e as empresas de transporte regulares. No entanto, do ponto de vista dos cooperados, o cooperativismo ainda tem espaço para melhorias em termos de administração, operação e gestão, que podem produzir resultados de curto prazo para consolidá-los no setor de transportes.

Palavras-Chave: Transporte alternativo. Cooperativismo. Cooperativa de transporte alternativo.

ABSTRACT: The present study sought to carry out bibliographical research on the subject of alternative transport and its relationship with cooperativism / associativism. In this way, the objectives are: to investigate which aspects of cooperativism/associativism have been considered in research that addresses alternative transport of vans/kombis; to identify the weaknesses and potentialities experienced by associates/cooperators in work experiences with alternative transport; and to identify the vision of public transport drivers around cooperativism. In methodological terms, the research is bibliographical, exploratory in nature, based on elements of the systematic review. As a database, the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) were used, using the term 'alternative transport' for the search. From the reading phase of titles, abstracts, keywords and full text, a total of four selected works. From the analysis made, it is clear that the formation of alternative transport cooperatives is fundamental to the economic and political consolidation of this movement of workers-drivers in the face of conflicts faced with the Government and regular transport companies. However, from the cooperative members' point of view, cooperativism still has room for improvement in terms of administration, operation and management, which can produce short-term results to consolidate them in the transport sector.

Keywords: Alternative transport. Cooperativism. Alternative transport cooperative.

1. Introdução

O crescimento das cidades e a rede urbana brasileira revelam as marcas de nossa histórica estrutura desigual. Consequentemente, "velhos" problemas são intensificados e se reconfiguram, se complexificam, na Contemporaneidade. A questão da mobilidade urbana e intraurbana é um exemplo e se soma a outros problemas sociais como o desemprego. Considerando a oferta e a qualidade dos serviços de transporte coletivo e público, as pessoas buscam alternativas para suprir as debilidades dos serviços ofertados, ao passo que trabalhadores veem nessas falhas de mercado e de governo oportunidades de reinserção no mundo do trabalho.

Esse quadro - que envolve mobilidade urbana e ou intraurbana, limitações nos serviços de transporte público e desemprego -, em alguma medida, é o pano de fundo da emergência dos chamados transportes informais / alternativos (conceitos que serão abordados posteriormente) enquanto alternativa de trabalho. Por isso, essa pesquisa orientou-se a discutir o cooperativismo, principalmente, como forma de organização dos trabalhadores-motoristas no âmbito dos transportes alternativos.

À proporção que as empresas de transporte coletivo não atendiam a demanda das pessoas, houve espaço para o surgimento de vias alternativas. A precariedade, baixa ou nenhuma oferta de serviços locomotivos, abriu espaço para o transporte alternativo, consequentemente para o transporte informal.

A informalidade na prestação de serviços locomotivos advém como consequência do desemprego, da baixa oferta de transporte coletivo que deixa em aberto uma lacuna principalmente em cidades pequenas, em que é necessário a locomoção até cidades próximas a fim de ter acesso a serviços básicos – educação, saúde, serviço específicos de órgãos públicos federais ou estaduais, dentre outros.

Também visto como clandestino, o transporte informal traz consigo condições impróprias para os condutores assim como para os usuários do serviço. Quando se trata dos motoristas, a informalidade não garante a eles nenhum direito de acordo com a legislação trabalhista. E aos passageiros, a desorganização, superlotação e veículos em condições de precariedade podem apresentar riscos.

É interessante frisar que o transporte alternativo de pessoas, mesmo que na informalidade,

tem certa influência na dinâmica local, principalmente em municípios pequenos, pois, além de cobrir o hiato deixado pelo transporte coletivo regular, é preciso considerar a agilidade, frequência, "segurança" (garantia do serviço diante das necessidades dos usuários) que os motoristas alternativos transmitem aos usuários.

O transporte alternativo surgiu como um caminho para minimização de uma lacuna existente, a qual se distinguiu como uma "oferta de serviço autônomo e independente" (MARCHIONE, 2013). Em determinadas situações é costumeiro dos motoristas autônomos uma abertura para descumprimento das rotas pré-estabelecidas e convencionais, optando por outras vias, com o consentimento dos usuários, situação essa que não pode ocorrer em transporte regrado e supervisionado (MARCHIONE, 2013).

O termo 'transporte alternativo' traz para esse movimento uma forma de sair da informalidade, que é marginalizada e mal vista. O 'alternativo' vem com a esperança de regularização e legalização, onde o cooperativismo/associativismo pode entrar com o papel organizacional, podendo promover uma nova perspectiva para o movimento de motoristas autônomos, aspecto digno à capacidade, apresentada pelos "alternativos", de negociar, reivindicar e de se afirmarem como sujeitos sociais válidos (MAMANI, 2004).

A pesquisa propõe uma análise e reflexão sobre a atividade supracitada – transporte alternativo – e sua relação com o cooperativismo/associativismo, considerando que cooperativas/associações também são entendidas como uma alternativa de estrutura organizacional em relação à união de pessoas que trabalham na individualidade e na informalidade, que buscam regulação de acesso e condições de funcionamento das atividades exercidas. Considerando o exposto, a pesquisa bibliográfica tem como questão orientadora: quais os aspectos sobre cooperativismo/associativismo têm sido considerados nas pesquisas que abordam transporte alternativo de van/kombi?

Em vista disso, a pesquisa tem como objetivo investigar quais os aspectos sobre o cooperativismo/associativismo têm sido considerados nas pesquisas que abordam transporte alternativo de van/kombi. E de forma mais específica busca-se identificar as fragilidades e potencialidades vividas por associados/cooperados nas experiências de trabalho com transporte alternativo, além de identificar a visão dos motoristas de transporte coletivo em torno do cooperativismo.

2. Aspectos metodológicos

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e tem como intuito investigar quais aspectos sobre o cooperativismo e/ou associativismo têm sido abordados nas pesquisas sobre transporte alternativo, especificamente relacionadas ao transporte por Van ou Kombi, a partir de pesquisas publicadas (teses ou dissertações). A pesquisa bibliográfica permite identificar e compreender as ideias centrais e informações fornecidas no material utilizado. Conforme afirma Gil (2002, p. 45), a vantagem da pesquisa bibliográfica é que permite ao pesquisador uma vasta "gama de fenômenos" (GIL, 2002, p. 45) que torna a pesquisa mais abrangente que numa pesquisa direta.

O estudo tem caráter exploratório, pois buscou, nos estudos selecionados, identificar os principais recortes dados aos objetos de pesquisa, objetivos propostos nas pesquisas, concepções/sentidos de cooperativismo/associativismo e resultados encontrados. Segundo Gil (2008, p. 27),

> pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Portanto, procurou-se entender o que já tem sido ou é recorrentemente considerado nos estudos sobre a relação entre cooperativismo/associativismo e transporte alternativo de van ou kombi, para com isso delinear possíveis lacunas para estudos futuros, quer dizer, o que ainda precisa ser focalizado para o tema proposto.

Embora tenha um caráter exploratório, a pesquisa foi direcionada por uma pergunta e objetivos que orientaram o que buscamos apreender do material analisado. Por isso, caracterizamos essa pesquisa bibliográfica e exploratória como uma revisão sistemática. Segundo Castro (2001), a pesquisa deve ser planejada de maneira que responda uma pergunta específica e que utilize métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar os dados destes estudos incluídos na revisão.

Ao questionar quais aspectos sobre cooperativismo/associativismo têm sido abordados em pesquisas sobre transporte alternativo de van/kombi, acrescenta-se também como o cooperativismo/associativismo é entendido pelos motoristas/cooperados, quais sentidos têm sido atribuídos ao cooperativismo e mesmo se essas questões têm aparecido de forma implícita nos

estudos.

Considerando o delineamento metodológico para a pesquisa bibliográfica, a princípio, definiu-se como pergunta e objetivo da pesquisa: investigar quais os aspectos sobre cooperativismo/associativismo têm sido considerados nas pesquisas que abordam transporte alternativo de van/kombi. Tal recorte de tema, pergunta e objetivo também teve como perspectiva estabelecer os critérios de inclusão e exclusão dos textos que foram selecionados.

Inicialmente, foram consideradas como plataformas de busca apenas o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), definindo-se como termo de busca "transporte alternativo". Obviamente que se optou pelo uso da temática principal como termo de busca. Justifica-se o uso de apenas um termo de busca porque mesmo sem utilizar filtros, como ano ou outros termos conjugados, apareceram poucos trabalhos.

Ao proceder às buscas, obteve-se 32 resultados na BDTD e 40 no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, totalizando 72 trabalhos sobre a temática principal, número satisfatório para realizar uma análise para definir a inclusão ou exclusão.

Em seguida, procedeu-se à análise inicial dos títulos dos trabalhos e resumos. Para um resultado de maior eficácia a fim de responder ao problema da presente pesquisa, ficaram estipulados como critérios de inclusão dos trabalhos os seguintes pontos:

I. Relação entre transporte alternativo e cooperativismo/associativismo;
II. Relações de trabalho;
III. Transporte de vans;
IV. Transporte interurbano;
V. Ser um estudo de caso.

E como estratégia de eliminação/exclusão foram utilizados os seguintes critérios:

I. Transporte alternativo com viés na sustentabilidade, a exemplo de bikes;
II. Não ter um recorte com a temática cooperativismo ou associativismo;
III. Considerar como transporte alternativo táxis e mototáxis.

Por conseguinte, considerando os critérios de inclusão e exclusão citados, após a leitura do título e resumo, além de levar em conta a duplicidade de alguns dos estudos encontrados, foram excluídas 64 das teses e dissertações encontradas, totalizando 8 trabalhos restantes. Após

a leitura completa dos trabalhos, observando para que as dissertações/teses pudessem responder à questão principal da pesquisa, foram excluídos quatro textos, pois não retratavam, como elemento protagonista, cooperativas e associações. Dessa forma, ficaram quatro trabalhos científicos para a análise proposta.

Inicialmente, a análise – destrinchada na próxima seção - foi dividida em cinco etapas. A primeira foi feita a extração de informações-chave dos trabalhos científicos como: título, tipo de trabalho acadêmico, autor, ano e abordagem metodológica (Quadro 1). A segunda etapa é o recorte do objetivo dos textos e síntese dos resultados, a fim de orientar a extração dos dados para análise (Quadro 2).

A terceira etapa foi a designação de cada trabalho feito, conforme o Quadro 3, através da identificação do tipo de organização, como os motoristas se identificam dentro do movimento, possibilidades e desafios que o cooperativismo representa. Posteriormente a quarta etapa, a Figura 1, retrata os caminhos percorridos pelos sujeitos da pesquisa, através de perguntas norteadoras, como: 'onde estão?', o que ainda está em busca?', 'já conseguiram formalizar?', 'como conseguiram formalizar?'. E por fim a quinta etapa, foi feita a identificação dos princípios cooperativistas/associativistas, com o intuito de distinguir os mais presentes e os mais ausentes segundo os trabalhos (Quadro 4).

3. Análise e interpretação dos resultados

Para esta análise, foram selecionadas quatro produções acadêmicas (teses e dissertações), compreendidas no período entre 2009 e 2016. As pesquisas foram realizadas primordialmente nas regiões Norte e Nordeste. Verificou-se que todas as pesquisas explicitaram claramente o desenvolvimento do trabalho utilizando métodos qualitativos e quantitativos no percurso metodológico, deste modo foi realizada análise dos quatros textos a fim de identificar, nesse estudo, como o cooperativismo tem sido abordado nas pesquisas sobre transporte alternativo. Conforme o Quadro 1, a seguir apresentado.

Quadro 1. Síntese das produções

Código	Título	Tipo de trabalho acadêmico	Autor	Ano	Região	Abordagem metodológica
M1	Avaliação da eficiência técnica no transporte alternativo de Manaus utilizando a Análise de Envoltória de Dados – DEA	Dissertação	FILHO, João Nery Rodrigues	2009	Norte	Quali-quantitativa (método *Data Envolepment Analysis* – DEA (Análise de Envoltória de Dados))
M2	A reestruturação produtiva e as novas formas de organização do trabalho: a experiência do transporte alternativo no município de Belém/PA	Tese	VASCONCELOS, Eliza Maria Almeida	2009	Norte	Qualitativa e quantitativa (pesquisa documental, revisão bibliográfica, exploratório, entrevista aberta, formulário, visitas técnicas)
M3	Entre Belém e Castanhal: rede de transportes e circuito inferior da economia	Dissertação	SILVA, Glauber Ranieri Martins da	2010	Norte	Qualitativa e quantitativa (pesquisa de campo, documental, questionário aberto e fechado, entrevistas)
M4	"VAI SUBIR? VAI DESCER?" Estudo sobre as dinâmicas de mobilidade espacial atreladas ao transporte alternativo de passageiros operante entre a Serra da Meruoca e a cidade de Sobral - CE'	Dissertação	COSTA, Francisco Edson da	2016	Nordeste	Levantamento bibliográfico e historiográfico; estudo de campo e interpretação das coletas de dados (entrevistas, observação participativa, registro de imagens, aplicação de questionário); revisão bibliográfica

Fonte: Elaborado pela autora Maria Clara Santos, 2022

Para orientar a extração do conteúdo, foi utilizada uma ficha, conforme mostrado no Quadro 2, composta pelos seguintes aspectos: código, objetivos da pesquisa e síntese dos resultados.

Quadro 2. Análise dos resultados

CÓDIGO	OBJETIVOS DA PESQUISA	SÍNTESE DOS RESULTADOS
M1	"Avaliar a eficiência técnica das cooperativas do transporte alternativo da zona leste de Manaus utilizando uma ferramenta de análise apoiada na programação matemática."	Traz alternativas que irão permitir às diretorias das cooperativas determinarem ações e metas que contribuam para a eficiência técnica dessas organizações, indicando quais organizações servem como referência para as ineficientes e ainda, quais fatores de produção que devem ser alterados para que as mesmas passem a ser eficientes.
M2	"Conhecer a percepção dos sujeitos envolvidos no cotidiano do transporte alternativo, as suas relações internas, sua reprodução enquanto trabalhadores e as suas relações conflituosas, tanto com a gestão pública municipal e estadual, quanto com a organização empresarial hegemônico, no sistema de transporte."	Retrata a lacuna deixada pelo transporte coletivo convencional e o próprio Poder Público com a população local. Com o agravamento do desemprego e as precárias condições de serviço do sistema regular por ônibus foram determinantes para que se instalassem essas novas formas de prestação de serviço de transporte alternativo. Com a pressão do Poder Público local sobre os motoristas que transportavam pessoas irregularmente, foi necessário a formação de cooperativas, em busca da legalização. Contudo, percebe-se que o Poder Público local dentre o setor de transporte prevalece, beneficia e protege os interesses do capital, ou seja, a manutenção e garantia de mais valia de um grupo empresarial que tem prodigalizado um serviço de transporte que está muito aquém das expectativas da população usuária
M3	"Analisar o sistema de transporte rodoviário de passageiros entre Belém e Castanhal, demonstrando quantitativa e qualitativamente a precariedade deste sistema e a necessidade de intervenção estatal no mesmo para dar suporte ao desenvolvimento regional."	Percebe-se que existem condições instáveis em termos de conforto, espaço, tratamento e fluidez de satisfação do usuário. Os motoristas não são bem treinados nas práticas e leis de trânsito. O problema da violência contra passageiros e motoristas é agravado pela falta de segurança no trânsito, que não é exclusiva dos problemas de trânsito.
M4	"Discutir as dinâmicas a partir do estudo das características e peculiaridades do transporte alternativo de passageiros, com ênfase para seus atributos principais, bem como para a infraestrutura e fluxos de pessoas, mercadorias e capital nessa área presente."	As atividades do transporte alternativo estão inseridas no setor de serviços e, em comparação com outras atividades (como gestão pública e comércio), sua importância para a geração de empregos formais na cidade ainda é insignificante. Verifica-se também que existem alguns fatores que dificultam a completa mobilidade espacial. Esses fatores estão relacionados à falta de alguns veículos para o transporte de pessoas na área de estudo, falta de organização dos motoristas, altas tarifas das passagens, falta de ação, apoio de políticas e poderes públicos e vulnerabilidade do setor público. A cooperação dos motoristas e o despreparo dos motoristas e trabalhadores para o transporte alternativo.

Fonte: Elaborado pela autora Maria Clara Santos, 2022.

Nota-se similaridade entre os trabalhos, no que tange à caracterização dos sujeitos que compõem a pesquisa, maioritariamente composta por homens que possuem pouca escolaridade (SILVA, 2010; FILHO, 2009). Além do fato de que a renda principal dos cooperados decorre da prestação de serviço como motorista alternativo e em alguns poucos casos seria como forma de renda extra. Para mais, outra similitude são os fatores que determinaram o surgimento do transporte alternativo: principalmente a "brecha" deixada por empresas de transporte convencionais, dada à incapacidade das empresas regulares de fornecer transporte que corresponda às necessidades de um local, ou mesmo "hiatos", pois apesar da crescente necessidade de expansão e melhoria da frota, o mesmo não foi feito (COSTA, 2016; VASCONCELOS, 2009; SILVA, 2010).

Outro elemento semelhante entre os textos são as razões pelas quais os usuários de transporte alternativo optam por essa via – além do que, para uma grande parte seria a única alternativa de locomoção. O itinerário, horário, rota, segurança, conforto, confiabilidade, rapidez de deslocamento são consideradas melhores com relação ao transporte convencional (COSTA, 2016; FILHO, 2009, VASCONCELOS, 2009; SILVA, 2010)

Entretanto, ao passo que avaliam o transporte alternativo como melhor opção, é perceptível que há inferioridade em condições de qualidade e segurança – com relação ao transporte – para com os passageiros (SILVA, 2010; VASCONCELOS, 2009). Dessa forma, a segurança na perspectiva do transporte convencional está relacionada à qualidade, e na perspectiva do transporte alternativo está ligado à garantia de acesso.

A nova forma de transporte de passageiros é fruto da própria organização de uma população desfavorecida de serviços de transporte, pessoas que possuem veículos de porte mediano, como kombis e vans, realizam coletivamente atividades de transporte de passageiros. Uma forma de se organizar é através de cooperativas/associações, que se respaldam na assistência mútua e têm como identidade, a coletividade. Optar por esse tipo de organização é possível explicar por seu comportamento semelhante de alternância, elas sempre buscam economizar insumos e ampliar os serviços a fim de alcançar a eficiência econômica e, consequentemente, a eficiência técnica dos serviços prestados.

Para superar a concepção negativa do transporte informal, como irregular, clandestino e/ou marginalizado, e se firmar no mercado de forma regular como transporte alternativo, as

cooperativas trazem uma nova dimensão à situação de conflito com as grandes empresas, tentando romper a estrutura já existente. O cooperativismo provoca como possibilidades mudanças, formas de melhorar a organização, melhor qualidade e segurança no transporte de pessoas, bem como melhores condições de trabalho para os próprios cooperados. Sem preterir dos desafios a serem ainda enfrentados, o que precisa para que funcione com maior eficácia, na resolução de problemas existentes e que possam vir a surgir, segundo o detalhamento no Quadro 3.

No entanto, vale destacar dentre as pesquisas selecionadas, que diante das empresas de transporte tradicionais e das burocracias estatais, os motoristas alternativos se organizam em cooperativas e associações com o objetivo de fortalecer política e economicamente sua relativa importância no sistema de transporte de passageiros. É notório que os motoristas que fazem parte de uma cooperativa destacam que possuem uma estrutura organizativa mais sólida e acesso a alguns recursos como menor valor na compra de combustível, sistema de manutenção de veículo, serviços jurídicos e programa de capacitação de seus cooperados (SILVA, 2010; FILHO, 2009).

No entanto, reconhece-se que não há garantias de estabilidade das cooperativas no mercado, nem de sua consolidação como organização em meio aos obstáculos que os trabalhadores encontram para a regulamentação do transporte alternativo. Além das dificuldades em dispor de ferramentas gerenciais, administrativas e operacionais que facilitem ações rápidas e resultados imediatos.

As atividades de transporte alternativo pertencem ao setor de serviços e permanecem insignificantes em termos de geração de empregos formais nas cidades foco dos estudos em comparação com outras atividades como administração pública e comércio. Entretanto, nas pesquisas foi possível perceber o tipo de organização escolhida (cooperativa, associação ou sindicato), em que situação está em relação à formalização da cooperativa/associação, quais estratégias utilizaram para se formalizar enquanto cooperativa, onde se encontram no processo de regulamentação do transporte alternativo, os processos licitatórios para permissão do transporte de pessoas. À vista disso, na figura 1 destaca o caminho percorrido pelas cooperativas para sua regulamentação, tomando como referências as pesquisas selecionadas.

Quadro 3. Possibilidades e desafios em torno do cooperativismo/associativismo

Código	Tipo de organização	Como os motoristas veem seu trabalho	Possibilidades	Desafios
M1	Cooperativas	Transporte alternativo	- Estrutura organizada, disponibilização de recursos; - Estrutura de apoio (acompanhamento, capacitações, cursos).	- O cooperativismo não garante às cooperativas estabilidade no mercado, tão pouco tem ajudado a consolidá-las como organização; - As cooperativas da pesquisa em questão, não possuem ferramentas gerenciais, administrativas e operacionais capazes de promover ações que deem respostas rápidas e resultados imediatos; - O órgão concedente não confia nas informações que lhes são transmitidas pelas cooperativas.
M2	Cooperativas	Transporte alternativo / Transporte Irregular (na perspectiva da busca pela legalidade)	- Organização de trabalho; - Fortalecimento do movimento; - Pressão sobre o Poder Público e Órgão Regulador; - Melhoria na qualidade de vida dos usuários;	- Ilegalidade; - Pressão para que as cooperativas se tornem empresas de transporte e prestação de serviço, com veículo tipo micro-ônibus; - Condições precarizadas, subcontratadas, temporária, o que representa, consequentemente, em relação às normas trabalhistas vigentes, o retrocesso no que tange aos direitos sociais.
M3	Associação	Transporte alternativo	- Fortalecimento do movimento; - Tentativa de superar e se estabelecer regularmente no mercado;	- Exigência de participação em programas especiais e específicos de formação para o transporte de pessoas; - Necessidade de qualificação, principalmente no que tange ao tratamento dos passageiros e as práticas de trânsito; - Vulnerabilidade; - Conflito entre Estado, empresas e associações;
M4	Cooperativas	Transporte alternativo / “Carros-piratas” (pessoas não vinculadas à cooperativa	- Melhores condições de vida; - Garantia de emprego; Pressão sobre o Poder Público e Órgão Regulador; - Acesso a fardamento e assessoria jurídica;	- Concorrência, serviços clandestinos; - Falta de organização no controle circulação e de tempo de saída e chegada de veículos nos locais de parada; - Falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes, no que tange a operacionalização dos veículos; - Superlotação, ocasionando riscos para com a segurança e integridade física tanto dos usuários como dos próprios motoristas; - Não possui cobertura situações de acidentes e problemas com os veículos durante os percursos; -Falta de segurança para motoristas e usuários;

Fonte: Elaborado pela autora Maria Clara Santos, 2022.

Figura 1. Caminhos percorridos



Fonte: Elaborado pela autora Maria Clara Santos, 2022.

De forma específica, é possível considerar alguns caminhos a serem percorridos, que podem ser (re)feitos a fim de orientar e contribuir de forma eficaz na formação de organizações em outros contextos, resguardadas as condições particulares dos sujeitos envolvidos e arranjos institucionais locais, conforme citado abaixo:

- O ponto de partida é a possibilidade de oferta do serviço de transporte alternativo diante dos condicionantes de cada realidade. O serviço representa para o motorista uma oportunidade de (re)inserção no mundo do trabalho e uma alternativa de mobilidade para os usuários do transporte coletivo;
- Organizar-se coletivamente em cooperativas, associações ou sindicatos, com o objetivo de criar um "alicerce" organizacional tanto para passar mais credibilidade para os usuários quanto em relação de fortalecimento político e econômico perante as empresas oficiais de transporte e os órgãos burocráticos. Para mais, os condutores alternativos optam pelas

cooperativas/associações por serem o tipo de organização com "caráter coletivo" onde todos têm espaço para tomar decisões e, além disso, a renda depende da produtividade;

- Assessoria técnica – com possível ajuda da gestão pública – para formação e formalização de cooperativa/associação, orientação para enquadramento no cumprimento de exigências como: obtenção de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria 'D' e cursos preparatórios para o transporte de pessoas;
- Para melhorar a segurança dos próprios cooperados e dos usuários – além de ser um requisito para regulamentação – é necessário que os veículos tenham entre sete a dez anos desde a data de fabricação, por isso faz-se fundamental a implementação de uma política de financiamento com vistas à renovação de frota;
- Obtenção de uma autorização temporária para operar com o transporte de passageiros na área em questão, durante 04 anos, até que ocorra um processo licitatório definitivo para a concessão e regularização desse transporte na região;
- Dado o crescimento expansivo do transporte alternativo e sua necessidade, torna-se interessante a adoção de políticas públicas para regulamentação do transporte alternativo, o que significa capacidade de mobilização e pressão política das organizações junto ao poder legislativo municipal e/ou estadual;
- Buscar a permissão do órgão regulador estadual. Exemplificando, em nível estadual, na Bahia, o órgão regulador para transporte de passageiros é a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA). Já em nível municipal pode vir a variar de acordo com a cidade, entretanto é possível que exista um departamento específico para o setor de transporte.

Nos trabalhos, identificou-se que o cooperativismo foi guiado desde o início pelos princípios que distinguem este tipo de organização de outras sociedades empresariais. Dessa forma, os princípios se descrevem da seguinte forma, de acordo com Cançado e Gontijo (2004):

- O princípio da Adesão Livre e Voluntária é sobre a liberdade pessoal de todos. Portanto, ninguém pode ser obrigado a ser membro de uma cooperativa, e tem o direito de sair a qualquer momento, desde que decida aderir.
- O princípio da Gestão Democrática lida com a participação e gestão dessas organizações.

Os associados devem participar ativamente, reunindo-se em Assembleia Geral onde discutirão e votarão políticas, metas e objetivos de trabalho. Nas assembleias gerais, os cooperados também devem eleger e ser eleitos como representantes da sociedade gestora, cada um com um voto, independentemente do número de quotas-partes integralizadas.

- O princípio da **Participação Econômica dos Membros** visa valorizar o trabalho e as pessoas para que possam utilizar os frutos do seu trabalho de forma adequada, eliminando assim a necessidade de um intermediário (CANÇADO; GONTIJO, 2004).
- Uma cooperativa deve, de acordo com o Princípio da **Autonomia e Independência,** tomar democraticamente suas próprias decisões sobre o caminho que desejam seguir, livres de interferências externas. Todas as ações e parcerias realizadas pelas cooperativas não devem criar vínculos ou obrigações que limitem sua tomada de decisão.
- Desde Rochdale, as cooperativas têm a educação como foco principal. Mesmo quando há alterações dos princípios cooperativistas, o princípio **Educação, Formação e Informação** sempre permanece presente. Além de os associados terem acesso a todas as informações relacionadas à cooperativa, isso também deve ser entendido como condição para o crescimento contínuo dos associados como indivíduos e profissionais.
- A **Intercooperação** potencializa as cooperativas a fortalecerem a cooperação intraorganizacional inerente às cooperativas. Pode acontecer simplesmente trocando informação e experiência, mesmo através de compra e/ou venda conjunta, principalmente entre cooperativas do mesmo ramo.
- O princípio do **Interesse pela Comunidade** ressalta que as cooperativas, como organizações humanas, muitas vezes estão intimamente ligadas às comunidades onde os cooperados estão inseridos, de modo que o desenvolvimento dessa comunidade se reflete diretamente nos cooperados (CANÇADO; GONTIJO, 2004).

Por conseguinte, faz-se necessário analisar como os princípios cooperativistas funcionamna prática nas cooperativas/associações de transporte alternativo, de forma mais presente e/ou ausente entre as pesquisas, como explicitado no quadro 4.

Quadro 4. Princípios com maior e menor visibilidade nas cooperativas de transporte, de acordo com os estudos utilizados:

Código	Princípios com maior visibilidade	Princípios com menor visibilidade
M1	Autonomia e independência Educação, formação e informação	Gestão democrática
M2	Autonomia e independência Gestão democrática	Interesse pela comunidade
M3	Interesse pela comunidade	Adesão livre e voluntária Educação, formação e informação
M4	Adesão livre e voluntária Interesse pela comunidade	Gestão democrática Participação econômica

Fonte: Elaborado pela autora Maria Clara Santos, 2022.

De modo geral, observou-se nas pesquisas que com as lacunas deixadas pelo transporte convencional, a deserção do Poder Público para com a população, o transporte alternativo vem com o propósito de preencher esse espaço deixado em aberto. Demonstra de forma bem presente o princípio de interesse pela comunidade, visto que em muitos locais os ônibus não atendiam ao público. Além de estar ligado a aspectos de formalização do trabalho para os motoristas, o que consequentemente traz melhoria de renda para os trabalhadores, ampliação de oportunidades para que os membros da comunidade saiam para trabalhar, estudar ou mesmo vivenciar em outros contextos. Dessa forma, as cooperativas vêm operando com o transporte complementar alternativo de maneira que tem mudado a qualidade de vida de muitos usuários.

Enquanto as cooperativas oferecem uma estrutura de apoio aos cooperados, também buscam ofertar palestras contínuas, treinamentos nas áreas administrativas e de qualidade. Também demonstram a necessidade de qualificação, principalmente no tratamento dos passageiros e nas práticas de trânsito, pois são comuns as imprudências dos motoristas na via. Muitos dos cooperados indicaram que não compareceram ao treinamento por falta de tempo e/ou condições financeiras e demanda insuficiente dos órgãos fiscalizadores de transporte. Eles reconhecem a necessidade de qualificação profissional, mas afirmam que a maior dificuldade é a falta de incentivos e até mesmo programas de capacitação por parte do Estado, principalmente quando se trata de lidar com os usuários do transporte (SILVA, 2010; FILHO, 2009).

Quando se trata do princípio de autonomia e independência, é perceptível como os cooperados falam na dimensão financeira. Destacam como o transporte alternativo, financeiramente, foi benéfico para a maioria dos cooperados. Sair do desemprego, mesmo com as instabilidades ocasionadas pela falta de regulamentação do transporte alternativo e por ser um trabalho sem garantias no tocante a legislação trabalhista, os cooperados puderam ter melhores condições de vida proporcionadas pela prestação de serviço.

Ficou perceptível que, apesar das cooperativas serem - de acordo ao princípio de adesão livre e voluntária - abertas a todas as pessoas que possuem o interesse em transporte alternativo, algumas pessoas nas cooperativas estudadas demonstraram ressalvas com relação a inserção de novos cooperados afirmando que, ao permitir a entrada de novos motoristas, a renda dos cooperados diminuiria. Por isso, é válido ressaltar como é conflitante motoristas alternativos não ingressarem nas cooperativas/associações, isso dificulta o trabalho dos motoristas vinculados e não vinculados a essas organizações. Como cita Silva (2010)

> O Estado, a este respeito, se posiciona de maneira contraditória. Ao mesmo tempo em que se permite a execução dos serviços de transporte alternativo, recusa a sua instituição como atividade regular. Isso estimula a formação da informalidade e possibilita o surgimento do "clandestino do clandestino", isto é, o operador que apesar de não obedecer às regras das associações ou das empresas de ônibus e, também, apesar de não estar vinculado a nenhuma dessas instituições, passa a executar o serviço de transporte de passageiros (SILVA, 2010, p. 44).

Silva (2010) ainda complementa

> Tanto a Expresso Modelo Ltda. quanto a ATAC responderam a presença dos "clandestinos" atuando nas rotas é o principal problema do sistema de transporte, pois estes atuam de maneira completamente irregular e prejudicam não somente a lucratividade, mas também a qualidade do transporte oferecido. Vale notar que, na concepção destas instituições as rotas deveriam ser exclusivas, mesmo em se considerando um ponto contraditório no discurso da ATAC, uma vez que esta se afirmou como prestadora de serviços de transporte exatamente atuando onde ocorria exclusividade da Expresso Modelo (SILVA, 2010, p. 69).

Costa (2016) também reflete que

> Um outro problema identificado são os serviços "clandestinos" de transporte de passageiros, também chamados de "carros-piratas", e a falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes. Esse tipo de serviço ou transporte é assim denominado de "clandestino" por aqueles motoristas vinculados à cooperativa, muito embora que, para

> os órgãos de fiscalização de trânsito, como a Polícia Rodoviária Estadual – PRE, tanto os veículos vinculados à cooperativa como aqueles não-vinculados são classificados de maneira legal, não havendo nenhum tipo de distinção (...) a dificuldade em se organizar, aliada à própria desestruturação da COOPETAM, influenciou para o aumento na quantidade de veículos "clandestinos". A perda de associados, devido à falta de controle e normas claras a serem seguidas por seus usuários, gerou à cooperativa um descrédito até mesmo por parte de seus membros associados, sendo que muitos deixaram de pagar o valor mensal de sua contribuição, R$50,00 (Cinquenta reais), mesmo continuando a pertencer a tal cooperativa (COSTA, 2016, p. 203-204).

Interessante ressaltar que os motoristas alternativos optaram por cooperativas/associações por serem tipos de organização que possuem 'caráter coletivo', onde todos têm espaço na tomada de decisões, além de que o provento é de acordo com a produtividade. Entretanto, considerando razões como a demora para alcançar os objetivos principais que acarretaram a criação da cooperativa/associação, muitos dos cooperados começaram a questionar sua funcionalidade. Desse modo, algumas pessoas não ficaram satisfeitas com seu desempenho e abandonaram (SILVA, 2010; COSTA, 2016).

4. Considerações finais

O transporte alternativo cria novas rotas para preencher lacunas na mobilidade intercomunitária e intermunicipal, alcançando um estado de complementaridade em relação ao transporte coletivo. Cabe ressaltar que em algumas cidades, principalmente municípios pequenos, o transporte alternativo é a única opção de locomoção.

O transporte alternativo é construído baseado na confiança mútua entre motoristas e passageiros, principalmente através da construção de uma leitura de realidade baseada no conhecimento do sistema de transporte local e na troca de experiências com organizações de massa. Esse processo de conhecimento é a força motriz por trás de uma ação coletiva consciente que permite o desenvolvimento de políticas para o setor que realmente tragam benefícios coletivos à comunidade de usuários.

Considerando minha experiência como usuária de transporte alternativo e somando-se à experiência junto a Associação de Condutores Rodoviários de Veículos do Município de Lamarão (ASCARVEL), destaco a importância que o transporte alternativo tem para municípios pequenos, como Lamarão - Bahia. Assim sendo, o objetivo desta pesquisa bibliográfica foi investigar quais aspectos do cooperativismo/associativismo têm sido considerados em estudos/pesquisas sobre

transporte alternativo por vans/kombis. Além de identificar quais os pontos fracos e fortes dos envolvidos na experiência de trabalho em transporte alternativo e observar a visão dos motoristas de transporte alternativo em torno do cooperativismo.

O transporte alternativo representa um elemento gerador de espaços de circulação. É cada vez mais reconhecido como uma variável do espaço intermunicipal e intraurbano e serviços. Além do reconhecimento que tem adquirido dos usuários e se tornando um elemento de expansão do consumo, no que tange a dinâmica local, dado que representa fonte de renda para algumas pessoas e a mobilidade para outras.

Dada à realidade do transporte alternativo intermunicipal, é possível notar um movimento em torno da necessidade em se organizar, principalmente na formação de grupos de motoristas autônomos. Dessa forma, do ponto de vista da estrutura organizacional, é preciso destacar uma realidade positiva com relação a associações e cooperativas de transporte alternativo, a fim de buscar maiores possibilidades de regulação e legalização e, logo, credibilidade junto aos passageiros.

É válido ressaltar que a formação de cooperativas de transporte alternativo é fundamental à consolidação econômica e política do movimento diante dos conflitos enfrentados com o Poder Público e as empresas de transporte regulares. Entretanto, o cooperativismo na perspectiva dos cooperados é insuficiente com relação à gestão administrativa, operacional e gerencial. A presença de ações efetivas – como cursos de qualificação – da gestão estadual e municipal para melhorar as condições oferecidas ao transporte de passageiros, o controle e organização feito de forma eficiente pela cooperativa em relação ao serviço prestado e a preparação dos motoristas para o tratamento adequado dos usuários, são ações capazes de dar resultados a curto e médio prazo a fim de consolidá-los no setor de transporte.

Os fatores que determinam o surgimento do transporte alternativo são principalmente as lacunas deixadas pelas empresas tradicionais de transporte, pois as empresas convencionais não conseguem ou não têm interesse econômico em fornecer transporte correspondente às necessidades do local, uma vez que apesar da crescente demanda por expansão e melhoria da frota, isso não é feito. Dessa forma, o cooperativismo fortalece os movimentos, aumenta a pressão sobre os poderes públicos e reguladores e melhora a qualidade de vida dos usuários e a qualidade do trabalho dos cooperados. No entanto, o cooperativismo não tem garantido de forma

satisfatória a estabilidade dos motoristas (cooperados) no mundo de trabalho, a consolidação dos cooperados como organização e a cobertura dos motoristas pelas leis trabalhistas, inclusive em situações de acidentes.

De todo modo, cooperativas de transporte alternativo ainda podem ser consideradas viáveis no âmbito das políticas de transporte, para a dinâmica local e territorial e para a geração de trabalho e renda. Além disso, a crescente disrupção dessas organizações demonstram a importância da realização de pesquisas para elucidar os principais pontos de falha organizacional em relação à gestão cooperativa.

Portanto, existem lacunas quanto ao potencial do cooperativismo para um possível fortalecimento do movimento de transporte alternativo. A maneira como é relatado em algumas pesquisas (COSTA, 2016; SILVA, 2010) mostra que as cooperativas são de certa forma usadas apenas como uma "fachada" na forma de se organizar. Em suma, com o expressivo crescimento esperado dos transportes alternativos, é possível que gere interesse em realizar pesquisas mais aprofundadas em diversas áreas do conhecimento que possam vir a beneficiar os motoristas e os usuários do serviço através do cooperativismo, além de contribuir para a concepção de políticas públicas voltadas ao direito à mobilidade intra e inter urbana.

5. Referências

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. Princípios Cooperativistas: origens, evolução e influência na legislação brasileira. In ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, 3, São Leopoldo, 2004. **Anais...,** São Leopoldo: UNISINOS, 2004. 1 CD-ROM.

CASTRO, A. A. **Revisão sistemática com ou sem metanálise**. São Paulo, SP: AAC; 2001.

COSTA, E. C. "Vai subir? Vai descer?" Estudo sobre as dinâmicas de mobilidade espacial atreladas ao transporte alternativo de passageiros operante entre a Serra da Meruoca e a cidade de Sobral - CE. Orientadora: Antonia Neide Costa Santana. 2016. 256p. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2016.

FILHO, J. N. R. Avaliação da eficiência técnica no transporte alternativo de Manaus utilizando a análise de envoltória de dados – DEA. Orientadora: Márcia Helena Veleda Moita. 2009. 98p. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **método e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsiever, 2013.

MAMANI, H. A. Alternativos, informal, irregular ou ilegal o campo de lutas dos transportes públicos. *In*: O rosto urbano da América Latina. Ed. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, Buenos Aires. 2004, p. 321-345. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930022043/15p6art2.pdf. Acesso em: 05 jul 2021.

MARCHIONE, A. G. A formalização do informal: o transporte alternativo de kombis e vans na Ilha do Governador. Orientadora: Soraya Silveira Simões. 2013. 42p. Trabalho de Conclusão (Especialização em Política e Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, G. R. M. Entre Belém e Castanhal: rede de transportes e circuito inferior da economia. Orientadora: Márcia Helena Veleda Moita. 2010. 99p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

VASCONCELOS, E. M. A. A reestruturação produtiva e as novas formas de organização do trabalho: a experiência do transporte alternativo. Orientação: Márcia Helena Veleda Moita. 2009. 145p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS
MACAMBIRA
ISSN 2525-6580

ARTIGO / ARTICLE

JUVENTUDE RURAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

RURAL YOUTH AND SOLIDARITY ECONOMY: A LITERATURE REVIEW

Dione Costa Santos[1], Heron Ferreira Souza[2], Márcia Eliana Martins[3]

[1]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Serrinha/ Estudante do curso de especialização em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia/ E-mail: dione_sha@hotmail.com.
[2]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus* Serrinha/ E-mail: heron.souza@ifbaiano.edu.br. https://orcid.org/0000-0003-0927-3112
[3] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus* Serrinha/ E-mail: marcia.martins@ifbaiano.edu.br

Recebido: 07/04/2022 **Aceito:** 14/04/2022 **Publicado:** 14/04/2022

RESUMO: O estudo buscou fazer uma revisão sistemática de literatura sobre o tema juventude rural e economia solidária, tendo como objetivos: compreender o estado do conhecimento sobre juventude rural e economia solidária, com destaque para a perspectiva das experiências formativas; identificar as principais perspectivas analíticas dos estudos e pesquisas selecionadas; destacar os principais fatores condicionantes que entrelaçam juventude rural e economia solidária; e verificar em que medida tem se dado as experiências formativas da juventude rural no âmbito do trabalho da economia solidária. A pesquisa é de caráter bibliográfico, nos moldes da revisão sistemática de literatura. Foram utilizadas como bases de dados para a pesquisa: Google Acadêmico, Scielo, Periódico Capes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. A partir das etapas de leitura dos títulos, resumos e texto integral foram atribuídos critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos, sendo selecionados nove trabalhos no total. A análise dos textos considerou: os fatores que interferem nas articulações entre juventude rural e economia solidária, e a compreensão desta como opção ou alternativa para os jovens rurais; vivências, experiências e práticas dos jovens rurais no âmbito da economia solidária que se expressam como processos formativos; saberes e valores construídos e fortalecidos pelos jovens rurais a partir da inserção nas experiências de economia solidária. A partir dos dados analisados é possível afirmar que a família, as cooperativas, as escolas família agrícolas e os processos produtivos são vistos pelos jovens como uns dos principais aspectos que têm contribuído na interferência de permanência e sucessão dos jovens rurais.

Palavras-Chave: Juventude Rural. Economia Solidária. Processos formativos.

ABSTRACT: The study sought to carry out a systematic literature review on the theme of rural youth and solidary economy, aiming to: understand the state of knowledge about rural youth and solidary economy, with emphasis on the perspective of training experiences; identify the main analytical perspectives of the selected studies and research; highlight the main conditioning factors that intertwine rural youth and solidarity economy; and verifying to what extent the training experiences of rural youth have been taking place in the context of the work of the solidarity economy. The research is bibliographical in nature, along the lines of a systematic literature review. The following databases were used for the research: Academic Google, Scielo, Capes Journal and Digital Library of Theses and Dissertations. From the steps of reading the titles, abstracts, and full text, inclusion and exclusion criteria were assigned, with a total of nine works being selected. The analysis of the texts considered: the factors that interfere in the articulations between rural youth and solidarity economy, and the understanding of this as an option or alternative for rural youth; experiences, experiences and practices of rural youth in the context of the solidarity economy that are expressed as training processes; and the knowledge and values built and strengthened by rural youth from their insertion in solidarity economy experiences. From the analyzed data, it is possible to affirm that the family, cooperatives, agricultural family schools and productive processes are seen by young people as one of the main aspects that have contributed to the interference of permanence and succession of rural youth.

Keywords: Rural youth. Solidarity economy. Formative processes.

1. Introdução

Uma das questões que comumente envolve a discussão sobre juventudes rurais é a permanência e o êxodo rural e, consequentemente, como isso se relaciona com a construção da identidade dos (as) jovens rurais. É importante notar que sair ou ficar no campo perpassa muitas questões como a garantia de direitos no campo, o trabalho, o projeto de vida dos(as) jovens etc., o que nem sempre devem ser entendidas de forma compartimentada. Nesse sentido, interessa-nos nesta pesquisa entender como tem se dado a relação das juventudes rurais com a economia solidária, no intuito de verificar, por um lado, como a economia solidária tem se apresentado como uma opção ou alternativa aos(as) jovens rurais e, por outro, identificar como se dá essa aproximação e relação dos(as) jovens com a economia solidária.

O delineamento dessa proposta de pesquisa deu-se por uma curiosidade entrelaçada com meu espaço de vida[1] – o rural – e pelos estudos desenvolvidos no curso de Gestão de Cooperativas, no qual tive contato mais aprofundado com as temáticas cooperativismo, cooperativismo solidário e economia solidária. Em relação ao meu espaço de vida, cabe destacar que sou uma mulher jovem nascida e criada no campo, filha de lavradores rurais que, ao longo da vida, saiu do seu local de origem em busca de oportunidade de trabalho por entender que o meio rural não tinha/tem opção de trabalho. A estratégia de sair para ficar no campo, quer dizer, buscar aquilo que se faz necessário em outros espaços como forma de garantir a permanência no campo, também se relacionou à escolarização. Por isso minha história de vida também se atravessa com meu ingresso no curso superior de tecnologia em Gestão de Cooperativas.

Apesar de ter uma relação muito forte com o campo, com experiências e vivências (o trabalho coletivo de acordo com os princípios da economia solidária sem o ganho monetário como: a ajuda mútua, trocas de favores, mutirões dentre outros) baseadas nos valores da cooperação, já tinha uma visão construída de que o trabalho no campo é permeado de incertezas, um trabalho árduo, desvalorizado pela sociedade capitalista. Desde a infância foi passada uma visão que o meio rural é um local de atraso, um local sem muitas expectativas de vida e que a área urbana é um espaço de oportunidade, de emprego "digno" e de melhor condições de vida.

[1] A primeira autora utiliza-se de uma breve reflexão sobre elementos de sua narrativa de vida para justificar sua implicação e inquietação com o tema de pesquisa. Deste modo, considerando a importância desses elementos referenciais de vida e formação que aproximam a primeira autora do tema de estudo, é pertinente a forma como se dá sua "entrada" na introdução, assim como o uso da primeira pessoa do singular, sem prejuízo para o entendimento da pesquisa realizada e aqui apresentada.

De algum modo, faltava-me a compreensão de que "A vida na sociedade capitalista é um palco de lutas e estas estão em todos os lugares, momentos, relações" (VIANA, 2012, p. 17). Portanto, aquilo que entendia como dificuldades não eram especificidades do campo, pelo contrário, são expressão das desigualdades, que se materializam inclusive nas cidades.

Optar por trabalhar fora não estava nos meus planos, mas foi necessário sair em busca de novas oportunidades, estar inserida no mercado de trabalho, uma vez que Serrinha não oportunizava trabalho para jovens com pouca qualificação/formação, principalmente jovens rurais, cujas dificuldades são maiores. A busca por uma vaga no *mercado de trabalho* (grifo dos autores) é uma das questões principais que leva os(as) jovens a pensarem em sair do campo, não por recusa a conviver no meio rural, mas por serem "forçados" a buscar oportunidades de trabalho e renda.

Com a implementação do Instituto Federal Baiano *Campus* Serrinha há cinco anos, como aluna do Campus -egressa do curso de Gestão de Cooperativas e atualmente estudante no curso de especialização em Inovação Social - e como mulher jovem rural, vejo mais oportunidades para os(as) jovens serrinhenses ingressarem numa instituição de ensino pública federal sem precisar se deslocar para outras cidades. Percebe-se que a Instituição trouxe novas possibilidades para o Território do Sisal, no qual vem desenvolvendo um trabalho de inclusão no que se refere aos(as) jovens rurais e juventudes, pois, um dos fatores que também contribui para a saída do campo é a busca de acesso à educação universitária nas grandes cidades. Portanto, conforme sinalizado acima, minha trajetória de vida e trabalho, relacionada com as provocações fomentadas no curso de Gestão de Cooperativas, permitiu propor esse estudo, em que ao procurar entender essa relação entre juventude rural e economia solidária será importante verificar como tem se dado essa aproximação, envolvimento, dos(as) jovens rurais com a economia solidária, e o quanto isso tem contribuído para a formação desses sujeitos.

Assim, embora haja estudos sobre juventude rural e jovens rurais, ainda há necessidade de aprofundar mais sobre o tema para que possa dar maior visibilidade, considerando que é uma temática permeada de complexibilidade e pluralidade e pouco discutida. Como nos lembram Kummer e Colognese (2013, p. 202) "[...] não há uma única juventude rural, um único modelo de jovens rurais.". Juventude é o reflexo da pluralidade de comportamentos vivenciados por sujeitos de ambos os sexos e de múltiplas faixas etárias, transfiguradas pelo mundo afora, de diferentes

classes sociais que perpassam por um processo de migração na busca de trabalho assalariado, sendo o Nordeste a região com a maior parte de saídas destes jovens (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

Diante da atual conjuntura econômica do Brasil, a categoria juventude é a que mais sofre com a escassez e as condições precárias do trabalho, na flexibilização dos direitos sociais e dos processos produtivos. Entretanto, essa problematização abrange todo um contexto histórico marcado pela desigualdade social e econômica de modo geral (LIBONI; HELOANI, 2016). A conjuntura atual caracteriza-se pela retomada das políticas neoliberais, o aprofundamento da crise econômica recente e suas consequências sociais, principalmente às populações das favelas e para os povos do campo, somando-se a isso o avanço da degradação ambiental, as pressões sobre os direitos sociais e trabalhistas, o avanço do desemprego, da informalidade (13 milhões de desempregados e 40 milhões deinformais em 2020, segundo Dowbor (2020)) e a precarização do trabalho, inclusive com o atual fenômeno da "uberização do trabalho[1]" (ANTUNES, 2018).

Nessa perspectiva, as experiências dos grupos populares e organizações têm sido garantir suas necessidades imediatas. O que envolve também as experiências postas em curso no tocante à agroecologia, esta entendida a partir de um enfoque holístico que permite compreender a relação entre a realidade sociocultural, os processos político-econômicos e os agroecossistemas (GUZMÁN, 2001). Como afirma Bebbingtton (1999, p. 2 *apud* SCHMITT, 2010, p. 42), essas experiências dos grupos populares expressam um processo contínuo que busca passar da "ação instrumental – ganhar a vida –, para uma ação hermenêutica – dar sentido à vida – e para uma ação emancipatória – desafiar as estruturas através das quais se ganha a vida.". Por isso é importante compreender se essas vivências, neste caso envolvendo os jovens rurais, no âmbito da economia solidária, têm se constituído como formativas; se tem sido potencializado o princípio educativo do trabalho associado para a construção de outros valores, saberes e práticas, deslocando a perspectiva pragmática e legítima do "ganhar a vida" (a economia solidária como alternativa) para uma perspectiva de projeto de vida (a economia

[1] Ao tomar como referência os motoristas do aplicativo Uber, Ricardo Antunes procura expressar mais do que um novo tipo de trabalho. Segundo ele, "contra a rigidez das fábricas da era do automóvel, durante o longo século XX, nas últimas décadas os capitais vêm impondo sua trípode destrutiva em relação ao trabalho: a terceirização, a informalidade e a flexibilização se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa. Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar uberização do trabalho [...]. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo da vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações" (ANTUNES, 2018, p. 37).

solidária como opção).

Apesar dos desafios que a economia solidária enfrenta no país, mesmo com toda a diversidade dos "falsos" empreendimentos solidários implantados sob a lógica das contradições do capitalismo, esta ainda se constitui enquanto possibilidade econômica para os jovens no tocante ao trabalho e geração de renda. Entretanto, percebe-se que a juventude busca uma forma de estar inserida nesses movimentos econômicos solidários, sendo que há uma estratégia de comunicação e inserção incipiente para os jovens (LIBONI; HELOANI, 2016).

Deste modo, ao reconhecer que "[...] o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante" (SINGER, 2002, p. 112), justamente por fomentar outras práticas econômicas alicerçadas na ética da vida e não do capital, é importante passar da visão instrumental, pragmática, do ganhar a vida para a compreensão do caráter formativo dessa experiência do trabalho associado, sua pedagogia. De forma alguma, isso significa desconsiderar a importância da geração de renda, mas implica não perder de vista que o descuido com os princípios que alicerçam a economia solidária pode transformá-la numa mera alternativa do capitalismo, uma forma encontrada para nele subsistir.

Portanto, neste trabalho, entende-se que o movimento intitulado de "economia solidária" se refere aos(as) trabalhadores(as) que passaram a se organizar em redes de produção e comercialização, como também em complexos cooperativos e em cadeias produtivas (TIRIBA, 2009). Assim dizendo, a economia solidária representa asatividades de formação produtiva e autogestionária e que vem resistindo ao modelo econômico reprodutor de desigualdades. Nesse sentido, Fischer e Tiriba (2009, p. 02-03) alertam que

> As experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentado pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo.

Diante do exposto, a pesquisa objetiva discutir a relação entre a juventude rural e a economia solidária, através de uma revisão sistemática de literatura que possibilita identificar estudos de um determinado tema em questão, propondo responder uma pergunta clara e objetiva através dos trabalhos selecionados (teses, dissertações, artigos etc.) que possam unir

informações encontradas no decorrer da pesquisa.

Com base nos estudos e, considerando minha trajetória de vida no campo e o que tenho visto como movimento de organização dos(as) jovens rurais em torno de experiências de trabalho com a economia solidária, me vejo instigada a identificar nas pesquisas e estudos já realizados como tem se dado as experiências formativas para e com a economia solidária e de que forma essas experiências podem ou têm contribuído na formação desses sujeitos. Assim, diante de tais questões que envolvem a problematização, foi construída a seguinte pergunta para o processo de investigação: Em que medida os estudos e pesquisas sobre a relação entre juventude rural e economia solidária têm abordado aspectos referentes às experiências formativas?

Deste modo, tem-se por objetivo compreender a relação entre juventude rural e economia solidária, com destaque para a perspectiva das experiências formativas. Para tanto, tem-se os seguintes objetivos específicos: i) identificar as principais perspectivas analíticas dos estudos e pesquisas selecionados; ii) destacar os principais fatores condicionantes que entrelaçam juventude rural e economia solidária; e iii) verificar em que medida tem se dado as experiências formativas da juventude rural no âmbito do trabalho na economia solidária.

2. Aspectos metodológicos

O presente estudo contempla uma abordagem qualitativa que busca investigar questões sociais na construção de um determinado fenômeno. De acordo com Minayo (2007), a pesquisa qualitativa é a ciência que estuda, principalmente, a parte prática e teórica de uma situação real de interesse do pesquisador. A pesquisa é de caráter exploratório. Procura estabelecer uma visão aproximativa acerca do fenômeno estudado, considerando que o tema escolhido é pouco estudado e buscando delinear o problema de forma mais precisa para pesquisas futuras (GIL, 2002).

Diante do exposto, a revisão sistemática de literatura constitui-se como momento crucial para aprofundar o conhecimento e ter uma visão mais precisa sobre o problema. Segundo Nascimento *et al.* (2019), pode-se dizer que a revisão sistemática (RS) é o estudo que busca avaliar e analisar questões relevantes de uma pergunta-chave com o objetivo de deixar os leitores atualizados sobre um determinado tema como forma de motivação para uma pesquisa futura.

Para tanto, a análise é feita a partir de estudos científicos realizados sobre o tema e disponíveis em banco de dados. Para Nascimento *et al.* (2019, p. 98) "[...] a RS estuda um objeto de maneira aprofundada, por meio de procedimentos sistemáticos e transparentes, possibilitando a síntese e análise de materiais, principalmente de artigos de alto alcance científico e social.". Ela tem o propósito de responder a uma pergunta definida de modo objetivo utilizando métodos sistemáticos e definidos na identificação do estudo e extração dos dados e análise dos resultados.

Conforme ressaltado por Nascimento *et al.* (2019), consideramos pertinente a utilização do caminho metodológico proposto por Hoon (2013) cujas etapas foram: a definição da pergunta orientadora para a RS; a definição dos critérios de inclusão e exclusão; a extração e codificação dos dados; e a análise dos dados. Deste modo, como sinalizado na introdução, tomou-se como pergunta orientadora desta revisão sistemática: Em que medida os estudos e pesquisas sobre a relação entre juventude rural e economia solidária têm abordado explícita ou implicitamente aspectos referentes às experiências formativas?

No que diz respeito à pesquisa dos textos, por ser um tema pouco discutido, sem muitas publicações, houve a necessidade de ampliar a busca para diferentes plataformas digitais, como o *Google* Acadêmico, *Scielo*, Periódico Capes e Biblioteca Digital de Tese e Dissertações. A seleção dos trabalhos foi realizada, inicialmente, com base na leitura do título e resumo para verificar a aderência dos textos ao problema proposto para a revisão sistemática. Foram considerados artigos, teses e dissertações ou monografias publicados de 2010 a 2020. Para a busca nas plataformas foram utilizadas as palavras-chave "juventude rural" e "economia solidária". Como a combinação de palavras-chaves na plataforma *Scielo* não indicou resultado, optou-se por usar somente a palavra-chave "juventude rural", conforme mostra o quadro 1.

Foram considerados como critérios de inclusão: a) as pesquisas terem como recorte analítico o tema juventude rural e economia solidária; b) trabalhos publicados entre 2010 e 2020; c) ser artigo ou trabalho de conclusão de curso – monografia, dissertação ou tese; e d) os textos estarem integralmente disponíveis nas plataformas.

Como critérios de exclusão foram considerados: a) textos repetidos; b) os trabalhos não apresentarem dados empíricos e tratarem exclusivamente de revisão de literatura ou teórica; c) os trabalhos não abordarem de forma implícita ou explícita experiências formativas (formal ou não formal) dos(a)s jovens rurais no âmbito da economia solidária. Inicialmente, a busca considerou

o título dos trabalhos e, depois, a leitura dos resumos dos trabalhos escolhidos nesta etapa. Após a leitura dos resumos, aqueles trabalhos selecionados foram lidos integralmente, observando os conceitos querelacionam o problema abordado no estudo. Após essas etapas, sobraram nove trabalhos para serem analisados.

Quadro 1. Banco de dados da seleção dos artigos

Bases de dados	Palavras-chave	Filtros	Trabalhos localizados (Data da pesquisa)	Excluídos, após a leitura de título e resumo	Excluídos, após a leitura completa	Selecionados
Google acadêmico	"juventude rural" and "economia solidária"	Período de 2010-2020, Artigos e teses/dissertações	969 (27/05 a /01/06/2021)	963	1	5
Scielo	“juventude rural”2	Português Brasil	17 (26/05/2021)	16	–	1
Periódico Capes	economia solidária and juventude rural	Artigo (não foram considerados os livros)	54 (08/05/2021)	53	–	1
Biblioteca digital de teses e dissertações	economia solidária and juventude rural	Busca avançada	10 (22/05/2021)	7	1	2
Total de trabalhos				11	2	9

Elaboração: Autora Dione Costa Santos, 2021.

A caracterização dos trabalhos selecionados foi feita a partir de dados gerais, como autores, título, palavras-chave, tipo de estudo e técnica de coleta de dados, local da pesquisa e participantes. Em seguida, iniciou-se a extração dos dados dos trabalhos selecionados, a saber: i) objetivos; ii) fatores que condicionam a relação entre a juventude rural e a economia solidária; iii) síntese dos resultados: vivências e práticas; iv) síntese dos resultados: saberes e valores; v) síntese geral dos resultados do trabalho.

A organizaçãodos dados coletados permitiu analisar o conjunto de informações, identificando os pontos convergentes e divergentes, as evidências teóricas e empíricas de acordo com o problema e objetivos estabelecidos para este estudo (HOON, 2013 *apud* NASCIMENTO *et al.*, 2017).

3. Resultados e análise dos dados

No Quadro 2 é apresentada a caracterização de cada trabalho selecionado para esta pesquisa. As pesquisas tiveram como sujeitos jovens rurais e foram realizadas nas seguintes regiões do Brasil: Centro-oeste (2 trabalhos); Sul (5 trabalhos), Nordeste (1 trabalho) e Sudeste (2 trabalhos).

Liboni e Heloani (2016); Rubenich (2017); Boessio e Doula (2016); Kestring *et al.* (2020); Drebes e Spanevello (2017) e Soares (2011) tomam as cooperativas como lócus da pesquisa. Novais *et al.* (2016) e Sguarezi (2018) têm como lócus de suas pesquisas os assentamentos rurais e apenas Ulrich (2010) teve como referência central o espaço escolar, ao tratar da formação de jovens em um curso técnico agropecuário.

Todos os trabalhos, a partir de suas particularidades, tiveram como recorte analítico e sujeitos da pesquisa os(as) jovens rurais, mas alguns abarcaram também a relação dos(a)sjovens com as famílias/pais (LIBON; HELOANI, 2016; RUBENICH, 2017; BOESSIO; DOULA, 2016; ULRICH, 2010), com os(as) gestores(as) das cooperativas (BOESSIO e DOULA, 2016; KESTRING *et al.,* 2020), cooperados(as), representantes das cooperativas (BOESSIO; DOULA, 2016; DREBES; SPANEVELLO, 2017) e também a relação dos(as) jovens rurais com a educação para o cooperativismo a partir da perspectiva escolar (ULRICH, 2010).

Embora os trabalhos tenham sido desenvolvidos em regiões diferentes, foi possível identificar alguns pontos convergentes entre eles. Alguns abordaram a questão da juventude e a sucessão rural nos empreendimentos solidários (DREBES; SPANEVELLO, 2017; KESTRING *et al.,* 2020; SOARES, 2011). Outros buscaram compreender e refletir as vivências e experiências dos participantes no empreendimento solidário (LIBONI; HELOANI, 2016; NOVAIS *et al.,* 2016), bem como analisar as percepções e os desafios da inserção dos(as) jovens na economia solidária (RUBENICH, 2017; DREBES; SPANEVELLO, 2017). Além disso, também foi discutido o incentivo das instituições sociais e família sobre a permanência dos(as) jovens no campo (BOESSIO; DOULA, 2016; KESTRING *et al.,* 2020). De forma mais particular, destacam-se as percepções construídas pelos(as) jovens a partir do programa juventude cooperativista (ULRICH, 2010) e as reflexões construídas no processo de sistematização dos projetos produtivos (SGUAREZI, 2018).

Quadro 2: Caracterização dos trabalhos selecionados.

Autores / Tipo	Título	Palavra-chave	Tipo de estudo / técnica de coleta	Local	Participantes
Liboni e Heloani (2016) / Artigo	Juventude Rural, Trabalho e Identidade: a experiência de participação em empreendimento rural de economia solidária.	Identidade, Economia Solidária, juventude rural	Pesquisa qualitativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e acompanhamento das Assembleias da Cooperativa	Cooperativas de Nova Tebas, Município paranaense.	Filhos/as (jovens) Pais (adultos)
Novais *et al.* (2016) / Artigo	A economia solidária como uma forma de promoção da juventude do campo.	Desenvolvimento Rural, Juventude Rural, Economia Solidária	Observação Participante/etnográfica. Foi relatada por meio diário de campo e entrevista.	Assentamento Cunha na cidade Ocidental em Goiás.	Jovens do assentamento
Rubenich (2017) / Monografia	A sustentabilidade Socioeconômica e os Desafios da Inserção da Juventude na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN)	Cooperativismo; Sustentabilidade; Socioeconômico; Juventude Rural.	Estudo de caso através de pesquisa exploratório-descritiva; pesquisa bibliográfica e documental; com abordagem qualitativa. Caracterização do município e o assentamento de origem, histórico de sua constituição; questionário e Dados Contábeis;	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita/RS.	Juventude Rural
Boessio e Doula (2016) / Artigo	Jovens Rurais e Influência Institucional para a Permanência no Campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro.	Juventude rural; reprodução social; instituições sociais.	Qualitativo do tipo exploratória desenvolvida em estudo de caso. Coleta de dados: entrevistas;	Triângulo Mineiro/Rio Paranaíba/ MG.	Jovens filhos/as de cooperados, famílias cooperadas, membros da direção, cargos de gestão e colaboradores da cooperativa;
Kestring *et al.* (2020) / Artigo	O programa Juventude Cooperativista e sua Relação Voltada a Sucessão Rural na Agricultura Familiar	Jovens, unidade familiar, rural	Quali-quantitativo; natureza aplicada; pesquisa exploratória e descritiva; procedimentos: revisão de estudo de caso; literatura Questionário aberto e semiestruturado; a sistematização de dados foi realizada com o programa IBM – SPSS, também com auxílio Microsoft Excel; figuras e quadros, comparados com a bibliografia consultada.	São Miguel do Iguaçu - PR	Jovens e a gestora do programa juventude cooperativista
Ulrich (2010) / Dissertação	Educação para o Cooperativismo: Melhorando as Práticas Sociais e o Desenvolvimento Regional.	Cooperativismo; Economia Solidária; Ensino Profissionalizante em Agropecuária.	Entrevista através de questionário diagnóstico (dados pessoais, diagnóstico e formação), pesquisa história oral	Seropédica RJ, setembro Campus sertão/RS	Alunos/as do curso Técnico Agropecuária

Drebes e Spanevello (2017) / Artigo	Cooperativas Agropecuárias e o Desafio da Sucessão Na Agricultura Familiar	Juventude rural, reprodução social, migração, assistência técnica.	Os dados foram coletados através da técnica de entrevista com roteiro semiestruturado	Alto Jacuí-Rio Grande do Sul	Jovens agricultores/as cooperados/as e/ou filhos/as de agricultores/as cooperados/as considerados sucessores ou prováveis sucessores dos 8 estabelecimentos agropecuários familiares e representantes das cooperativas
Sguarezi (2018) / Artigo	Economia solidária e agroecologia: juventude camponesa e projetos produtivos em assentamentos de reforma agrária	Economia solidária. Construção participativa. Agroecologia. Projetos produtivos.	Pesquisa qualitativa embasada na pesquisa-ação. Como ferramentas foram empregadas a Pesquisa documental; Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); Elaboração e leitura dos diagnósticos coletivos das comunidades; Entrevistas e questionários e a participação durante as atividades de Tempo escola (TE) e Tempo comunidade (TC).	Assentamento Antônio Conselheiro, no estado do Mato Grosso; 40 estudantes de três comunidades: Chê Guevara; Marechal Rondon e Paulo Freire.	Juventude camponesa Estudantes residentes em assentamentos
Soares (2011) / Dissertação	A inserção de jovens rurais na economia solidária na perspectiva do desenvolvimento local: a experiência da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, do município Ouricuri, Pernambuco	Juventude Rural, Economia Solidária e Desenvolvimento Local	Estudo de caso, análise, observação participante, extração de coleta de dados (questionários padronizados da pesquisa documental e entrevista semiestruturada).	Cooperativa do Setor de Artesanato do Meio Rural, do município Ouricuri, Pernambuco.	Adolescentes e Jovens rurais

No tocante aos resultados encontrados, pode-se destacar:

i) a cooperativa supre as necessidades de sobrevivência e melhoria de condições de vida das famílias dos(as) cooperados(as). Deste modo, tanto os pais quanto os(as) filhos(as) vêem na cooperativa uma alternativa de futuro que possa garantir a permanência dos(as) jovens em seu local de origem (LIBONI; HELOANI, 2016; SOARES, 2011). Em outros termos, o cooperativismo agropecuário é visto pelos(as) jovens como importante à produção e vida no campo (DREBES; SPANEVELLO, 2017). Os(as) jovens participam nas relações de trabalho de forma mais ativa do que nas reuniões (SOARES, 2011). Formações em cooperativismo contribuem para o trabalho dos(as) jovens nas

cooperativas e nas atividades produtivas das unidades familiares e a construção de projeto de futuro (KESTRING *et al.,* 2020) ou formações no âmbito da economia solidária a fim de potencializar as práticas autogestionárias (SOARES, 2011). Mas, formações tradicionais (engenheiro/a agrônomo/a e veterinário/a) também têm sido vistas como importante para a inserção dos(as) jovens nas cooperativas (DREBES; SPANEVELLO, 2017). Contudo, a qualidade de vida e lazer no campo e a eficiência econômica da cooperativa ainda se apresentam como desafio (RUBENICH, 2017). Jovens vislumbram o meio rural com acesso à tecnologia, com conforto e uma certa estabilidade e qualidade de vida, um rural com acesso a tudo que possa ter direito (BOESSIO; DOULA, 2016).

ii) A ausência de direitos básicos em assentamentos rurais tende a influenciar a saída do rural e da casa dos pais. Em geral, são destacadas carências como transporte coletivo, serviços de saúde, acesso a escolarização regular no campo, atividades culturais, oportunidades de renda e trabalho (NOVAIS *et al.,* 2016; KESTRING *et al.,* 2020). "Embora seja recorrente umsentimento de pertencimento com a terra, sentimento de pertença familiar e uma visão do rural como lugar tranquilo" (BOESSIO; DOULA, 2016, p. 380).

iii) Outro aspecto importante apontado é que as instituições sociais, a família e a comunidade contribuem na construção das percepções dos(as) jovens sobre o rural. Considera-se também que as instituições sociais podem influenciar no estímulo ou desestímulo dos projetos de vida dos(as) jovens no rural e nesses casos os incentivos das famílias em torno das atividades produtivas podem não ser suficientes para a permanência dos jovens no campo (BOESSIO; DOULA, 2016). A relação dos(as) jovens com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, tende a contribuir com vivências no tocante ao trabalho coletivo. (SGUAREZI, 2018).

Os trabalhos analisados, em geral, demonstraram a importância da família, movimentos sociais, processos produtivos, escolas família agrícolas e dos projetos de extensão e pesquisa realizados pelas universidades com os grupos produtivos, cooperativas e agricultores/as familiares para a formação da juventude e aproximação desta categoria social com a economia solidária.

No que diz respeito à permanência dos(as) jovens no meio rural e a relação com a economia solidária, tanto a família como a cooperativa têm se constituído fatores fundamentais

na contribuição de incentivo à permanência juvenil. A família vem incentivando os(as) jovens a dar continuidade nas atividades familiares e na cooperativa a fim de poder gerar renda própria sem a necessidade de sair do seu local de origem à procura de trabalho.

Além disso, a cooperativa e a família têm estimulado a participação dos(as) jovens nos processos educativos e de produção. Por sua vez, a cooperativa tem dado oportunidade de estudos oferecendo cursos técnicos onde os(as) jovens têm buscado formação e informação de modo a compartilhar conhecimentos adquiridos entre gerações e contribuir na valorização do trabalho local (LIBONI; HELOANI, 2016; RUBENICH, 2017; BOESSIO; DOULA, 2016; ULRICH, 2010; SOARES, 2011). Como mostra Drebes e Spanevello (2017), para os(as) jovens se manterem no campo é fundamental o apoio da família e as ações da cooperativa, além de gostarem da atividade.

Ademais, alguns jovens participantes das pesquisas relataram que já são atuantes nas propriedades familiares como sucessores(as) dos pais, outros(as) pretendem sucedê-los(as). Quanto ao trabalho nas unidades produtivas familiares como também na cooperativa, os(as) jovens consideram as atividades rurais tranquilas de trabalhar e têm vontade de continuar no meio rural. Outros dizem que não tem vontade de ficar no campo e dar continuidade nas atividades dos pais, pois acham a vida urbana mais atrativa.

De modo específico, os(as) jovens têm participado de atividades produtivas das cooperativas como plantio de arroz, produção leiteira, criação de suínos, processo de transição nas produções de aves, projetos produtivos, além de atividades de serviços como assistência técnica, comercialização, inclusive em feiras livres, e nas atividades de tomadas de decisões, dentre outros. Do mesmo modo, algumas propriedades destes(as) jovens têm fomentado a cultura do milho, da soja e do fumo, isto é, trabalho desenvolvido de forma individual nas propriedades familiares (KESTRING *et al.*, 2020).

As organizações sociais têm desenvolvido ações que buscam auxiliar na sucessão no meio rural, quer dizer, buscando ressignificar com os jovens o viver e produzir no campo através de esporte, recreação, teatro, palestras, seminários, projetos, reuniões, cursos técnicos e profissionalizantes, curso de capacitação, viagens técnicas, treinamento, formação e informação, práticas agroecológicas, participação em tomadas de decisões, festa de agricultor, bailes, concursos de beleza, entre outros. São ações que levam os jovens a buscarem experiências

práticas e teóricas ou proporcionar vivências de forma a contribuir enquanto sujeitos no desenvolvimento e fortalecimento do meio rural. Ações voltadas à economia, lazer e a ação social.

Quanto aos processos formativos escolares, os(as) jovens têm feito cursos ligados à agricultura e agropecuária. Cabe destacar os cursos superiores de medicina veterinária, educação do campo (licenciatura), engenharia em alimentos, gestão financeira e cooperativismo. Acrescentam-se os cursos nas áreas que não estão ligados às cooperativas ou a economia solidária, a exemplo das "áreas de saúde, música e ciências humanas" (RUBENICH, 2017, p. 82). Neste sentido, os processos educativos não têm só ajudado na escolarização das juventudes rurais, mas na inserção e relação dos(as) jovens com as cooperativas, a economia solidária e os processos produtivos no campo. Nesse cenário, destaca-se a função social das escolas de família agrícola por contribuírem com os(as) agricultores(as), cooperativas e comunidades a pensarem sobre problemas vividos.

De acordo com os trabalhos analisados, a relação da juventude rural com a economia solidária se dá por influência da família e dos movimentos sociais enquanto fatores de informações, mas também se dá essa aproximação como uma necessidade dos jovens e das famílias por ajudar no trabalho, bem como, fatores estratégicos para geração de trabalho e renda para suprir as necessidades de sobrevivências.

De acordo com Rubenich (2017, p. 85), a "família é um fator importante para a permanência dos jovens no campo", pois, incentiva a participação e continuidade destes na cooperativa através de apoio, conselhos e orientações sobre "a qualidade de vida na cooperativa e o trabalho em família, contando a história de conquista da cooperativa e com muito diálogo diário em família (Ibidem)". Além disso, para os jovens, a permanência na cooperativa seria uma forma de continuidade daquilo que os pais conseguiram conquistar e, também, uma forma de ter renda (RUBENICH, 2017).

A este respeito, os autores dos trabalhos pesquisados afirmam que aqueles que não participam oficialmente das cooperativas, "mantém contato com os acontecimentos" por meio de conversas ou atividades como viagens (LIBONI; HELOANI, 2017, p. 73). Já em relação aos estudos, "muitos jovens seguem seus estudos em áreas que podem ser contempladas nas atividades realizadas pela cooperativa"; têm seus estudos disponibilizados por "sua inserção em movimentos sociais", além do que a maioria pretende continuar estudando (RUBENICH, 2017, p.

82). Quanto ao trabalho rural, para Rubenich (2017, p. 89), há "falta de vontade por parte dos próprios jovens em relação ao trabalho no meio rural" e um dos participantes de sua pesquisa ressaltou que "é mais fácil ir para a cidade e ser empregado, pois a maioria das famílias não tem como investir, faltam investimentos também.". No tocante a experiência profissional, outro jovem entrevistado afirma que foi "na cooperativa que ele aprendeu uma profissão e que as pessoas reconhecem esse ofício e que ele se reconhece também". Ressalta-se que a fala do jovem traz "uma valorização do trabalho na cooperativa" (SOARES, 2011, p. 68).

Para além disso, Ulrihc (2010) também destaca tal questão em que os(as) jovens estão vinculados a cooperativa por ter a oportunidade de estocar e vender os seus produtos, além de ter um vínculo de trabalho e estudantil, o acesso ao crédito, bens e consumo, assim como conhecer o sistema cooperativista e poder acreditar nos seus princípios, participar da experiência do cooperativismo solidário de forma a suprir as necessidades de melhorias econômica, ajuda mútua. Além disso, tem sido uma forma de colaborar na sucessão dos jovens rurais. Como afirma Ulrihc (2010, p. 35), "do total da amostra, 42,5% diz ter se vinculado a cooperativas por acreditar nos princípios cooperativistas [...] e 37,5% para obterem acesso facilitado ao crédito.". É preciso considerar que a pesquisa possibilitou a escolha de mais uma opção para justificar o vínculo com a cooperativa. Porém, como o autor destacou, as pessoas associam-se a uma cooperativa quando "possuem necessidades comuns e [interessam-se por] obterem ajuda mútua em seus interesses, com vistas à eliminação de intermediários, a satisfação de suas necessidades e a obtenção de melhorias em sua situação econômica" (ULRICH, 2010, p. 35).

Também podemos destacar fatores que têm contribuído na permanência dos(as) jovens (participantes do programa juventude Cooperativista) nas propriedades rurais como ter a oportunidade de ser dono do próprio negócio, trabalhando com que gosta, gerando renda, qualidade de vida e segurança, além de buscar diversidade nas atividades do meio rural. Conforme ressalta Kestring *et al.* (2020),

> Para se manter nas atividades do meio rural, na maioria das vezes é necessário buscar diversificação da mesma, bem como a pluriatividade, ou seja, buscar um desenvolvimento rural e para que isso aconteça juntamente com a permanência do jovem no campo, é necessário estimular o jovem a colocar em prática o que aprende fora da propriedade, dar autonomia ao mesmo, para que se sinta motivado e livre a continuar no campo buscando ter uma melhor qualidade de vida e mantendo a unidade familiar (KESTRING et al, 2020, p. 23).

Já Sguarezi (2018) destacou em seu trabalho o desenvolvimento de projetos produtivos com a participação da juventude camponesa e que buscou atender as três comunidades do Assentamento Antônio Conselheiro: Chê Guevara; Marechal Rondon e Paulo Freire. De acordo com o referido autor, foi através do protagonismo da juventude camponesa que se pensou na formação e valorização como propostas nos processos produtivos possibilitando a compreensão desse modelo de organização de autogestão baseado nos princípios solidários (SGUAREZI, 2018). Os projetos tiveram como objetivos incentivar a inserção da juventude camponesa nas comunidades, como também, gerar emprego e renda para o desenvolvimento local, além de fomentar o trabalho coletivo. Contudo, como já destacado, o fortalecimento da relação dos jovens com o trabalho associado tem condicionantes que são perpassadas pela família, pelo grupo que compõem as organizações sociais e produtivas etc.

De modo geral, os(as) jovens também destacaram a construção e o fortalecimento dos saberes e valores no cooperativismo. Sendo um dos pontos importantes para o desenvolvimento local, qual seja, como o trabalho coletivo realizado nas cooperativas, e o individual, atividades produzidas nas propriedades familiares. Assim como a cooperação e ajuda mútua entres os(as) jovens e pais cooperados(as) onde são compartilhados novos conhecimentos e experiências entre gerações dimensionadas pelo trabalho nos empreendimentos solidários. Desta forma, como afirmam Liboni e Heloani (2015, p. 73-74), é “a troca de conhecimentos entre as gerações. Os pais transmitem os valores e conhecimentos aos filhos, e estes os ressignificam por meio dos novos conhecimentos adquiridos, que, por sua vez, são também transmitidos aos pais” (LIBONI; HELOANI, 2015, p. 73 e 74).

De acordo com os trabalhos analisados, os(as) jovens veem os empreendimentos solidários/cooperativas como uma alternativa de trabalho que dá oportunidade de gerar renda, além de continuar os estudos, e isso tem gerado em alguns/algumas jovens o desejo de continuarem no campo e nos trabalhos produtivos. Acrescenta-se que os empreendimentos solidários / cooperativas, de modo geral, podem ser vistos como importante espaço e agente de formação para os (as) jovens rurais.

4. Considerações finais

O estudo realizado teve como objetivo compreender a relação entre juventude rural e a economia solidária, destacando as perspectivas das experiências formativas. Identificaram-se ainda as principais perspectivas analíticas dos estudos e pesquisas selecionados, além de destacar os principais fatores condicionantes que entrelaçam juventude rural e economia solidária, verificando em que medida tem se dado as experiências formativas da juventude rural no âmbito do trabalho na economia solidária.

Diante dos objetivos postos para essa revisão sistemática de literatura é possível afirmar que a família e os processos produtivos são tratados pelos(as) jovens como importantes aspectos que contribuem para a permanência e sucessão pelos(as) jovens no meio rural.

Em alguma medida, foi possível perceber, nos trabalhos analisados, a vontade dos(as) jovens de permanecerem no campo e dar continuidade às atividades nas propriedades familiares e na cooperativa. Mas para isso, só os estímulos e incentivos dos empreendimentos e de familiares não bastam. É preciso haver o fomento e efetivação de políticas públicas voltadas às juventudes rurais, processos formativos e educativos, inclusive atrelados aos fundamentos, princípios e práticas da economia solidária.

Entende-se que a família e as cooperativas têm sido responsáveis pelo envolvimento dos(as) jovens com a economia solidária. Isso tem contribuído nos processos de formação do trabalho, tendo os movimentos solidários como uma alternativa de melhores condições de vida.

Embora tenham sido encontrados poucos trabalhos que versam sobre o tema juventude rural e economia solidária, os resultados apontam pistas importantes sobre os desafios enfrentados pelos(as) jovens rurais para se inserirem nos processos produtivos e permanecerem no campo, assim como a importância dos processos formativos atrelados à economia solidária nos espaços escolares, movimentos sociais e espaço de trabalho associado, mas não se pode desconsiderar os desafios e ou possibilidades apresentados às cooperativas concernentes às novas formas de sociabilidades dos(as) jovens mediadas pelos avanços tecnológicos. Aspectos que precisam ser investigados no contexto da juventude rural do semiárido.

5. Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOESSIO, Amábile Tolio; DOULA, Sheila Maria. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 370-383, jul./set. 2016. https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.3(02).

DOWBOR, Ladislaw. Aos trancos e barrancos, o Brasil diante da crise. **Le Monde Diplomatique Brasil** – 29.04.2020. Link: https://diplomatique.org.br/aos-trancos-e-barrancos-o-brasil-diante-da-crise/

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Holos**, Ano 33, Vol. 02. 2017. DOI: https://doi.org/10.15628/holos.2017.4210

DUNKEL, Joel Luis.; RATTO, Cleber Gibbon. Juventudes, trabalho e modos de cooperação: por uma ética da hospitalidade. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**. ISSN 1517-1256, V. 30, n. 1, p. 335 – 354, jan./ jun. 2013. Link: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3526/2235

FISCHER, Maria Clara; TIRIBA, Lia. **Saberes do trabalho associado.** Economia. Coimbra: Editora Almedina, 2009, (ISBN 978-972-40- 722-6).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent. Porto Alegre**, v.2, n.1, jan./mar.2001. Link: http://www.emater.tche.br/site/sistemas/administracao/tmp/984142538.pdf

KESTRING, Karina *et al*. O programa juventude cooperativista e sua relação voltada a sucessão rural na agricultura familiar. **Revista Thêma et Scientia** – Vol. 10, no 1, jan/jun 2020. Link: http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/1171

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude Rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**. V. 20, N. 39, 2013. DOI: https://doi.org/10.48075/rtc.v20i39.9817

LIBONI, Maria Therezinha Loddi; HELOANI, José Roberto. Juventude rural, trabalho e identidade: a experiência de participação em empreendimento rural de Economia Solidária. PR/SP, **Otra economia**. V. 10, N. 18, 64-76, 2016. DOI: https://doi.org/10.4013/otra.2016.1018.06

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora) GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. 26. ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2007. ISBN 978-85-326-1145-1.

NASCIMENTO, Daniel Teotonio de *et a*l. O Movimento da Tecnologia Social: uma Revisão Sistemática de seus Elementos Estruturantes entre 2007 e 2017. **Desenvolve**: Revista de Gestão do Unilasalle. v. 8, n. 3, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.18316/desenv.v8i3.4784.

NOVAIS, Tatiana Oliveira *et al*. A economia Solidária como uma forma de promoção da

juventude no campo. **Com. Ciências Saúde**. 2016; 27(3):223-230. Link: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/economia_solidaria_forma_promocao.pdf

RUBENICH, Indiane Witcel. **A Sustentabilidade Socioeconômica e os Desafios da Inserção da Juventude na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (Coopan), Nova Santa Rita (Rs)**. Laranjeiras do Sul 2017. Orientador: Pedro Ivan Christoffoli. 2017. 101 f. Monografia (Ciências Econômicas) – Universidade Federal Fronteira do Sul, Laranjeiras do Sul, 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHIMITT, Cláudia Job. **Economia solidária e agroecologia**: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. IPEA, 2010.

SGUAREZI, Sandro Benedito. Economia solidária e agroecologia: juventude camponesa e projetos produtivos em assentamentos de reforma agrária. **Guaju**, v.4, n.1, p. 25-42, 2018. https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/58651

SOARES, Sabrina Kelly Nogueira Falcão. **A inserção de Jovens Rurais na Economia Solidária na Perspectiva do Desenvolvimento Local**: A experiência da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor Artesanato do Meio Rural, do município de Ouricuri. Orientador: Paulo de Jesus. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Dsenvolvimento) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, 2011.

ULRICH, Elisane Roseli. **Educação para o cooperativismo**: melhorando as práticas sociais e o desenvolvimento regional. Orientador: Cezar Augusto Miranda Guedes, 2010. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,

Rio de Janeiro, 2010.

VIANA, Nildo. **Juventude, trabalho e projeto de vida**. GT 05: Juventude, trabalho e emprego. Seminário Internacional na Contemporaneidade. Goiás, Nov, 2012.

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS
MACAMBIRA
ISSN 2525-6580

ARTIGO / ARTICLE

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA COMO FERRAMENTA DE PARTICIPAÇÃO DOS COOPERADOS

EDUCATION, FORMATION AND INFORMATION IN THE CONTEXT OF COOPERATIVE EDUCATION AS A TOOL OF THE COOPERATED PARTICIPATION

Matheus Gomes Pereira[1], Márcia Eliana Martins [2], Suellen Nascimento dos Santos[3]

[1]Graduado em Gestão de Cooperativas e pós-graduando em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha / E-mail: matheusgomespereira00@gmail.com.

[2] Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Serrinha/ E-mail: marcia.martins@ifbaiano.edu.br, https://orcid.org/0000-0001-5828-5983

[3] Doutora em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha/E-mail: suellen.santos@ifbaiano.edu.br, https://orcid.org/0000-0003-2627-9575.

Recebido: 07/04/2022 **Aceito:** 18/04/2022 **Publicado:** 18/04/2022

RESUMO: O cooperativismo mostra-se crescente nos últimos anos e, por isso, tornam-se cada vez mais importantes os estudos que se propõem a auxiliar na manutenção dos cooperados e na busca de novos por meio da educação, ferramenta imprescindível para o alcance dos objetivos cooperativistas, entre eles o desenvolvimento social, econômico e a inserção da comunidade, promovendo melhor distribuição de renda. Essa pesquisa teve como objetivo identificar a relação entre a educação cooperativista e a participação dos cooperados, através de pesquisa bibliográfica de materiais disponíveis em repositórios universitários, tendo como filtro para pesquisa termos como cooperativismo, educação e participação. Utilizando os materiais pesquisados foi possível identificar que a educação cooperativista se apresenta como instrumento de constância para o cooperativismo e sua doutrina, proporcionando formas de participação mais qualificadas nos diferentes espaços coletivos deste tipo de empreendimento.

Palavras-Chave: Cooperativismo. educação cooperativista. Participação.

ABSTRACT: Cooperativism has been growing in the last years and, because of it, studies that aim to assist in the maintenance of cooperative members and in the search for new ones through education, an essential tool to achieve cooperative goals, have become increasingly important. Among the cooperative goals, there are the social and economic development and the inclusion of the community, promoting better income distribution. Thus, this research aimed to identify the connection between cooperative education and the participation of cooperative members, through bibliographic research of materials available in university repositories, using terms such as cooperativism, education and participation as a filter for research. Through the materials researched, it was possible to identify that cooperative education presents itself as an instrument of constancy for cooperativism and its doctrine, providing more qualified forms of participation in the different collective spaces of this type of enterprise.

Keywords: Cooperativism. Cooperative education. Participation.

1. Introdução

O presente artigo propõe uma discussão teórica acerca da participação nas cooperativas à luz do quinto princípio – Educação, Formação e Informação -, pressupondo a Educação Cooperativista como ferramenta básica para a efetiva participação dos cooperados nas atividades do empreendimento.

Atualmente no Brasil, existem mais de 5.000 cooperativas[1], com mais de 15 milhões de associados, segundo dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2020). Pensando a quantidade de cooperativas, ao número de cooperados e vinculando isso aos princípios, principalmente o 5º, que se faz importante atribuir ênfase à Educação como ferramenta mantenedora de bom relacionamento e participação nas cooperativas, mas perfazendo o caminho de perceber que ela não se interrompe nos limites palpáveis da cooperativa, mas se estende a casa e dia a dia de cada cooperado.

A educação acontece em diversos ambientes: inicia-se no âmbito familiar, estende-se ao conhecimento de teorias na escola e às experiências ao longo da vida. Por isso, a educação é construtiva, ou seja, moldada a partir de diferentes relações. Assim, Freire (1987) nos traz perspectivas sobre os diferentes modos de se fazer educação, nos permitindo perceber que a "educação libertadora" dialoga de maneira mais efetiva com a discussão cooperativista, pois acontece de maneira participativa, levando em consideração discussões, opiniões e divergentes pensamentos, proporcionando uma riqueza de ideias que são fundamentais para a construção de um conhecimento multifacetado.

Por esse motivo, o estudo da relação entre educação e participação de cooperados no funcionamento da cooperativa faz-se necessário à medida que se propõe mostrar a ligação dos dois temas e os seus desdobramentos no desenvolvimento cooperativo, conforme a educação se faz mais presente na realidade cooperativa, levando, de fato, ao exercício do quinto princípio cooperativista – Educação, Formação e Informação.

O problema da pesquisa proposto neste trabalho está fundamentado em entender a influência da educação cooperativista na participação do cooperado em atividades coletivas na

[1] É importante salientar que este número corresponde somente às cooperativas vinculadas à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e não inclui uma grande parcela de outros empreendimentos cooperativos cuja representação está vinculada a outras entidades.

cooperativa – Assembleia Geral, Assembleia Ordinária, votações e conselhos –, pois a pouca participa ção pode ocasionar na descontinuação das atividades da cooperativa, por dificuldade de formação de novos integrantes para a parte administrativa, estando diretamente ligada com a vida da cooperativa. Esta pesquisa, realizada em caráter bibliográfico, no começo foi pensada para acontecer em campo, como um estudo de caso. Por conta da pandemia de COVID-19 e motivos burocráticos da comissão de ética do Instituto Federal Baiano, não poderia ser realizada em tempo hábil para apresentação e, por tais motivos, precisou ter seu caráter alterado.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar a relação entre a educação cooperativista e a participação dos cooperados. Especificamente, buscou-se identificar em literatura específica – teses, artigos e trabalhos de conclusão de curso – as ações de educação cooperativista oferecidas aos cooperados e entender a relação entre as ações de educação cooperativista e a participação dos cooperados.

Visando apresentar o desenvolvimento dos objetivos propostos, este artigo está subdividido em outras quatro seções, além desta introdução. A primeira seção diz respeito aos apontamentos teóricos e sua primeira parte traz uma contextualização histórica sobre o cooperativismo, seguida da discussão sobre participação. A segunda seção apresenta a relação encontrada entre as ações de educação cooperativista e a participação dos cooperados nas atividades da cooperativa. A terceira seção apresenta a metodologia trabalhada, caracterização da pesquisa e autores estudados. Por fim, a quarta seção traz as considerações finais.

2. Referencial teórico

2.1. Contextualização histórica: cooperativismo, educação cooperativista e participação

Na Europa, no final do século XIX, a Revolução Industrial acontecia a todo vapor e as pessoas que tinham trabalhos manuais e artesanais passaram a ser substituídas por máquinas e novos meios de produção, levando a uma elevada taxa de desemprego. Por outro lado, o trabalho assalariado levava os trabalhadores a se condicionarem à exploração do tempo e força de trabalho em troca de baixos salários e condições degradantes, por muitas vezes desumana e por vezes trabalhando por 16 a 18 horas diárias, com baixa oferta de alimentação e péssimos

alojamentos (CASTANHO, 2008). É nesse contexto que, na Inglaterra, mais especificamente em Rochdale/Manchester, surge a primeira cooperativa nos moldes que conhecemos hoje em dia, chamada Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, formada por 27 homens e 1 mulher, em sua maioria tecelões.

A Sociedade surge como um contraponto à realidade estabelecida à época, que era do capitalismo cada vez mais feroz e que priorizava a burguesia. Para tal, empreenderam um armazém a fim de estocar produtos que seriam comprados em grande quantidade, assim, barateando o valor de compra e consequentemente sendo repassados aos cooperados a preços mais baratos, aumentando o poder aquisitivo do povo que vivia apenas com o básico.

Para garantir o funcionamento ideal do armazém e o relacionamento entre os fundadores (e futuros associados) foram criadas regras iniciais, tais como:

I. Controle democrático: um voto por pessoa.
II. Livre adesão: entrada e saída livre.
III. Limitação do juro ao capital.
IV. Retorno de excedentes.
V. Vendas à vista.
VI. Venda de mercadorias de boa qualidade.
VII. Educação econômica e cooperativa.
VIII. Neutralidade política e religiosa. (FRANTZ, 2012, p. 19)

Estas regras traduziam não só parâmetros de organização do trabalho, mas também, indicadores do comportamento esperado pelos associados à primeira cooperativa formal do mundo. Conforme as atividades foram se tornando mais complexas e o número de associados foi aumentando, as regras – chamadas de princípios – foram sendo adequadas. Os princípios desenvolvidos pelos pioneiros de Rochdale representam os embriões para o que atualmente conhecemos como os sete princípios do cooperativismo.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2017) “cooperativa é uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade.”, para isso, são alinhadas por sete princípios que as permitem colocar em prática os valores orientadores e diferenciais deste tipo de sociedade. Neste sentido, o conjunto de princípios foi alterado pela

última vez no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) de 1995, em Manchester, na Inglaterra, para adequar-se à realidade das cooperativas modernas. Na oportunidade, ficaram definidos os seguintes princípios com uso até os dias atuais:

I. Adesão Voluntária e Livre, que trata da liberdade do indivíduo ingressar em uma cooperativa caso seja de seu interesse e que estejam aptos à utilização de seus serviços e assumir as responsabilidades como membro, sem qualquer discriminação;
II. Gestão Democrática, que trata da obrigação da cooperativa enquanto organização de se guiar pela democracia, com voto, participação e decisão pela maioria;
III. Participação Econômica, que regula sobre o dever do cooperado de contribuir para a manutenção dos serviços, com a integralização das quotas-partes;
IV. Autonomia e Independência, que relata sobre a característica fundamental da cooperativa, que é ser uma organização de autonomia e ajuda mútua, não devendo colocar em risco o controle democrático dos seus próprios membros;
V. Educação, formação e informação, que traz a reflexão principal deste trabalho, colocando um foco na educação de seus cooperados, representantes eleitos e, por vezes, da comunidade em que está inserida, possibilitando assim uma contribuição na realidade mais eficaz e assertiva;
VI. Intercooperação, que apresenta a importância do fortalecimento entre as cooperativas, realizando atividades que envolvem cooperativas de diferentes ramos, formando um conjunto, utilizando estruturas locais e regionais;
VII. Interesse pela Comunidade, que disserta acerca da necessidade de um olhar voltado à comunidade em que está inserida, através de políticas criadas e aprovadas dentro da própria entidade por seus membros, tecendo assim uma relação mais intrínseca com a realidade do seu entorno. (MEINEN; PORT, 2014)

Diante deste conjunto de princípios, cabe salientar que a importância do quinto princípio no contexto do cooperativismo moderno ganha corpo à medida que percebemos que, mesmo em seus primeiros estatutos (1844 e 1845), já se podia avistar a preocupação dos pioneiros de Rochdale com a educação pela formação dos cooperados, potencializando a adesão à doutrina cooperativa (STABACK, 2020, p. 50).

Assim, neste trabalho será discutido o 5º princípio - da Educação, Formação e Informação -, visto que há uma estreita ligação entre este e o caráter processual da Educação Cooperativista.

Neste sentido, cabe ressaltar que a educação cooperativista é um processo que não se encerra nos limites físicos da cooperativa, mas que se estende para além dele e se revitaliza com o tempo e participação do cooperado, contribuindo na relação cooperativa-cooperado no sentido de melhorar a aproximação dessas duas esferas que, para ideal funcionamento, devem estar intimamente integradas, pois sem ela as cooperativas "podem correr o risco de serem absorvidas pelo sistema socioeconômico vigente, em que há predominância da concorrência e do conflito" (SCHNEIDER, 2003 *apud* STABACK, 2020, p. 48). E, ao estimulá-la, é possível garantir a validade da educação e formação dos seus membros, representantes eleitos e seus trabalhadores, possibilitando-os entender sobre a organização onde estão inseridos, fortalecendo a participação e alinhando os seus objetivos e esforços com a finalidade de alcançar os melhores resultados econômicos e sociais possíveis. Por esse motivo Schneider (2007 *apud* STABACK, 2020, p. 50) diz que "a educação cooperativa é considerada 'regra de ouro' da proposta [...] e é a partir dela que se dá a possibilidade de compreensão dos outros princípios", fortalecendo a ideia principal de que para que se compreenda e se faça cumprir os demais princípios é necessário ter intimidade com o 5º princípio, a se fazer iniciar de atividades dentro da própria cooperativa.

Dessa forma, deve-se contar com a educação, cuja finalidade básica é desenvolver novos conhecimentos, saberes e discutir conhecimentos já existentes entre aqueles que não têm a ciência dele e os que os dominam. Como se trata de um processo construtivo tem-se a necessidade de que os envolvidos participem de fato do processo educacional, que acontece de diversas maneiras: em sala de aula, rodas de diálogo, formações pontuais, local de trabalho e, acima de tudo, no dia-a-dia, dado por relações interpessoais e a troca de conhecimento, acadêmico ou não, entre os envolvidos.

Faz-se fundamental teorizar sobre as metodologias de ensino, ou seja, o modo em que esse conhecimento é gerado e discutido ou o modo em que esse conhecimento é, simplesmente, passado para o próximo. Em seu livro intitulado "Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire teoriza sobre dois tipos de educação: a bancária e a libertadora/problematizadora. Sobre a bancária, Freire (1987, p. 37) diz que

> Em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção "bancária" da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção "bancária" da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber.

Sobre a educação libertadora, Freire (1987, p.44) apresenta que

> a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir "conhecimentos" e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação "bancária", mas um ato cognoscente.

A discussão da educação bancária e libertadora surge no intuito de relativizar os dois tipos de aprendizado. Há de se dizer que a educação libertadora faz muito mais sentido para a discussão cooperativista, visto que acontece e se agarra à ideia participativa, em que os educandos fazem parte, junto com o educador, da construção de conhecimento. Esta construção é diferente da educação bancária – onde o educando é apenas uma caixa vazia recebendo informações –, pois constrói-se conhecimento através de discussões, diálogos e pensamentos abertos à problematização, tendo como finalidade resolver questões da melhor maneira, levando em conta as experiências empíricas de cada pessoa, dadas a partir de vivências em sua realidade. O autor deixa isso claro ao dizer que "ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes" (FREIRE, 1987, p. 36), colocando em evidência que, a partir das experiências empíricas singulares de cada indivíduo, cria-se novo conhecimento passível de discussão para o aprendizado, fazendo teste para futuras ações.

Para além, Freire (1987, p. 36) relata que "deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento.". Ou seja, para real criação e discussão, faz-se necessário engajamento, participação ativa nos diálogos e debates que surgirem, assim como em cooperativas, onde o diálogo e troca de informações são imprescindíveis para alcance dos objetivos, sejam eles quais forem, no sentido

de saber onde está inserido e o que está sendo feito.

Tais fatores também são apresentados por Bordenave (1983) quando o autor diz que a participação consiste na construção viva e ativa em todos os níveis de decisão, não apenas na recepção passiva das deliberações do conjunto. Ainda, Bordenave (1983), caracteriza os tipos de participação, sendo eles: a participação de fato, participação espontânea, participação imposta, participação voluntária, participação manipulada e participação concedida. A **participação de fato** diz respeito a natureza do ser humano, de participar de um núcleo familiar, na caça, pesca e na religião; a **participação espontânea** diz respeito à natureza social do homem, quando, naturalmente, nos incluímos em grupos de amigos ou vizinhos, de forma fluida e sem prévia organização, apenas para subconscientemente satisfazer necessidades de pertencer a algum grupo; a **participação imposta** acontece quando está aquém da nossa vontade, ou seja, quando é obrigatório, a exemplo do voto; a **participação voluntária** acontece por movimento e vontade dos envolvidos, a exemplo de associações, cooperativas, sindicatos, entre outros, no entanto, nem sempre depende apenas da vontade do grupo, pois pode ser também provocada por terceiros, a exemplo de algumas situações já institucionalizadas, como a extensão rural e o serviço social, aí surgindo a **participação manipulada**; a **participação concedida** acontece no fazer parte do poder ao ser aprovada pelos próprios subordinados e por seus superiores, a exemplo da participação nos lucros em algumas empresas (BORDENAVE, 1983).

Os tipos de participação se fazem de importante entendimento, pois ela – a participação – está diretamente relacionada ao cooperativismo. Para o cooperativismo e o funcionar de uma cooperativa, espera-se a participação voluntária, que acontece devido à vontade dos interessados em ser integrante do grupo, onde "os cooperados possam entender melhor a realidade que os circunda, passando a ser [...] agentes de melhorias ou mesmo de transformação de suas realidades." (STABACK, 2020, p. 46), dando força ao empreendimento para continuar servindo de exemplo para os demais participantes.

Neste contexto, é importante salientar que as práticas metodológicas utilizadas nas ações de educação cooperativista influenciam direta e indiretamente na participação. Atividades percebidas pelo público-alvo (cooperados ou comunidade) como lúdicas e que fazem parte do interesse coletivo, tendem a receber um maior número de participações ativas, à exemplo de rodas de conversa ou discussão de temas ligados a realidade local, a partir de levantamento

prévio. Para isso, existem ferramentas utilizadas para captar de forma mais dinâmica e elaborada os problemas ou dificuldades de cada grupo, chamadas de ferramentas de diagnóstico participativo, sendo elas: entrevista semiestruturada, caminhada transversal, mapa participativo, linha do tempo, matriz F.O.F.A, árvore de problemas, entre outros (GUIA, 2021). Tais ferramentas podem ser adaptadas à realidade organizacional de uma cooperativa e utilizadas de forma satisfatória para as ações de educação cooperativista.

3. Metodologia

O ser humano, como ser social que é, traz em si um caráter investigativo, no sentido de estar sempre à procura de respostas para suas questões, desde os primórdios da humanidade, pois sempre foi possível perceber que novos conhecimentos nos fazem sair da inércia, nos permitindo evoluir de maneira acelerada. Cada dúvida causa uma nova inquietação, que por sua vez reflete na busca de respostas, nos proporcionando novos aprendizados. O homem ter interesse por descobrir é algo inato, e determinadas circunstâncias – como a pandemia da Covid-19, por exemplo – impulsionam a busca por maiores conhecimentos não somente na área da saúde e em áreas correlatas e, sobretudo, em áreas que estudam o comportamento do homem e suas relações.

No entanto, é preciso observar que há épocas de maiores incentivos governamentais à pesquisa e educação em si, até chegarmos em momentos que não há tanto interesse do poder público fazê-la, porém ainda assim, as instituições que realizam pesquisa e ensino permanecem insistindo na continuidade das mesmas que, apesar dos desafios, continuam sendo feitas.

Carter Van Good (1963 *apud* SIGELMANN. 1984, p.142) relata que existem diversos tipos e métodos de pesquisa que podem ser aplicados a depender de quais objetivos se buscam alcançar. Porém, ainda que para o termo pesquisa se apresentem diversos significados, todos eles possuem a mesma essência: busca de novos conhecimentos.

Para Gil (2002, p. 17)

> Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

O autor ressalta a ideia de que a pesquisa se dá e acontece quando algo não está como deveria, quando gera inquietação suficiente para se perguntar a razão de algo estar da maneira que está, crescendo assim um motivo para se querer resolver aquele problema. Para isso, as pesquisas seguem regras, chamadas de métodos, que as permitem acontecerem da melhor maneira possível, de acordo com cada problema proposto e que necessitará de resolução. Sobre isso, Lakatos e Marconi (2003, p. 83), dizem que

> o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Neste sentido, pensando o conceito de método como modelo que o cientista/pesquisador utilizará para se guiar ao alcance de seus objetivos primários, no decorrer de sua pesquisa, para este trabalho será utilizado o método bibliográfico, estabelecido por Sousa *et al.* (2021, p. 66) como

> o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.

Dessa forma, para esta pesquisa, realizaram-se buscas em ferramentas como o *Google* Acadêmico e repositórios de universidades como a Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), possibilitando um alargamento na esfera de pesquisa, sempre tendo como base de pesquisa termos como cooperativismo, educação e participação. Dentre as referências utilizadas para a discussão aqui proposta, contamos com os trabalhos de diversos autores conceituados na área, como Bordenave (1983), Freire (1987 e 1988), Gil (2002) e Lakatos e Marconi (2003). Com isso, buscou-se apresentar e discutir conceitos que, quando separados, apresentam diversos resultados de pesquisa, mas quando juntos – cooperativa, educação e participação – apresentam um baixo retorno no número de pesquisas disponíveis nos repositórios. Para tanto, esse trabalho apresenta um conteúdo descritivo a fim de elucidar de maneira teórica a necessidade da relação intrínseca da participação ativa dos cooperados tendo a educação como ferramenta para isso.

4. Resultados e discussão

4.1. Educação Cooperativista como ferramenta de participação dos cooperados

Para organizações como as cooperativas, a discussão da participação e do controle democrático torna-se ainda mais vital para analisar o poder dentro do seu contexto, fazendo com que seja a participação dos cooperados que viabilize o funcionamento da organização (VALADARES, 2005), visto que, para além da parte jurídica, uma cooperativa, antes de qualquer coisa, é um espaço democrático e, quando ele deixa de ser democrático, perde o sentido de ser cooperativa. No entanto, é possível perceber que, geralmente, quanto maior a cooperativa (em número de cooperados), menor é a participação e troca de informações, justificada pela inviabilidade logística de reunir todos os membros para que sejam tomadas as decisões, baseando-se apenas no quórum mínimo necessário de acordo com o Art. 40 da Lei nº 5.764/1971 (BRASIL, 1971). Já em cooperativas menores, o contrário tende a ser verdade: a participação acontece de forma mais intensificada e ativa, já que as informações circulam melhor e é possível realizar um trabalho de formação com os cooperados de maneira mais prática, por questões de logística (residirem na mesma comunidade ou localidades vizinhas).

De acordo com Freire (1988), uma das maneiras de ter uma ação educadora é trabalhar métodos e técnicas que tenham um olhar participativo. Dito isso, percebe-se que, acima de qualquer coisa, a participação é geradora de aprendizado, fazendo-se necessário criar e estimular relações dialógicas e problematizadoras, estimulando pessoas a refletir suas realidades e capacitá-las à ação transformadora e nova, utilizando isso para construção do aprendizado coletivo.

Alguns instrumentos são apresentados para aumentar a participação, principalmente em cooperativas maiores, um deles é a Organização do Quadro Social (OQS)[1], que emerge como uma prática de participação institucional afim de aprimorar o controle democrático das organizações, estruturando uma nova forma de expressão entre os membros da cooperativa.

[1] Popularmente conhecido como OQS, a Organização do Quadro Social é uma ferramenta de gestão que funciona como estratégia, conheça mais em "Organização do Quadro Social (OQS): uma inovação institucional na gestão social de cooperativas" (Freitas *et al.*, 2010).

Mendes (2010, p. 84) diz que "a natureza associativa da cooperativa exige integração entre sócios e destes com a direção e os funcionários da cooperativa, ou seja, exige participação". A participação é princípio básico para o funcionamento ideal de uma cooperativa, já que é também um fator que as difere de empresas convencionais, pois é através da participação dos cooperados que as decisões são tomadas.

Para Bordenave (1992), a participação é algo natural ao convívio social do homem, pois estamos há tanto tempo participando de algo que, mesmo quando não queremos participar, estamos inseridos. Ora, nascemos numa família, fazendo parte dela, depois fazemos parte de nossa sala de aula e de nossos círculos de amizade e assim sucessivamente. Para além, Bordenave (1983, p. 17) diz que "o futuro ideal para o homem só se dará numa sociedade participativa", o que podemos relacionar também aos empreendimentos cooperativos dos dias de hoje. Segundo Frantz (2012, p. 12) "os fundamentos do cooperativismo moderno são os interesses dos seus associados" o que facilita no nível de participação, pois é o interesse que nos faz participar, de maneira ativa e enérgica, da realidade em que estamos inseridos.

Percebemos a importância prática da educação quando os cooperados aparentam não se interessar pelos desdobramentos das cooperativas, inclusive nas posições de liderança dentro da mesma, como comitês e diretorias. Por isso

> a educação cooperativista pode ser considerada um dos maiores problemas encontrados na gestão cooperativa e que esta necessita, cada vez mais, de eficientes instrumentos de comunicação adequados à realidade do cooperativismo, como forma de impulsioná-la e assessorá-la na conquista de melhores resultados (SOUZA, *et al*., 2013, p.61)

As práticas de comunicação dentro da cooperativa têm retorno positivo quando relacionadas à participação, ou seja, quanto maior a comunicação interna da cooperativa, maior participação dos cooperados nas atividades cruciais para o andamento da mesma. Esse interesse pode se dar, além do social, por motivos econômicos, para manter a cooperativa em atividade. Visto que a economia funciona por meio da oferta e da demanda, instala-se a concorrência entre o interesse do capital e o interesse do trabalhador (FRANTZ, 2012) saindo em "defesa do interesse do trabalho humano contra os interesses do capital" (FRANTZ, 2012, p. 12),

acontecendo na contramão da ideologia capitalista.

Podem-se realizar diversas atividades de formação e treinamento para os cooperados a fim de melhorar sua relação educacional com o mundo cooperativista, como por exemplo curso inicial no momento da adesão à cooperativa possibilitando um entendimento prévio do mundo cooperativista, fazendo com que a participação aconteça de maneira mais efetiva, partindo da ideia de que tendemos a participar mais de ações que, de alguma forma, nos interessem. Neste sentido, Ribeiro e Gervasoni (2016, p. 10) apresentam a experiência do Sistema Cresol[1] em que são realizadas diversas formações para os cooperados, sendo algumas delas: curso para novos sócios, o programa Um Olhar para o Futuro, espaços de formação de lideranças, programa de gênero e geração do cooperativismo solidário. Faz-se necessário compreender a importância do curso inicial para novos cooperados, os possibilitando conhecer ainda mais a realidade em que eles serão socialmente inseridos, apresentando, para além das boas, os desafios de ser fazer cooperativismo no Brasil. Ao trabalhar o cooperativismo e economia solidária com crianças de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental (RIBEIRO; GERVASONI, 2016, p. 10) no programa "Um Olhar para o Futuro" o sistema Cresol enxerga o futuro como uma realidade de cooperativismo melhor difundido ao trabalhar com crianças, afinal, elas poderão ser cooperados e dirigentes no amanhã, caso se interessem pela cooperativa, concretizando a importância da educação cooperativista como ferramenta de transformação, trabalhando o quinto princípio para a comunidade em que está inserida.

Por esse motivo, "é possível perceber que a preocupação em torno da efetivação da educação cooperativista remonta à criação da primeira cooperativa em 1844" (FERREIRA; SOUSA, 2019, p. 12). Mesmo assim, "apesar do reconhecimento da educação cooperativista na teoria, na prática poucas são as cooperativas que efetivamente conseguem implementá-las" (ALMEIDA NETA; ANJOS, 2020, p. 20), mesmo sendo pré-estabelecida como regra no 5º principio – Educação, Formação e Informação – e na Lei 5.764/71, capítulo VII, parágrafo II, que institui

> Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos

[1] O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) surgiu em 1995 com finalidade de atender a demanda em prestar serviços financeiros aos agricultores familiares do interior do Rio Grande do Sul, por meio de cooperativas de crédito, uma vez que tais serviços eram inexistentes no contexto das instituições financeiras tradicionais, realizando, então, um importante papel social (RIBEIRO; GERVASONI, 2016).

> empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício. (BRASIL, 1971, p.6).

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é um dos instrumentos que tem por finalidade o fomento da educação cooperativista por meio da formação técnica não só de seus cooperados, mas também de seus familiares. Por tamanha importância, Almeida Neta e Anjos (2020, p. 18) relatam que

> A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) apregoa que as sociedades cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores contratados. Destaca, também, que a formação não pode ser restrita ao ambiente interno da organização, pois o público geral deve ser informado sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

E esse recurso financeiro exclusivo é importante para que se garanta o cumprimento do princípio já estabelecido – Educação, Formação e Informação – que "viabiliza a consolidação dos demais princípios instituídos pelo cooperativismo mundial" (FERREIRA; SILVA, 2015), se tornando, sem dúvidas, um dos princípios mais importantes para a manutenção do cooperativismo.

5. Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo principal fazer a análise da relação existente entre a efetividade (ou falta dela) da educação cooperativista e a participação dos cooperados no dia a dia das cooperativas. A partir disso, buscou-se: a) identificar em literatura específica as ações de educação cooperativista oferecidas aos cooperados; b) entender a relação entre as ações de educação cooperativista e a participação dos cooperados.

Como hipótese, trabalhamos com o pensamento de que a educação cooperativista está diretamente ligada a um dos mais importantes princípios do cooperativismo – Educação, Formação e Informação – que trabalha como base para a compreensão dos demais, efetivando a participação dos cooperados, pois "a natureza associativa da cooperativa exige integração entre sócios e destes com a direção e os funcionários da cooperativa, ou seja, exige participação" (MENDES, 2010, p. 84), que só é alcançada plena e assertivamente com a educação cooperativista.

Vale a pena salientar que os exemplos escolhidos para serem trazidos nessa discussão, os do Sistema Cresol, foram selecionados pois dão ênfase à educação cooperativista.

Compreendeu-se que a participação é de fundamental importância como força motriz na criação da cooperativa como um ambiente onde os cooperados de fato sintam-se seres que pertencem e fazem parte, por isso é imprescindível que o FATES, um dever legal, seja utilizado de maneira ideal, ou seja, funcionando como garantia do cumprimento de um dos deveres sociais das cooperativas: a Educação, Formação e Informação de seus cooperados e a comunidade que está inserida.

6. Referências

ALMEIDA NETA, A.; ANJOS, E. **Os desafios à educação cooperativista**: análise de uma experiência em uma cooperativa de crédito na Bahia. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41073. Acesso em 17 set. 2021.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

BRASIL. Lei 5.764/71. Define a Política Nacional de Cooperativismo. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971.

CASTANHO, A.M. Direitos Humanos na Revolução Industrial. 2008. Disponível em: http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1602/1516. Acesso em 22 abr. 2021.

FERREIRA, G. M. V; SILVA, D. F. Educação Cooperativista. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015. Disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo/quinta_etapa/arte_educacao_cooperativista.pdf. Acesso em 20 set. 2021.

FERREIRA, P. R; SOUSA, D. N. **Educação Cooperativista**: aprofundando o conceito. Cooperativismo & Desarrollo, 27 (2), 1-32. 2019. Disponível em: https://revistas.ucc.edu.co/index.php/co/article/view/2972. Acesso em 17 set. 2021.

FRANTZ, W. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 162 p. (Coleção educação à distância. Série livro-texto). Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1. Acesso em 12 set. 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 9 ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 93p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf.

Acesso em 22 abr. 2021.

FREITAS, A. F. de; *et al.* Organização do Quadro Social (OQS): uma inovação institucional na gestão social de cooperativas. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 45-66. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4020. Acesso em 18 set. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GUIA DE ELABORAÇÃO DE PEQUENOS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS PARA ORGANIZAÇÕES DE BASE COMUNITÁRIA. **Ferramentas de diagnóstico rural participativo.** Disponível em: https://capta.org.br/como-fazer-o-diagnostico/ferramentas-de-diagnostico-rural-participativo/. Acesso em 27 ago. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

MEINEN, Ê.; PORT, M. Alicerces Conceituais Do Cooperativismo. IN: MEINEN, Ê.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confebras, 2014, p. 25-44. Disponível em: https://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2021/03/Cooperativismo-Financeiro-percurso-historico-perspectivas-e-desafios-de-Enio-Meinen-e-Marcio-Port.pdf. Acesso em 07 set. 2021.

MENDES, M. M. **Relação entre educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades incertas.** 233 p. Dissertação (Mestrado em Administração das Organizações). Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-13122010-095928/publico/MonicaMMendes.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

RIBEIRO, J; GERVASONI, F. P. A Educação Cooperativista e sua ação voltada aos cooperados da CRESOL de Águas Mornas/SC. 2016. Disponível em: https://publicacresol.cresolinstituto.org.br/upload/pesquisa/252.pdf. Acesso em 17 set. 2021.

SEBRAE NACIONAL. **Cooperativa**: o que é, para que serve, como funciona 2017. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/cooperativa-o-que-e-para-que-serve-como-funciona,7e519bda15617410VgnVCM2000003c74010aRCRD. Acesso em: 26 jun. 2021.

SIGELMANN, E. Tipos de pesquisa: aspectos metodológicos específicos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro. v. 36, n. 3, jul./ set./1984. p. 141-155. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/19012/17746. Acesso em 18 set. 2021.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2336. Acesso em 02 set. 2021.

SOUSA, D. N. de; *et al*. A comunicação como ferramenta da educação cooperativista. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, *[S. l.]*, v. 2, n. 1, 2014. DOI: 10.36363/rever212013%p. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3295. Acesso em: 5 jun. 2021.

STABACK, D. F. **Educação Cooperativista e sua Importância na Manutenção do Cooperado**: o

caso da Cooperativa Agroindustrial C. Vale. 2020, 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/4889. Acesso em: 1 set. 2021.

VALADARES, J. H. Estratégias de educação para a cooperação. UFV. Viçosa. Minas Gerais. 2005.

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

INSTITUTO FEDERAL
Baiano
Campus Serrinha

CADERNOS
MACAMBIRA
ISSN 2525-6580

ARTIGO / ARTICLE

EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: UMA FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO E VALORIZAÇÃO DO COOPERADO?

COOPERATIVE EDUCATION: A TOOL FOR BUILDING AND VALORIZATION THE COOPERATIVE?

Cintia Silva Queiroz[1], Márcia Eliana Martins [2], Geusa da Purificação Pereira[3], Letícia Caribé Batista Reis[4]

[1]Graduada em Gestão de Cooperativas e pós-graduando em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha / E-mail: : cintiaqueiroz17@gmail.com.

[2] Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Serrinha/ E-mail: marcia.martins@ifbaiano.edu.br, https://orcid.org/0000-0001-5828-5983

[3]Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa/ E-mail: geusapereira@hotmail.com / ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6843-8071

[4] Doutora em Biotecnologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana/ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha/E-mail: leticia.reis@ifbaiano.edu.br, https://orcid.org/0000-0003-1427-5454

Recebido: 07/04/2022 **Aceito:** 18/04/2022 **Publicado:** 18/04/2022

RESUMO: A educação cooperativista é tida como uma importante ferramenta no ambiente organizacional das cooperativas, independente do ramo a que esteja vinculada. Desde a constituição da primeira cooperativa formal, em Rochdale, a preocupação com a educação e formação dos associados permeava as regras de conduta e convivência dos associados ao empreendimento. Neste sentido, abordar os aspectos e ações relacionados à educação cooperativista, voltados para a valorização e construção de sujeitos políticos não apenas para as relações intraorganizacionais, mas sobretudo para o contexto social em que se inserem, torna-se de grande relevância. Assim, este trabalho ancorou-se nas discussões teóricas de Frantz (2001), Schneider e Hendges (2006), Safanelli et al (2011), Freitas et al (2011), Sousa et al (2013) e Neta e Anjos (2020), com o objetivo de analisar os efeitos da educação cooperativista na construção e valorização dos cooperados quanto aos princípios e valores do cooperativismo. A partir da pesquisa bibliográfica delineada, é possível dizer que a educação cooperativista assume mesmo esse papel de ferramenta de valorização e construção dos cooperados conscientes e ativos por ser um processo de formação e capacitação que busca potencializar os sujeitos a pensar, refletir e problematizar o ambiente organizacional.

Palavras-Chave: Cooperativismo. Educação cooperativista. Princípios cooperativistas.

ABSTRACT: Cooperative education is seen as an important tool in the organizational environment of cooperatives, regardless of the branch to which it is linked. Since the establishment of the first formal cooperative, in Rochdale, the concern with the education and training of the members permeated the rules of conduct and coexistence of the members of the enterprise. In this sense, addressing aspects and actions related to cooperative education, aimed at valuing and building political subjects not only for intra-organizational relations, but above all for the social context in which they are inserted, becomes of great relevance. Thus, this work was anchored in the theoretical discussions of Frantz (2001), Schneider and Hendges (2006), Safanelli et al (2011), Freitas et al (2011), Sousa et al (2013) and Neta and Anjos (2020) , with the objective of analyzing the effects of cooperative education in the construction and valorization of cooperative members regarding the principles and values of cooperativism. From the bibliographic research outlined, it is possible to say that cooperative education even assumes this role as a tool for valuing and building conscious and active cooperative members, as it is a process of formation and training that seeks to empower individuals to think, reflect and problematize the environment. organizational.

Keywords: Cooperativism. Cooperative education. Cooperative principles.

1. Introdução

No mundo globalizado em que estamos vivendo há uma velocidade de mudanças repentinas e inovações direcionadas à revolução tecnológica, fazendo com que a cada dia as organizações tenham a preocupação de se reinventar, na medida em que elas possam melhorar as condições de vida dos sujeitos envolvidos, seja no seu ambiente interno ou externo. Em vista disso, pensando no ambiente organizacional de uma cooperativa, a educação cooperativista ganha destaque dentro das organizações por ser um processo de aprendizagem que valoriza o lado social, visando atender às demandas específicas de formação/capacitação dentro das organizações. Com isto, acreditamos ser necessário refletir de que forma a educação cooperativista tem contribuído para construção e valorização dos cooperados em torno dos princípios e valores do cooperativismo.

Por sua vez, a educação cooperativista é uma prática que podemos considerar como um processo de comunicação dialógica da educação, pois desenvolve a participação, a gestão democrática e a valorização do associado como sujeito político. Assim, a educação cooperativista tem o papel de interferir na construção do ser humano, seja nas organizações cooperativistas ou na comunidade, onde todos possam passar pelo processo de formação para geração de conhecimentos e compartilhamento equânime do poder, com a missão de fortalecer a construção dos sujeitos no coletivo.

A partir dessa concepção, o presente estudo teve como objetivo analisar os efeitos da Educação cooperativista para a construção e valorização de cooperados quanto aos princípios e valores do cooperativismo. No entanto, a Educação cooperativista deve estar alinhada com a comunicação e o crescimento da cooperativa para que se tenha equilíbrio entre seus objetivos sociais. Desta forma, a função é colocar os sujeitos a pensar no coletivo, buscando sempre um processo de construção permanente, atrelado aos princípios e valores do cooperativismo. Assim, educar e formar são fatores essenciais para que se possa obter estratégias para o desenvolvimento da organização e potencializar os cooperados a interagir entre si, para que possam ter melhores resultados sobre as dimensões social, política e econômica em torno da comunidade.

Dessa forma, para melhor apresentar o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica realizada, este trabalho está dividido em cinco seções, após esta introdução. A seção 2 apresenta

o referencial teórico utilizado para o embasamento da discussão. A seção 3 descreve a metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica aqui empreendida. A seção 4 apresenta os resultados e discussões. E, por fim, a seção 5 traz as considerações finais.

2. Referencial teórico

O cooperativismo surgiu do movimento popular, visto que, os trabalhadores eram economicamente excluídos, viviam no desemprego e vulneráveis ao sistema capitalista vigente. Seu objetivo comum era de mobilização social, onde se organizavam em cooperativas para terem acesso ao trabalho e buscar pelos seus direitos como cidadão. Com isto, tem como orientadores de sua ação a cooperação, autogestão e inclusão social, os quais fomentam o movimento de muita luta e resistência. Também se configura como uma doutrina que surge a partir da construção de organizações coletivas, cuja primeira manifestação formal aconteceu em Rochdale (SCHNEIDER e HENDGES, 2006; SILVA, 2020).

Embora já existissem outras experiências coletivas de caráter cooperativista, nenhuma delas teve o nome de cooperativa. A primeira cooperativa formal foi constituída em 21 de dezembro de 1844, em Rochdale, na cidade de Manchester, no interior da Inglaterra. Esta iniciativa surgiu a partir de uma crise, onde 28 tecelões (27 tecelões e 1 tecelã) se reinventaram para suprir suas necessidades, pois viviam uma fase de exploração pelo capitalismo, buscando assim soluções na associação de esforços com alternativa de sobrevivência (SAFANELLI *et al.*, 2011).

No entanto, para gerir as cooperativas, foram estabelecidos os princípios do cooperativismo. São os mesmos desde que foi fundada a primeira cooperativa da história, em Rochdale no ano de 1844, que levam à prática seus valores. Porém vão sofrendo reformulações ao longo do tempo para se adaptar à realidade das cooperativas e aos seus objetivos sociais. Atualmente, os princípios do cooperativismo se referem ao conjunto de sete postulados que foram atualizados no congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) no ano de 1995. Com isto, seus valores são sólidos, sendo uma ferramenta para que as organizações tenham vantagens e benefícios diante de suas ações, promovendo a democracia, liberdade, solidariedade e justiça social. Com base no Portal do Cooperativismo Financeiro (2016); Schneider e Hendges (2006),

os princípios estão definidos como: Adesão Livre e Voluntária; Gestão Democrática; Participação Econômica dos sócios; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação e Interesse pela Comunidade.

Segundo Puchale (2015, p.11), "o cooperativismo é um movimento capaz de unir desenvolvimento econômico e bem estar social, onde seus referenciais fundamentais são a participação democrática, solidariedade, independência e autonomia". As cooperativas começam quando as pessoas se juntam em torno de um mesmo objetivo, em uma organização em que todos são donos do próprio negócio. E continua com um ciclo que traz impactos positivos para cada um e para a comunidade. As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação. Desta forma, seus princípios e valores são bem definidos. Tais organizações estão regulamentadas pela lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que rege o cooperativismo, organizada em 177 artigos contidos em seus dezoitos capítulos. Sendo o artigo 4° do capítulo II aquele que traz uma definição para as cooperativas como "sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados" (BRASIL, 1971).

As cooperativas devem ser constituídas, no mínimo, por 20 pessoas[1], considerando as regulamentações por artigos da Constituição Federal e do Código Civil, além de possuir uma legislação específica (Lei Federal 5764/71), cuja finalidade é viabilizar e desenvolver atividades diversas, de acordo com os interesses dos sócios. As principais decisões são tomadas pela Assembleia Geral, formada por todos os cooperados, cada um tem um voto e tudo é definido de forma democrática pela maioria. É a Assembleia Geral que elege todos os órgãos de gestão corporativa.

Para Schneider e Hendges (2006, p. 34), as "cooperativas buscam realizar funções econômicas, através de uma empresa, mas vinculadas ao social, pois buscam prestar serviços que visem satisfazer necessidades das pessoas (necessidade alimentação, habitação, trabalho e renda, saúde, lazer, vida digna, etc.)". Com isso busca atingir a sociedade no todo, para que seja um processo de construção no meio social, tendo como caminho a educação, pois a partir dela pode-se ampliar e transformar a cooperação entre os seres humanos, pois não há distinção de

[1] Este é número mínimo de pessoas estabelecidos pela LEI 5764/71. Porém, para as cooperativas de trabalho, a Lei 12.690/2012, em seu artigo 6°, estabelece que para as cooperativas de trabalho o número mínimo de associados é de sete pessoas.

raças, cor, etnia e etc.

Por sua vez, o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2020), salienta que o cooperativismo brasileiro tem cunho com a cultura da cooperação desde da época da colonização portuguesa. O movimento cooperativista brasileiro surgiu no final do século XIX, iniciando com a primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, a qual depois expandiu-se para outros estados.

Embora o movimento cooperativista ainda não tivesse um destaque, poucas pessoas eram informadas sobre tais organizações devido à falta de materiais apropriados e, sobretudo, pelo país ser um território de grande porte. Então, para que houvesse maior desenvolvimento, em 2 de dezembro de 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que teve o registro no ano seguinte em 8 de julho de 1970, onde formalmente é a única representante dos interesses do cooperativismo nacional. (ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO, 2020).

O cooperativismo brasileiro tem se reinventado a todo momento. Ainda conforme o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2020), cujas informações apontam resultados das cooperativas do país tendo como referência o ano de 2019, onde mesmo com diversos desafios impostos pela atualidade, o cooperativismo é uma alternativa que se faz essencial para o crescimento e desenvolvimento do Brasil. De acordo com o documento citado, em 2019, havia 5.314[1] cooperativas com registro ativo na OCB, atuando nos sete ramos, sendo eles: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, transporte, trabalho e produção de bens e serviços, através das quais são atendidas as necessidades da população, trazendo inclusive oportunidades de emprego e renda.

Segundo Vasconcelos (2021), o cooperativismo na Bahia teve evidências através de documentos pesquisados em revistas públicas e jornais. Com isto sua primeira investigação ressalta que:

> A primeira referência sobre o cooperativismo na Bahia nos documentos pesquisados é encontrada nos '' Anexos ao Relatório'' dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Bahia, com o que o presidente da Província da Bahia, o

[1] É importante ressaltar que este número não representa o total de cooperativas ativas no país, somente aquelas cuja representação oficial é a OCB. Existem inúmeras cooperativas vinculadas a outros órgãos de representação ou ainda sem vínculo ativo com a própria OCB.

> Barão de São Lourenço, abre os Trabalhos da Assembleia da Bahia, em primeiro de março de 1871. O documento reúne nove relatórios de áreas específicas, dentre os quais, do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, de 10 de fevereiro do mesmo ano (VASCONCELOS, 2021, p. 95).

Assim, um dos anexos referido, sinaliza limitações existentes, onde ação do Estado estava à frente da lavoura e criação, evidenciando que a lucratividade e a atividade agropecuária estavam incapazes de investigar as suas incertezas (VASCONCELOS, 2021). Diante disto, o autor mencionado também traz informações da primeira cooperativa na Bahia. Segundo ele,

> De fato, a primeira informação que dá conta da existência de uma Cooperativa na Bahia só é encontrada no Pequeno Jornal, edição de 4 de março de 1890, no nascedouro da República. Naquela edição, registra-se o resultado da reunião da Sociedade Cooperativa dos Alfaiates, que por maioria dos sócios aprova novos artigos para o estatuto, por terem sido considerados nulos os estatutos vigentes até então. Como se pode depreender, a cooperativa já existia anteriormente e esta data, mas no levantamento inicial não se obteve informação sobre seu funcionamento e grau de regularização face à norma legal vigente (VASCONCELOS, 2021, p.97).

No entanto, é importante observar que já existiam cooperativas pela Bahia, só não eram identificadas. Surgindo através das pessoas que trabalhavam como autônomas. Para além da cooperativa de Ouro Preto, houve o levantamento de que o Rio de Janeiro também teve motivações de cooperativas.

Assim, no cooperativismo brasileiro tem-se uma diversidade de cooperativas com suas complexidades, quanto às dimensões socioeconômicas, políticas e culturais, onde abarcam o contexto em que estão inseridas. Com isto, podemos perceber que vários empreendimentos buscam pela gestão da competitividade do mercado. Por outro lado, existem as cooperativas populares, que surgem pela mobilização de comunidades locais, dando suporte às necessidades dos associados, buscando assim dar continuidade às ações cooperativistas com base nos pioneiros, para que a disseminação do cooperativismo esteja sempre presente nas organizações, atrelada aos princípios e valores que orientam a atuação de tais organizações.

No entanto não se pode deixar de ressaltar que foram os pioneiros que deram impulso para que todo esse movimento popular ganhasse forma e, assim, fomentasse o cooperativismo, que tem como a educação um fator primordial, pois através dela a comunicação torna-se um vetor de transmissão, presente desde as primeiras sociedades cooperativistas. Além de ser parte

de um dos princípios, a educação tem como forma a propagação da transformação social.

Para Safanelli *et al.* (2011, p.06), "em todo caso, a educação é necessária em toda a atividade humana e no cooperativismo, por ser eminentemente um ato humano, não podendo estar ausente, ou então deixará de ser cooperativismo". Por isso a importância da implantação da educação cooperativista nas cooperativas, pois ela interfere no desenvolvimento humano, que engloba uma diversidade de conhecimentos. A educação cooperativista é uma importante ferramenta para a consolidação do sistema cooperativo, assim contribui efetivamente para seu desenvolvimento. Com isto, entendemos que a educação cooperativista:

> Trata-se de um processo permanente e continuo de aprendizagem, que comtempla todas as facetas do empreendimento cooperativo, uma educação que vai além de meros discursos e explanações, mas que valorize de igual modo o lado social, empresarial e às demandas específicas de formação das organizações e dos seus associados para melhor participar da cooperativa, em atendimento as particularidades de cada ramo cooperativista existente. (FERREIRA; SOUSA, 2019, p.28).

Nessa concepção, a educação cooperativista é um dos princípios mantidos pelas organizações, que contribui para que os associados aprendam a cooperar, participar e gerir a cooperativa, sendo como um ponto de partida para entender suas particularidades, a partir dos seus valores e princípios, quanto a sua identidade e sua cultura organizacional. Deste modo, a educação permite que seja um processo de emancipação humana, democrática, onde todos são donos e fazem parte da sua própria história.

Frantz (2001, p. 243) descreve que:

> No processo da educação, podem-se identificar práticas cooperativas e, no processo da cooperação, podem-se identificar práticas educativas. A organização da cooperação, em seus aspectos práticos, exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas, a respeito do qual precisam falar, argumentar e decidir. Nesse processo de interlocução de saberes de cada associado, os dois fenômenos se relacionam, entrelaçam-se e se potencializam como práticas sociais específicas.

A educação/cooperação ocorre na relação entre as questões políticas, sociais, econômicas e culturais em que os sujeitos estão inseridos, a partir dos seus valores, onde podem desenvolver suas relações práticas de cooperação em diversos espaços. Assim, a educação

entrelaça o processo do desenvolvimento humano, para que as relações não se limitem só ao interior das organizações, mas que tenha abrangência na comunidade, sem forma única, mas que atenda a suas necessidades em torno das suas peculiaridades (FERREIRA; SOUSA, 2019).

A cooperação é um processo social, que percorre nas cooperativas como meio de comunicação entre os sujeitos na busca pelo coletivo, respeitando seus valores e saberes, na construção e na potencialização das ações desenvolvidas para melhoria de todos, gerando assim aprendizados. Ainda assim, a educação cooperativista "é um processo longo e complexo que busca o aprimoramento organizacional da cooperativa e o desenvolvimento humano do associado" (NETA e ANJOS, 2020, p. 19). Desta forma, a implantação da educação cooperativista ainda tem seus desafios a serem superados. Mesmo as cooperativas sabendo da importância, não tem um planejamento na prática, havendo uma necessidade de adaptação das suas atividades. Mas por outro lado se tem a contribuição efetivamente para o desenvolvimento da cooperativa e do associado, que gera conhecimento quanto às questões democráticas que permitem a livre escolha, a liberdade de expressão, o poder e o saber.

No entanto, educação é um processo histórico que constitui as organizações mediante as suas peculiaridades, que tem em vista a relação social como dimensão, em que a cooperativa parte dos princípios e valores como base e sustentação, para ampliar e articular os associados no processo de conhecimento e sociabilidade (SILVA, 2020). Diante disso, busca também desconstruir o individualismo, para que os cooperados tenham melhores resultados em suas atividades, com isto a conscientização dos cooperados pode de alguma forma superar seus desafios para que a competitividade não venha afetar as organizações, daí a importância de estar buscando sempre meios de capacitação para as organizações com todo.

Segundo Puchele (2015), tanto a educação quanto a capacitação são fundamentais para a sustentabilidade das cooperativas. Por meio desses dois processos, tem-se associados mais preparados, com mais informações a respeito das características, habilidades e atitudes necessárias ao crescimento do empreendimento.

A educação e capacitação dentro de uma cooperativa ocupa em atividades do campo econômico, técnico e profissional, que visam formar as pessoas na medida peculiar de cada cooperativa. Mas, para isto ocorrer, o cooperativismo conta com sete princípios, como já foi exposto anteriormente, os quais orientam o trabalho com a educação cooperativista, como um

caráter dos princípios, fazendo-se necessária nas organizações para melhorar a comunicação entre os cooperados e a comunidade, destacando assim o quinto e sétimo princípios como processo de construção da existência do cooperativismo.

De acordo com Schneider e Hendges (2006, p. 36) "Embora os princípios cooperativos sejam hierarquicamente iguais, o princípio de educação é conhecido como "regra de ouro" uma vez que sua existência e aplicação proporcionam o melhor entendimento dos demais princípios e valores cooperativos".

Assim, o compromisso das cooperativas com a educação é de pensar como uma ferramenta permanente, pois é através dela que os cooperados conseguem desenvolver suas atividades em relação aos seus deveres e obrigações. Deste modo, pode levar em consideração que a cooperativa é uma associação de gestão coletiva e democrática. Com base nesse argumento, "a tarefa fundamental da educação cooperativista é difundir e colocar em prática os valores e os princípios cooperativos para que homens e mulheres integrados possam adaptar-se aos novos tempos e assumir objetivos futuros" (SCHNEIDER E HENDGES, 2006, p.38). Assim, a educação é fomentada no processo em que os sujeitos envolvidos possam assumir o seu papel com a visão dos princípios e valores, onde se dá a partir do momento em que se conhece a cooperativa, buscando entender as ações realizadas de integração do ambiente interno e externo, para que desperte entre os sócios o interesse em cooperar, participar e gerir a cooperativa da qual são donos, compreendendo, desse modo, qual o seu papel na cooperativa.

Diversos autores escrevem sobre a educação cooperativista. Para a maioria desses autores (ver, por exemplo Neta e Anjos, 2020) a educação cooperativista é um processo em que se deve ser reconhecido e habilitado a todo momento nos empreendimentos, pois na teoria se torna muito fácil, mas, na prática, na maioria das vezes não consegue se desenvolver como deveria, pois os sujeitos ainda assim são individualistas, mesmo fazendo parte de um empreendimento de gestão coletiva. Em meio a essas dificuldades por parte das cooperativas, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) ampara e promove a educação e informação dos sócios, assim dando suporte para que se aplique na prática sua capacitação.

Segundo Safanelli *et al*. (2011, p.06)

> Educação/Capacitação cooperativista é um processo permanente de desenvolvimento integral e de cooperativo das pessoas, ensejando a auto

> capacidade para geração de conhecimento e de poder, de viabilizar condições de progresso, formando um verdadeiro conjunto orgânico, onde as diferenças são úteis para o desenvolvimento do próprio grupo.

No entanto, é importante que se tenha uma autodisciplina coletiva, para o crescimento da cooperativa, para que consiga alcançar todos os sócios, promovendo a capacitação atrelada à participação, onde possam expor suas ideias e sugestões, para que se abram novos horizontes.

Para Schneider e Hendges (2006, p.46) "por capacitação entende-se a necessidade de proporcionar a todos aqueles que estão implicados na cooperativa para que se encontrem em condições de desempenhar suas funções de forma eficaz". Vivemos em constante mudanças e inovações, por isto a necessidade de buscar sempre pela capacitação, pois ela se ocupa em atividades do campo econômico, técnico e profissional, que visa formar as pessoas a medida peculiar de cada cooperativa. Assim um instrumento importante criado para fortalecer a educação das cooperativas foi o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e social (FATES)[1], usado no processo de fomentar a educação e capacitação dos associados, seus familiares.

Os autores ressaltados anteriormente fazem também uma abordagem da capacitação como um campo econômico e técnico que visa só treinar os sócios, os funcionários e dirigentes para tornar bons prestadores de serviço, ocupando várias atividades da cooperativa. Já a educação, informação opera com os associados quanto a identidade da cooperativa, que se concentra entre associação das pessoas. A educação abarca a formação de mundo, das relações da economia quanto ao cooperativismo visando a formação de valores e princípios que são fundamentais para aplicação das demandas econômicas, sociais e políticas vividas para cada cultura, assim a gestão atua com medidas e técnicas que sejam de acordo pra cada empreendimento, tornando a gestão de forma eficiente.

Para Safanelli *et al.* (2011, p.05),

> A educação cooperativista deve colocar à disposição do movimento o instrumental cultural, científico e tecnológico criado pelo mundo moderno, respeitando o conhecimento e as experiências populares, a fim de obter um aumento significativo dos bens e serviços gerados pela ação da cooperativa.

[1] O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é um dos fundos obrigatórios de uma cooperativa, de acordo com a Lei 5.764/71, cujo percentual destinado a cada exercício social é de 5% das sobras apuradas.

Deste modo a educação tem a contribuir com as comunidades respeitando sua linguagem e abrindo novos espaços para o conhecimento. Segundo Neta e Anjos (2020, p.19), "a concepção processual na educação cooperativista impõe-se porque as cooperativas não deixarão a lógica da individualidade simplesmente porque se tornaram sócias de um empreendimento cooperativo que tem primazia para alcançar objetivos comuns".

Para Schneider e Hendges (2006, p.43), "portanto, a identidade individual e a coletiva tendem a definir-se num contexto conflitivo, ou de crise de mudanças, quando as pessoas e coletividades percebam que alguns ou todos os seus importantes referenciais anteriores entram em crise".

É importante que a educação consiga alcançar a sociedade como todo, não somente quem é associado, assim as entidades cooperativas têm suas bases para alcançar o objetivo social, para que todos sejam amparados e capacitados. Desta forma, a educação tem o papel de fomentar o processo de identidade das pessoas, para que se pense no coletivo, deixando o individualismo pra trás, pois só assim as ideias distorcidas não vão se propagar e gerar conflitos, mas o que vai prevalecer é o pertencimento em que o sujeito está integrado e a busca sempre pela educação e a capacitação. De acordo com Safanelli *et al*., (2011, p.12),

> A educação, formação e informação cooperativa não poderá deixar de incorporar uma componente técnica, mas envolve necessariamente também uma vertente doutrinária, devendo incidir, quer nos aspectos empresariais da vida cooperativa, quer nos aspectos associativos. Pelo contrário, o desenvolvimento da educação implica em uma estratégia, uma complexa planificação e articulação das medidas e tarefas, em suma, uma política. Pois a importância decisiva da educação para o desenvolvimento cooperativo há muito que é reconhecido pela doutrina.

A educação cooperativista tem o papel de educar e problematizar o ambiente cooperativo interno e externo, visando uma direção para a gestão, onde a cada dia possa buscar novas ferramentas para que os cooperados não percam o interesse, e participação pela organização. Ainda assim é necessário que a gestão possa auxiliar e aperfeiçoar os cooperados, sendo um processo dinâmico, que atenda a democracia perante a todos. Com isto, tende a crescer e potencializar a cooperativa, mantendo os princípios e valores. Uma forma de estabelecer essa interação vem por meio da estratégia de estruturas de Organização do Quadro Social (OQS), em que é uma prática que traz bons resultados e pode fortalecer o sentimento de pertencimento,

melhorando assim o entendimento de todos, quanto cultura e os valores para amparar o cooperativismo. Em vista disto, Sousa et al. (2013, p. 70), descreve que: "A OQS é considerada uma ferramenta prática e efetiva para consolidação da participação e gestão democrática dos associados, devido, especialmente, ao aumento de fluxo de informações que possa existir por meio de sua instrumentalização no ambiente cooperativo".

Segundo Freitas *et al*, (2011), a OQS é um instrumento criado para a participação no processo democrático e discursivo, onde busca pelas relações de poder de forma democrática, gerando maior participação dos cooperados nas decisões da cooperativa, assim promovendo formação nas organizações E, como um vetor de comunicação, para que haja mobilização das ações organizacionais com maior participação efetiva. No entanto, os autores citados anteriormente comungam do mesmo posicionamento quanto à estratégia do quadro social, pois o mesmo proporciona a organização e intervenção do sistema cooperativo. Desta maneira, as cooperativas devem estar sempre se adaptando, para que se pensem no coletivo e possam possibilitar que a educação e capacitação sejam um processo de fato que os cooperados vivenciem os princípios de forma democrática.

Para Schneider e Hendges (2006, p.47), "tanto a educação como a capacitação são um processo em permanente construção e devem ser elaborados de forma que os sujeitos sejam capazes de reproduzir e enriquecer a si mesmos". Desta forma, o papel da educação cooperativista é de colocar em prática a valorização do ser humano como ponto primordial das organizações.

Segundo Safanelli *et al.* (2011, p.12)

> o conceito do cooperativismo de educação é um processo que dura toda a vida pois a educação cooperativista deve ser uma educação permanente, atrelada para a possibilidade de a cooperativização do processo educativo lhe abrir novos horizontes. Pois, o relevo da educação no Sistema dos Princípios não esgota, no entanto, todo o seu significado em termos de cooperatividade.

A educação e a cooperação são ferramentas que devem caminhar juntas, para que possa ter melhores resultados nas cooperativas e na comunidade, sendo um vetor de comunicação e transformação social. Diante disto, tem-se um grande desafio com as gerações futuras, para que se tenha uma referência com quanto a cooperação, associação e solidariedade, pois há vários

modelos econômicos que só buscam por resultados e lucros, onde acabam gerando desinteresse entre os colaboradores no sistema social. Mas, em contrapartida a isto, o cooperativismo vem para contrapor o capitalismo gerando assim um meio de emancipação humana, dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa de sobrevivência em que está voltada para intervenção social, gerando renda e emprego.

3. Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho em questão foi utilizada a pesquisa bibliográfica, por sua vez Marconi; Lakatos (1992), traz sua concepção de que esta é o levantamento de toda bibliografia que já se tem publicada em livros, revistas, publicações avulsas e empresariais, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi publicado, para permitir a compreensão e resolução dos problemas não só existentes, mas em torno de novas e diversas áreas.

Visando alcançar os objetivos proposto para esta pesquisa foram realizadas diversas pesquisas em várias categorias relacionadas ao Google Acadêmico, Scielo e Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM) repositório de trabalhos de conclusão de curso, que serviram de apoio para a busca das informações do tema pesquisado, onde as palavras-chaves usadas foram Cooperativismo, Educação cooperativista e Participação. Desta forma, pode-se perceber que existe um grande número de trabalhos relacionados, mas não específico à Educação cooperativista. Assim a trajetória da pesquisa buscou conceituar, discutir e refletir o contexto de maneira crítica e atenciosa, sempre com o objetivo de fazer as devidas ligações da pesquisa com o embasamento teórico dos autores entre os anos de 2001 a 2021. Com esta perspectiva, a coleta de dados foi iniciada a partir da observação do contexto, o que favoreceu um maior contato com os fatos, proporcionando um aprofundamento significativo da pesquisa. De acordo com a ideia de Lakatos; Marconi (2003, p. 88): “A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”. Esse instrumento é de grande importância, pois como afirmam os autores, possibilita a aquisição de inúmeras informações referentes ao tema estudado, de maneira que o pesquisador/observador possa examinar os fatos da pesquisa, e ainda podendo analisar quais os

aspectos mais relevantes a serem observados, dependendo do objetivo que se deseja alcançar. Por isso, faz se necessário que o pesquisador elabore um planejamento para focar suas atenções no que realmente interessa, para que assim possa obter as informações necessárias para concretizar a pesquisa com qualidade e credibilidade.

Com isto, para conceituar o Cooperativismo, Educação cooperativista e Participação, buscou-se apoio nos autores: Safanelli *et al.* (2011), diz que o Cooperativismo surgiu na Europa, no fim do século XII, frente a situações econômicas difíceis em decorrência a Revolução Industrial, onde buscaram soluções para suprir suas necessidades, somando forças para melhor suas condições de vida, fomentando um conjunto de pessoas com objetivos comum a todos de forma organizativa no coletivo. Para Schneider e Hendges (2006), a Educação Cooperativista é colocar em prática os valores e princípios do cooperativismo, para que todos os cooperados e a comunidade interajam entre si, assumindo seus objetivos a serem alcançados, como forma de construção e valorização do ser humano. Assim Freitas *et al.* (2011), tem a Participação como um espaço em que se busca pela conscientização e problematização entre os sujeitos em que estão inseridos, para o acesso democrático das informações, percorra toda organização e a comunidade. Com isto os caminhos percorridos tendem a ter diversas ligações, em que as palavras chaves elas se entrelaçam e proporcionam um olhar mais amplo da pesquisa, no âmbito da Educação cooperativista, já que não se tem uma abrangência tão específica sobre o contexto.

Partindo dos conceitos para análise, foram separados retalhos dos artigos que tinham similaridade, através de leituras dos autores que possuíam aproximação com objeto de estudo, e que cabiam para discussão, e assim agregando a pesquisa no processo da construção da análise tendo como embasamento os objetivos estudados.

4. Resultados e discussão

Ao coletar os dados desta pesquisa bibliográfica percebemos que a educação cooperativista busca objetivar a cultura cooperativista que seja acolhedora, própria e permanente, para atender cada cooperativa a sua especificidade. A educação cooperativista tem como missão expandir ideias, princípios, experiências e práticas e assim, ao mesmo tempo, oferecer a capacitação técnica em torno dos cooperados e da comunidade. (FERREIRA e

SOUSA, 2019). Com isto, pode-se dizer que a cooperativa pode ser autêntica quando ela está colocando em prática a formação dos cooperados, sendo um ponto primordial para inclusão social.

De acordo com Frantz *et al.* (2017, p. 15)

> No processo da convivência social e, especialmente no processo de produção da sua sobrevivência e afirmação na relação com a natureza ou com os demais seres humanos, os indivíduos e os coletivos constroem conhecimentos, processam a educação, aprendem e desenvolvem capacidades. Enfim, constroem contextos históricos que acolhem suas vidas.

Neste contexto, a educação cooperativista interfere na construção dos sujeitos a partir do momento da sua vivência em busca do coletivo, de forma que a evolução do conhecimento seja compartilhada, partindo de uma realidade concreta, sendo um processo fomentador na busca pelos valores e princípios em que estão inseridos, e assim atrelados ao cooperativismo.

> Na organização e funcionamento de uma cooperativa, a educação aparece como um processo que objetiva levar comportamentos e visões de mundo favoráveis à natureza da prática cooperativa. Uma função central da educação em organizações cooperativas é a interiorização do social pelos indivíduos, superando-se a situação de simples soma de interesses para se produzir a identidade grupal. (FRANTZ; SCHONARDIE, 2016, p. 30).

O comportamento entre os seres humanos é fundamentado pela consciência crítica, a partir do processo social, onde se educam nas relações econômicas e culturais em sua medida peculiar. Desse modo, é necessário que a educação cooperativista promova as relações em os sujeitos possam desconstruir o sentimento de individualismo, dando força ao processo de valorização entre si. Por sua vez, Frantz *et al.*, (2017, p.24) destacam que "uma função da educação para a cooperação, em organizações cooperativas, é a interiorização do espírito cooperativo pelos indivíduos, separando-se a situação de uma simples soma de interesses individuais". Já para Neta e Anjos (2020, p.19), a "concepção processual na educação cooperativista impõe-se porque as pessoas não deixarão a lógica da individualidade simplesmente porque se tornaram sócios de um empreendimento cooperativo que tem como primazia alcançar objetivos em comum". Assim, o ambiente cooperativista tende a ter suas características em níveis que apresentam a relação do poder e saber, em busca de assegurar o

controle e, ao mesmo tempo, o cooperado visa uma concepção de ideias e valores sobre o outro na condução das suas ações a partir do processo de construção do meio no qual está inserido.

As práticas cooperativas atuam de forma a estimular a participação dos cooperados na cooperativa e na comunidade, tendo por base os valores e os princípios do cooperativismo que visam à participação efetiva para uma gestão democrática com transparência para que se tenha credibilidade em todas suas ações. A cooperativa deve incentivar que a educação cooperativista possa formar continuamente seus cooperados nas suas atividades, no sentido de novos conhecimentos e saberes (SOUSA *et al.,* 2013).

Dessa forma,

> A prática cooperativa exige de seus associados a comunicação, a argumentação, a decisão, ou seja, são produzidos conhecimentos, aprendizagens, educação, interlocução dos saberes como um processo complexo de relações humanas. Neste contexto não há como dissociar a prática cooperativista da prática educativa (SILVA, 2020, p.195).

As ações de aprendizado estão materializadas nas cooperativas com base no diálogo da cooperação, onde a comunicação perpassa como um vetor de informação a favor da educação e valorização dos associados, promovendo na prática o pensamento crítico, para que possam obter conhecimentos e assim os reproduzam em diversos espaços (FRANTZ, 2001). De tal modo, as cooperativas são voluntárias, estão à disposição para todas as pessoas, onde estas possam assumir responsabilidades, sem discriminação de sexo ou raça.

Para Sousa *et al.* (2013) é através da gestão que são direcionados os processos de capacitação na prática, onde o associado tem a formação direcionada aos princípios e valores que norteiam o cooperativismo, a partir dos quais, no momento de formação, podem compartilhar experiências, saberes e conhecimentos, tendo a percepção de um ambiente que visa o coletivo, buscando sempre pelo uso social, para que se eduquem como atores comprometidos com a construção de um meio social mais igualitário.

> O educador cooperativo possui como algumas de suas inúmeras funções, avaliar como pensam os sócios, como formam suas ideias, seu raciocínio e como desenvolvem tal pensamento, se o concluem de forma eficaz. Diante de tal conhecimento poderá proporcionar condições de pensar e concluir sobre si mesmo e diante de tudo que o norteia. (SCHNEIDER; HENDGES, 2006, p. 40).

Neste sentido, Ferreira; Sousa (2019) e Frantz *et al.* (2017) trazem que a gestão no campo de ação tem que ser profissionalizada para que seja ferramenta de formação dos cooperados, atendendo assim aos interesses das cooperativas e da comunidade, pois este tipo de empreendimento visa o lado social e econômico, compreendendo assim dimensão cultural para a valorização do trabalho coletivo. "A pedagogia da gestão das práticas cooperativas consiste em orientar as ações de cooperação a favor da valorização do trabalho dos associados" (FRANTZ *et al.*, 2017, p.18).

Segundo Silva (2020), as práticas educativas se dão ao incentivo do trabalho em equipe, à relação dialógica, à participação, à democracia, à atuação de políticas econômicas pensadas em conjunto, reconhecendo as relações humanas no meio social ao longo das suas histórias. Tendo suas argumentações críticas a respeito das experiências de vida já realizadas (FRANTZ, 2001).

Neste sentido, a Organização do Quadro Social (OQS) também se configura como uma prática efetiva, que pode sustentar comunicação nos espaços como vetor de participação. Segundo Sousa *et al.* (2013, p. 70):

> A OQS é uma ferramenta prática e efetiva para consolidação da participação e gestão democrática dos associados, devido, especialmente, ao aumento de fluxo de informações que passa existir por meio de sua instrumentalização no ambiente cooperativo. Além disso, é também uma significativa ferramenta de gestão social e desenvolvimento de trabalhos de educação cooperativista, o que permitirá sustentar uma efetiva comunicação, adequada a realidade de cada cooperativa e de grupos associados a ela.

De acordo com Freitas *et al.* (2011), o quadro social busca pela cooperação e a viabilização do desenvolvimento da cooperativa, com uma gestão democrática, com senso no coletivo para que todos conheçam seus direitos e deveres perante aos princípios, em busca da consolidação. Em vista disso, as cooperativas prezam por uma gestão democrática, na qual se abrange a prática em que os cooperados tenham um comportamento voltado à participação efetiva, como o objetivo de fortalecer a cooperação, sendo dono e usuário. Com isto, o processo de autonomia, democracia e solidariedade traz a construção de valores dos sujeitos envolvidos, a partir do momento que participam das decisões e, assim, vivenciam a importância do processo educativo em grupos, através da comunicação e as técnicas instrumentais desenvolvidas pela

gestão (FRANTZ *et al.*, 2017).

As técnicas adotadas pelas organizações, como meio de educação para capacitar os cooperados, estão voltadas para o processo de educar e ser educado, que através do quinto princípio - Educação, Formação e Informação – tem o papel de disseminar os valores e princípios do cooperativismo como o propósito de conscientização, trazendo uma formalização para seus membros em todos os níveis. Em vista disto,

> É importante lembrar que o movimento cooperativo não caracterizado pelo egoísmo ou pela obediência cega, não se desejam sócios robotizados como se tivessem passado por uma '' lavagem cerebral''. Mas sim, exige-se uma autodisciplina coletiva, oportunizando o crescimento do homem e da mulher em todos os níveis – moral, social e intelectual - pedindo sugestões e participação. Para tanto, requer-se que o sócio seja educado, em assim não sendo, estará frustrando o movimento cooperativo (SCHNEIDER; HENDGES, 2006, p. 38).

Para que o cooperado seja atuante, consciente e participativo, se faz necessário que os gestores mantenham a capacitação de forma permanente, inovadora na medida específica para cada cooperativa, buscando assim sempre o aprimoramento de todo quadro social. Desta forma, o cooperado estará informado de todas as movimentações da organização, sendo elas de forma democrática.

Com essa concepção Puchale (2015, p. 20), afirma que:

> O quinto princípio do cooperativismo destaca a importância da educação cooperativa para o bom entendimento por parte dos associados em relação aos demais princípios e valores cooperativistas. Através da educação cooperativista, os associados sabem de seus direitos e deveres e entendem as leis cooperativistas.

No entanto, a capacitação dos cooperados é essencial no processo de entender os demais princípios. Para isto, as cooperativas promovem cursos, oficinas, palestras e congressos para que o associado não fique desinformado e não perca o interesse. Com isto, geram conhecimento, qualificação e atendem as necessidades do ambiente interno e externo, trazendo benefícios à comunidade para o desenvolvimento sustentável, em que buscam, através das decisões dos cooperados, obter investimentos e projetos viáveis para melhoria de todos.

Para Frantz e Schonardie (2016), a educação busca o meio de captação das relações técnicas, sendo como um instrumento inerente à gestão, visando as percepções situacionais para

criar novas atividades para valorização do cooperado no processo de qualificação e emancipação. Em vista disso, suas relações estão direcionadas à produção de qualidade de vida. Ainda assim, os autores ressaltam que a educação tem um processo multifacetado, presente em diversos espaços, não só nas organizações, percorrendo como ação para homogeneização dos valores e comportamento dos seres humanos.

Portanto, com base nos autores estudados, a educação cooperativista é uma ferramenta que interfere na atuação do ser humano, na forma de obter conhecimentos e ela por si só é uma prática através da qual as cooperativas conseguem buscar por melhores resultados. Assim, a comunicação e o diálogo são práticas que devem caminhar juntas para manter a intermediação entre os cooperados, para potencializar seus objetivos a serem alcançados e cumprir sua missão em torno de todos.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo principal analisar os efeitos da educação cooperativista na construção e valorização dos cooperados quanto aos princípios e valores do cooperativismo. Para alcançá-lo buscou-se discutir as ações voltadas à educação cooperativista relatadas nos artigos e textos científicos consultados e expostos nas seções anteriores.

Dessa forma, levando em consideração todos os aspectos estudados, podemos dizer que as ações voltadas à educação têm um sentido amplo, processual e capaz de alcançar sujeitos e ações para além do objetivo inicialmente traçado. Por outro lado, as ações voltadas à capacitação e/ou formação são dirigidas de forma específica no cotidiano das organizações, focando aspectos práticos, pontuais e, em alguns casos, urgentes. No entanto, ações educativas e formativas devem manter-se juntas em direção ao crescimento da cooperativa, visando a construção de novas aprendizagens.

Sob este aspecto, a educação cooperativista – cujo caráter formativo e educativo perpassam não só aspectos formais da organização, mas também aspectos subjetivos dos cooperados – tem o papel de interferir na construção dos sujeitos no processo de disseminação dos princípios e valores do cooperativismo, cujas bases são representadas pelas organizações e pela comunidade que a compõe e circunda, pois é através da comunicação e de uma gestão democrática que a cooperativa poderá viabilizar as necessidades dos cooperados para obter

melhores resultados. Diante disso, na prática se faz necessário promover aos associados atuantes (ou não) formações e processos educativos construídos a partir de ferramentas e metodologias que despertem interesse pela cooperativa de forma permanente e inovadora. Em vista disto, a OQS é uma ferramenta prática e efetiva para a participação e a gestão democrática dos cooperados, pois ela é um vetor transmissão do ambiente cooperativo que contribui para interagir, estruturar e organizar as pessoas dentro das organizações e assim ser agente da transformação social.

Portanto, podemos dizer que a educação cooperativista é mesmo uma ferramenta para valorização do associado por ser um processo de formação e capacitação que busca potencializar os sujeitos a pensar, refletir e problematizar o ambiente organizacional, fazendo com os cooperados conheça seu papel de dono usuário e busque pelos seus direitos e deveres para fortalecer o crescimento da cooperativa. Com isto, o processo educativo se dá através dos saberes e valores construídos no coletivo, que organizados são espaços de cooperação e inclusão social.

6. Referências

BRASIL. Lei n. 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

FERREIRA, P. R; SOUSA, D.N. Educação cooperativista: Aprofundando o conceito. **Cooperativismo & Desarrollo,** v. 27, n. 2, pp.1-32, jul/ 2019. Disponível em: https://doi.org/10.16925/2382-4220.2019.02.04. Acesso: 19 abr. 2021.

FRANTZ, W; SCHONARDIE, P.A. Educação em práticas cooperativas. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 19-34, julho/dezembro de 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Walter-Frantz/publication/312407188_Educacao_em_praticas_cooperativas/links/5c4703b7a6fdccd6b5bf50be/Educacao-em-praticas-cooperativa. Acesso: 09 mar. 2021.

FRANTZ, W; SCHONARDIE, P.A; SCHNEIDER, J.O. As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação. **Revista Didáticas Específicas.** n. 16, p. 14-26. março/2017. Disponível em: https://repositorio.uam.es/handle/10486/678826. Acesso: 09 mar. 2021.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Rev. Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 242-264. jul/dez, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-45222001000200011. Acesso em: 29 maio. 2021.

FREITAS, A. F.DE; FREITAS, A. F. DE; PEDRA, M. DE S. Participação na gestão de cooperativas: a estratégia de organização do quadro social (OQS). **Revista Em Extensão**, v.10, n.1, 19 de jul. 2011. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20648/10990. Acesso em: 28 fev. 2021.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisas,** amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

NETA, A. O. de A.; ANJOS, E. G. Os desafios à educação cooperativista: análise de uma experiência em uma cooperativa de crédito na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**, Santa Maria, ano 2020, v. 07, ed. Especial, p. 146-160. DOI 0.5902/2359043241073. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41073/pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **História do cooperativismo**, os sete princípios do cooperativismo. 2016. Disponível em: https://cooperativismodecredito/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo. Acesso em: 01 jul. 2021.

PUCHALE, A. L. **Desafios na implantação do programa de educação cooperativa a união faz a vida**. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santamaria/tecnologia-em-gestao-de-cooperativas/wpcontent/uploads/sites/488/2019/06/Anelise-Lucion-P.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. Educação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação. ESAC. **Economia Solidaria e Ação Cooperativa**. 1(1):33-48, julho/dezembro 2006. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/schneider.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021

SAFANELLI, A. S. KLAES, L. S. CERQUEIRA, R. L. B. WOLFF, A. A educação cooperativa: valorização do ser humano. **II Congresso Internacional IGLU.** Florianópolis, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/32873/8.21.pdf Acesso em: 16 fev. 2021.

SILVA, M. C. G. Cooperativismo como princípio educativo e a pedagogia da cooperação. **Revista de Educação da Unina**, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: https://revista.unina.edu.br/index.php/re/article/view/17. Acesso em: 28 mai. de 2021

SOUSA, D.N. *et al.* A comunicação como ferramenta da educação cooperativista. **Rev. De Extensão e Estudos Rurais**, v.2, n. 1, p. 57-77, 2013. Disponível: https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/13249. Acesso em: 27 mai. 2021.

VASCONCELOS, N. **Cooperativismo na Bahia:** uma perspectiva histórica. Rev. Laborare. Ano IV, n. 6, p. 90-105. jan-jun/, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33637/2595-847x.2021-65. Acesso em: 15 ago. 2021.

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International